



**CATÓLICA**  
**INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS**

---

LISBOA

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e  
Relações Internacionais**

---

**Guerra híbrida e métodos de subversão  
desenvolvidos pela República Popular da China e  
Estados Unidos da América 1989-2020**

**Aluno** - Pedro Pitôrra Arsénio Gomes, nº 100519024

**Orientador** - Professor/Tenente-Coronel Francisco Proença Garcia

**3 de Setembro de 2021**

# Agradecimentos

Apresento a minha gratidão do fundo do coração à minha família pelo carinho, compreensão e paciência durante este processo que em momentos mais difíceis parecia infindável. A redação da dissertação não seria o mesmo sem o vosso apoio incondicional.

Um obrigado ao meu primo Luís Arsénio, que apesar da distância geográfica conseguiu sempre ajudar, nas listas de inúmeras obras e palavras inspiradoras.

Agradeço ao Professor e Tenente-coronel Francisco Proença Garcia por aceitar ser o meu orientador, auxiliando-me nas várias matérias e teorias expostas na dissertação. Obrigado pelo rigor académico, quer seja pela promoção de critérios académicos das fontes como da própria referência bibliográfica.

Agradeço a Manuel Poêjo Torres a imprescindível ajuda prestada durante o próprio pré-projecto, um apoio numa etapa do processo que permitiu apurar o tema e a teoria do mesmo.

Um obrigado aos meus amigos pelos momentos que conseguimos passar juntos, que me ajudaram a tornar mais eficaz o tempo que dedicava à dissertação.

## Resumo

Esta dissertação foi desenvolvida com o intuito de analisar as ramificações e características do fenómeno da guerra híbrida e da subversão, mais propriamente o que estes dois métodos acarretam geopoliticamente e para a projeção de poder.

A investigação foi dedicada a dois países e superpotências, os Estados Unidos da América e a República Popular da China, para além de uma contextualização da respetiva cultura estratégica. Esta dissertação examina a História de *Grand Strategy* e da Estratégia em si, ao mesmo tempo que é explorado o contexto histórico e a cultura estratégica dos países mencionados, no empenho pela proteção dos seus interesses. Estão incluídos dois *case studies* para examinar elementos da política nacional e para corroborar possíveis paralelismos. No caso dos EUA, o *case study* diz respeito à intervenção na Líbia de 2011, nomeadamente as consequências estratégicas que a intervenção acarretou na região. O *case study* da China representa uma análise da campanha contemporânea no Mar do Sul da China, e por exemplo, os esforços não-convencionais e subversivos conduzidos para projetar poder.

O ano de 1989 marca um progresso acelerado de rutura com o modelo da Guerra Fria, começando a surgir sinais de evidente implosão do bloco soviético como a queda do Muro de Berlim. Para os EUA isto implicou uma tardia avaliação da sua situação como superpotência. Para a China, o ano de 1989 corresponde aos protestos de Tiananmen e da reavaliação por parte do Partido Comunista Chinês à sua agenda nacional e internacional, ao projeto maoista e à questão do socialismo com características chinesas.

A comparação do âmbito da guerra híbrida entre os Estados Unidos da América e da República Popular da China revela as diferenças entre a sua capacidade militar convencional e a sua cultura estratégica. A China tem utilizado métodos híbridos para reduzir a capacidade militar e económica dos EUA, enquanto aumenta o seu próprio arsenal militar. Como resposta, recentemente a superpotência norte-americana tem adotado uma posição mais assertiva em lidar com a interferência chinesa.

**Palavras-chave:** Estratégia; Guerra Híbrida; Subversão, Geoestratégia; Geopolítica.

**Contagem de palavras do Resumo:** 328 palavras

**Contagem de palavras da Dissertação (excluindo títulos):** 36418 palavras

# Abstract

This dissertation was developed with the intent of analysing the intricate characteristics of hybrid warfare and subversion, particularly what these two methods entail geopolitically and for the projection of power.

The research has been dedicated to two countries and superpowers, the United States of America and the People's Republic of China, along with a contextualisation of their strategic culture. This academic effort examines the history of Grand Strategy and strategy, while also exploring the History and culture of the aforementioned countries, in their long-term pursuit to protect their interests. It also includes two case studies to delve further into their specific elements and to corroborate possible parallelisms. For the United States of America, the case study concerns the 2011 intervention in Libya and what it entailed, such as the strategic consequences in the region. For the People's Republic of China, the case study pertains to the long-term campaign in the South China Sea, and for example, the nonconventional and subversive efforts conducted to project power in the region.

The year of 1989 represents the accelerated breakthrough and split of the Cold War's model, as signs of evident implosion of the eastern bloc are revealed, such as the fall of the Berlin Wall. For the USA this implied a belated evaluation of the strategic situation as a superpower. For China, the year of 1989 correlates to the protests of Tiananmen and the reevaluation on behalf of the Communist Party of their domestic and foreign agenda, of the Maoist project and the concerns regarding socialism with Chinese characteristics.

The comparison of the United States and China concerning hybrid warfare elucidates the differences between their military capacity and strategic culture. China has been conducting hybrid efforts to reduce the USA's capacity, while improving its own arsenal. As a reaction, the United States superpower has recently adopted an assertive position regarding Chinese interference.

**Keywords:** Strategy; Hybrid Warfare; Subversion; Geostrategy; Geopolitics.

**Abstract's word count:** 309 words

# Índice

<b>Introdução</b> .....	1
<b>Capítulo I: A Teoria Geral</b> .....	3
I.I A História da teorização da Guerra e <i>Grand Strategy</i> .....	3
I.II Da Guerra, <i>Grand Strategy</i> e Estratégia .....	12
I.III Evolução e tipologia de guerras .....	19
I.IV Guerra híbrida, subversão e assimetria .....	24
<b>Capítulo II: Estados Unidos da América 1989-2020</b> .....	33
II.I Contextualização Histórica EUA .....	33
II.II Evolução da política externa e geopolítica.....	35
II.III Estratégia nacional da <i>War on Terror</i> e <i>Responsability to Protect</i> .....	40
II.IV Contexto de segurança internacional e guerra híbrida.....	49
II.V <i>Case Study</i> Estados Unidos da América e Líbia.....	58
<b>Capítulo III: República Popular da China 1989-2020</b> .....	67
III.I Contextualização da História moderna da China .....	67
III.II A vitória comunista da guerra civil e Mao Zedong .....	72
III.III Evolução interna e relação com os EUA .....	74
III.IV Debate interno e China do pós-1989 .....	78
III.V <i>Case Study</i> República Popular da China e Mar do Sul da China .....	89
<b>Capítulo IV: Conclusão e considerações finais</b> .....	97
<b>Bibliografia</b> .....	102

# Introdução

Esta dissertação analisa e responde à questão sobre as especificidades, diferenças e semelhanças entre os Estados Unidos da América e da República Popular da China, no âmbito da guerra híbrida e da geoestratégia. Ou seja, as medidas e agendas das duas superpotências para promover ou combater ameaças híbridas e subversivas às suas ambições nacionais e internacionais.

O sistema unipolar foi substituído pelo multipolar, surgindo novos padrões de conflito nos quais os métodos híbridos ganharam maior relevância. Para uma deliberação detalhada e minuciosa, os domínios contemplados nesta dissertação como a condução da guerra, estratégia e geopolítica, foram baseados em fontes de conhecimento e teoria previamente estabelecidas academicamente. Estas fontes incluem, mas não estão limitadas a Sun Tzu, Tucídides, Clausewitz, Mao Zedong e Frank G. Hoffman.

É desenvolvida uma contextualização da fundação dos Estados, a revolução norte-americana de 1791 e a guerra civil chinesa de 1949, porém, a análise foca-se a partir de 1989. Este ano marca o acelerar da rutura com o modelo da Guerra Fria e a queda do Muro de Berlim e uma reavaliação da República Popular após os protestos de Tiananmen.

Tanto uma potência como a outra, independentemente da sua capacidade convencional contemporânea e das suas aptidões híbridas, foram fundadas a partir da integração de meios convencionais e não-convencionais. A evolução dos EUA como superpotência capaz de projetar poder a longa distância tendeu para a capacidade convencional das suas forças armadas, da sua marinha especializada e frota tecnologicamente avançada. Por sua vez, a China procurou consolidar o seu poder e averiguar a sua integridade nacional, sendo Xi Jinping o supremo líder que procurou expandir a República Popular para além do ditame de Deng Xiaoping. Apesar do *hard power* chinês ainda se encontrar num processo de crescente evolução, visto que esta potência contrapõe o modelo demoliberal internacional com o seu próprio, a sua economia é um fator fulcral para o seu desenvolvimento. Além disso, a sua cultura estratégica e atual capacidade contribuem para um maior aproveitamento de métodos híbridos e subversivos.

O primeiro capítulo explora a vasta História da guerra e da Estratégia, além de providenciar os termos científicos e a teoria necessária. O segundo capítulo corresponde aos Estados Unidos da América, à sua história política desde a revolução até ao estatuto de superpotência. O terceiro capítulo investiga a detalhe a ascensão do Partido Comunista Chinês, no contexto da invasão do Japão e da guerra civil chinesa, e da própria ascensão da China como potência global e regional. O quarto e final capítulo apresenta uma conclusão e considerações finais provindas da análise feita da guerra híbrida, da sua utilização e da competição entre os EUA e a China na região da Ásia-Pacífico e globalmente.

# Capítulo I: A Teoria Geral

## I.I A História da teorização da Guerra

A guerra é uma das atividades mais antigas praticadas pelo Homem. As origens do pensamento militar são desconhecidas e possivelmente surgiram em forma de poemas bélicos e músicas da mesma natureza. Apesar de inspiradores e introspectivos, estes poemas e estas canções não formulam a teoria necessária.<sup>1</sup> Tomando a guerra como universal, a procura da fonte mais antiga não se baseia apenas pela herança Oriental ou Ocidental, visto que tanto existem apogeus como declínios, surgindo obras como o Épico de Gilgamesh ou os poemas de Homero.

Entre 400 e 200 a.C. na China, diferentes exércitos e entidades políticas surgiram, devido ao período de guerra com a queda de uma dinastia. A erosão do poder da dinastia Zhou e o seu colapso contribuíram para o aumento de obras relativas à prática da guerra. O vácuo de poder criado deu origem a vários senhores da guerra com os seus respetivos exércitos e generais. Generais esses que escreviam ou lhes eram atribuídas obras, o mais célebre sendo Sun Tzu que poderá não ter sido uma figura histórica, mas o nome sob o qual vários poderiam manter o anonimato. Segundo Martin van Creveld, este método de utilizar o nome com mais autoridade e fama ainda é utilizado na China, ao contrário dos autores modernos ocidentais na sua procura pela originalidade.<sup>2</sup>

Após serem escritos, os poemas e os relatos eram recitados, e por vezes esculpidos, tornando-se posse pública. Porém, os textos chineses não seguiam esta tradição, pois eram interpretados quase como segredo de estado, por serem tratados como manuscritos que podiam levar à vitória. O acesso a estes textos era restrito, estas fontes de conhecimento eram guardadas nos arquivos e bibliotecas imperiais.<sup>3</sup> Para facilitar a leitura, a nomenclatura escolhida pelos autores possuía uma natureza “mnemónica”, como “os cinco princípios”; “as nove manobras”; entre outros.<sup>4</sup> A guerra em muitos destes manuscritos é entendida como um mal necessário assente no plano do Mandato do Céu, utilizada para recuperar a harmonia do mesmo. Ou seja, a vitória será do mais virtuoso.

---

<sup>1</sup> Creveld, Martin van. 2015. “Introduction” in *History of Strategy: From Sun Tzu to William S. Lind*.

<sup>2</sup> Creveld, Martin van. *History of Strategy*. 7.

<sup>3</sup> Ibid.

<sup>4</sup> Ibid.

Qualquer pensamento, quer seja relativo à guerra ou não, tinha obrigatoriamente de estar relacionado com *dao*, “Virtude”.<sup>5</sup> A violência representa uma perturbação do *dao*, justificando apenas o seu exercício mínimo, Sun Tzu refere que “nenhum estado alguma vez beneficiou de uma guerra duradoura.”<sup>6</sup> Como este explica, a melhor forma de resolver uma disputa é através da diplomacia e de oferendas. A segunda melhor forma a do logro, assassinando os líderes e subornando os oficiais. Os que não conseguem fazê-lo podem refugiar-se de manobras, batalhas ou finalmente cercos.<sup>7</sup>

A Antiguidade Clássica no continente europeu representa um marco histórico e uma peça basilar da teoria estratégica. A herança da História militar desta época permanece como alicerce, quer onde surgiu quer para o resto do mundo, tendo grandes figuras como Tucídides, Júlio Cesar, entre outros. Estes são as fontes de renome no que diz respeito à descrição de objetivos dos líderes; as ações dos exércitos; a moral e a motivação das tropas; o sofrimento civil; e outras áreas merecedoras de reflexão. Merecedores de menção existem figuras como Xenofonte, Políbio, Tito Lívio e Heródoto, sendo estes últimos dois criadores de histórias patrióticas mais mitificadas e lendárias para a atribuição total de valor científico.<sup>8</sup> No que diz respeito à ciência militar e teorização estratégica a atenção aos detalhes é, nas palavras de Martin van Creveld, “absolutamente vital”.<sup>9</sup> Tucídides apresenta uma teoria do conflito subjacente à guerra entre as cidades-estado gregas que esclarece eventos da guerra e também verdades teóricas fundamentais sobre a natureza humana e conflitos, verdades teóricas relevantes para além da Grécia Antiga. Ao contrário de Homero e de outros autores que utilizam alegorias mitológicas ou intervenções divinas, o universo descrito por Tucídides é austero, e se existem deuses, estes não se preocupam com as relações humanas.<sup>10</sup>

Percorrendo a época marcada por generais como Alexandre, Aníbal Barca, Júlio Cesar e os demais, os bizantinos demonstram semelhanças com os clássicos chineses em relação à preferência de métodos flexíveis e astutos.<sup>11</sup> O declínio do império romano ocidental e a sua subsequente fragmentação por parte das tribos bárbaras enquanto os

---

<sup>5</sup> Creveld, Martin van. *History of Strategy*. 13.

<sup>6</sup> Ibid.

<sup>7</sup> Idem. 19.

<sup>8</sup> Idem. 25.

<sup>9</sup> Ver Martin van Creveld, *History of Strategy: From Sun Tzu to William S. Lind*. “In military science as in so many others, attention to detail is absolutely vital.”

<sup>10</sup> Murray, Williamson. “Thucydides: Theorist of War.” *Naval War College Review* 66, no. 4 (2013): 30-46. Acedido a 26 de Abril, 2021. <http://www.jstor.org/stable/26397416>.

<sup>11</sup> Creveld, Martin van. *History of Strategy*. 44.

bizantinos prosperavam não implicou o fim da literatura militar. Porém, o que persistia não eram tratados e reflexões teóricas, eram “canções narrativas” como *chansons de geste* que celebravam heróis, muitas das vezes mitificados. A inexistência de exércitos permanentes e profissionais, mesmo com o aumento da literacia e das capacidades bélicas, perpetuou a reduzida herança de manuais militares.<sup>12</sup> Honoré Bonet dissertou na sua obra *L’arbre des batailles* sobre esse tema, com o objetivo de reduzir a destruição e os danos da guerra, mais especificamente a Guerra dos 100 anos.<sup>13</sup> Apesar da temática, semelhante à de Christine de Pisan, a obra de Bonet não é uma fonte de teoria militar ou estratégica. Em suma, esta foi uma matéria sobre a qual os escritores europeus na Idade Média não se destacaram como melhores ou do mesmo modo que os clássicos como Tucídides.<sup>14</sup> Do final da Antiguidade Clássica até ao fim das múltiplas fases da Idade Média no continente europeu poucos tratados teóricos foram produzidos, com casos pontuais como Procópio.

A teorização da guerra moderna marca um importante passo da história europeia, fruto do Renascimento. Para Martin van Creveld, Nicolau Maquiavel é considerado um dos maiores cientistas políticos, dispondo de conhecimento que se mantém aplicável até na contemporaneidade.<sup>15</sup> Maquiavel apresentou uma ideia que permaneceu fulcral ao longo das suas obras, nomeadamente que novas instituições militares e novos processos de guerra eram fundamentais e urgentes na sua época. Este autor florentino é muitas das vezes reconhecido como o visionário da Modernidade, dissertando sobre a necessidade dos múltiplos principados e repúblicas italianos precisarem de reformar a sua organização militar. Felix Gilbert comenta que não é meândrico achar que Maquiavel “tornou-se um pensador político por ser um pensador militar, visto que a sua visão dos problemas militares padronizou a sua visão política”.<sup>16</sup>

A posição de Maquiavel é única na área de pensamento militar, pois as suas ideias são baseadas no reconhecimento da ligação entre mudanças de organização militar e

---

<sup>12</sup> Creveld, Martin van. *History of Strategy*. 44.

<sup>13</sup> *Ibid.*

<sup>14</sup> *Ibid.*

<sup>15</sup> Ver Martin van Creveld, *History of Strategy: From Sun Tzu to William S. Lind*. “Machiavelli’s insights into the nature of power have rarely been equaled, never surpassed. They remain as fresh today as they were when he put them down in 1513.”

<sup>16</sup> Gilbert, Felix. 1986. “1. Machiavelli: The Renaissance of the Art of War” in *Makers of Modern Strategy from Machiavelli to the Nuclear Age*, edited by Peter Paret. 11. Princeton University Press: New Jersey.

momentos marcantes na esfera sociopolítica.<sup>17</sup> A história das instituições militares está contida na história geral do período respectivo, por conseguinte não pode ser separada da mesma. A organização militar da Idade Média foi uma parte integral do mundo medieval, entrando em declínio e sofrendo alterações à medida que a estrutura social demudou.<sup>18</sup>

O exército medieval só podia ser reunido quando uma situação específica fosse despoletada. Um exército era preparado para uma campanha em concreto e era somente mantido até ao fim dessa mesma campanha militar. Ou seja, o carácter temporário do serviço militar, tal como a qualidade dos membros nobres, dificultava ou tornava impossível o inculcar de uma cultura de disciplina militar rígida.<sup>19</sup>

A utilização de pólvora por parte dos europeus tem de ser entendida num contexto mais amplo. Especificamente as alterações económicas; a procura de maior autonomia dos vassallos por parte dos líderes feudais e de criar uma fonte de onde emanasse o poder; e finalmente “a tendência de experimentação na organização militar resultante do enfraquecimento dos laços feudais.”<sup>20</sup> Apesar das armas de fogo e artilharia não terem sido a causa destes desenvolvimentos, contribuíram para o acelerar do progresso.

Maquiavel encontrou em Cesare Borgia durante a sua famosa missão oficial nos finais de 1502 as características de um grande capitão, ambição; rapidez de ação; discrição e sigilo; determinação; entre outras qualidades. Estas foram descobertas quando Cesare Borgia emboscou líderes *condottieri* hostis, demonstrando a sua falta de preparação e aumentando o desprezo que Maquiavel nutria no sistema de mercenários.<sup>21</sup> Em 1505, ao organizar a milícia florentina, Maquiavel produziu a sua mais importante reflexão sobre assuntos militares. Na lei que organizava a milícia estavam plasmados os seus ideais, a “fundação de uma república é a justiça e a armas, experiência duradoura, despesas financeiras,” e que exércitos de mercenários eram de utilidade dúbia.<sup>22</sup> A atuação duvidosa de mercenários era apenas uma das razões pela qual Maquiavel se interessava pela conceção de um exército de conscrição e serviço militar do povo. O

---

<sup>17</sup> Ver Gilbert Felix, *Makers of Modern Strategy from Machiavelli to the Nuclear Age*. “Machiavelli occupies a unique position in the field of military thought because his ideas are based on a recognition of the link between the changes that occurred in military organization and the revolutionary developments that took place in the social and political sphere.”

<sup>18</sup> Gilbert, Felix. *Makers of Modern Strategy*. 12.

<sup>19</sup> *Ibid.*

<sup>20</sup> *Idem.* 14.

<sup>21</sup> *Idem.* 18.

<sup>22</sup> *Idem.* 19.

florentino postulava que a sua cidade seria mais autónoma nas relações externas e mais estável internamente. Este tinha aprendido na sua carreira diplomática que as potências perdiam margem de manobra ao dependerem tanto de mercenários ou de tropas estrangeiras.<sup>23</sup> Não obstante, a perceção de Maquiavel quanto ao exército nacional era equivalente à das antigas cidades-estado e repúblicas, perdendo eficácia quando aplicadas a um estado-nação.<sup>24</sup> Os séculos seguintes à época de Maquiavel ficaram marcados pelos exércitos de mercenários e soldados profissionais. Apesar da brilhante tese maquiavélica, o arsenal de pólvora ao dispor dos soldados e a artilharia contribuíram para a manutenção da presença dos mercenários.<sup>25</sup> A inspiração dos autores romanos não perpetuou uma visão desfasada nas obras de Maquiavel, inclusive auxiliaram no entendimento do sistema internacional de que os estados estão em perpetuo estado de guerra e de expansão. Maquiavel foi um dos primeiros a entender a natureza competitiva do estado moderno, na procura de poder, território e da luta pela sobrevivência.<sup>26</sup>

Uma das teses nas obras de Maquiavel é a de que a vida do estado depende da “excelência do seu exército” e de que as suas instituições políticas estejam organizadas para que sejam criadas “precondições favoráveis ao funcionamento da organização militar.” Uma outra tese é a de que o propósito da guerra é subjugar o inimigo a sua vontade, ou seja, uma campanha militar tem de ser uma operação planeada, com um comando uno.<sup>27</sup>

A questão de como preparar um exército eficaz, capaz de servir como uma ferramenta viável para as relações externas, tinha sido colocada no século XV e reacendida com o interesse pelos clássicos.<sup>28</sup> Um admirador de Maquiavel, Joost Lips ou Justus Lipsius, colocava o autor florentino ao lado de outras figuras como Platão e Aristóteles, reforçando a doutrina de lealdade e serviço ao estado. Uma cópia de *Politicorum Libri Sex* de 1589 foi enviada para Maurício de Nassau, sendo até descrita como a base intelectual das reformas holandesas. Lipsius explicava que a guerra não era um ato de violência descontrolada, mas sim uma aplicação ordenada da força pelo

---

<sup>23</sup> Gilbert, Felix. *Makers of Modern Strategy*. 19.

<sup>24</sup> Idem. 20.

<sup>25</sup> Ver Gilbert Felix, *Makers of Modern Strategy from Machiavelli to the Nuclear Age*. “As a result, specialized personnel and permanent military establishments formed the necessary core of any army.”

<sup>26</sup> Gilbert, Felix. *Makers of Modern Strategy*. 29.

<sup>27</sup> Rothenberg, Gunther E. 1986. “2. Maurice of Nassau, Gustavus Adolphus, Raimond Montecuccoli, and the “Military Revolution” of the Seventeenth Century” in *Makers of Modern Strategy from Machiavelli to the Nuclear Age*, edited by Peter Paret. 29. Princeton University Press: New Jersey.

<sup>28</sup> Gilbert, Felix. *Makers of Modern Strategy*. 33.

interesse do estado, dirigida por uma autoridade legítima e competente.<sup>29</sup> Maurício de Nassau está associado sobretudo com a organização do exército profissional dos atuais Países Baixos. Gunther Rothenberg descreveu-o como um administrador notável e um “mestre de cercos”, mas que não poderia ser classificado como um “grande estratega”. Extremamente cauteloso, Maurício evitou colocar o seu exército em risco e combateu em apenas uma grande batalha em vinte anos.<sup>30</sup>

No século XVI, as inspirações para as reformas do exército advieram dos modelos clássicos e também das necessidades praticas da época.<sup>31</sup> O contributo de Maurício para a guerra de cerco é irrefutável, este destacou no seu exército uma posição permanente para artilharia e engenheiros, aumentando a eficiência do mesmo. Até esse momento, a mentalidade dos soldados ditava que era indigno cavar, levando à contratação de outros para fazê-lo. Lipsius aconselhava que os oficiais transportassem materiais para ensinar em vez de comandar, mas Maurício foi além dessa observação e colocou pás como parte do equipamento necessário de infantaria.<sup>32</sup>

Gustavo Adolfo na Suécia utilizou os métodos de Maurício de Nassau, mas com algumas modificações que aumentaram a capacidade ofensiva. Gustavo foi o primeiro soldado a compreender a importância de combinar impacto e choque com fogo, aumentando os efeitos de ambos ao melhorar o arsenal existente.<sup>33</sup> Gustavo Adolfo preferia o combate direto ao contrário de Maurício de Nassau, ambos são lembrados pela inovação tática e administrativa, mesmo que os conceitos estratégicos estivessem condicionados às limitações das épocas.<sup>34</sup> Em 1627, apesar de definir que o “estado era mais bem defendido pelos nativos” e que os mercenários estrangeiros eram perigosos e caros, Gustavo continuou a contratá-los. Inclusive em 1631 eram maioritariamente estrangeiros que lutavam no seu exército, uma medida deliberada para poupar as unidades suecas, no caso de uma derrota decisiva que implicasse defender território sueco.<sup>35</sup>

---

<sup>29</sup> Gilbert, Felix. *Makers of Modern Strategy*. 35.

<sup>30</sup> Ibid.

<sup>31</sup> Ver Gunther E. Rothenberg, *Makers of Modern Strategy from Machiavelli to the Nuclear Age*. “Inspiration for army reforms was derived from classical models as well as from the practical necessities of sixteenth-century warfare.”

<sup>32</sup> Gilbert, Felix. *Makers of Modern Strategy*. 43.

<sup>33</sup> Idem. 45.

<sup>34</sup> Ver Gunther E. Rothenberg, *Makers of Modern Strategy from Machiavelli to the Nuclear Age*, *Makers of Modern Strategy from Machiavelli to the Nuclear Age*. “Although much more inclined to give battle, Gustavus like Maurice owes his place in history above all to his tactical and administrative innovations. In his strategic concepts he could not escape the limitations of his time.”

<sup>35</sup> Gilbert, Felix. *Makers of Modern Strategy*. 47.

Gustavo Adolfo, um líder com originalidade e determinação, utilizava um sistema complexo, mas eficaz que se tornou o modelo durante o século seguinte.<sup>36</sup> A sua preposição de optar pela melhor posição estratégica e a capacidade de manobra estavam interligadas à sua disposição de arriscar uma batalha nas condições certas, um método que permaneceu até à revolução francesa.<sup>37</sup>

Maquiavel já tinha dissertado sobre os exércitos populares substituírem os profissionais, mas só depois de 1792 é que houve uma revolução no modo de conduzir uma guerra. Juntamente com esse tipo de exército, táticas mais agressivas e ágeis acabaram por substituir a “guerra limitada do Antigo Regime pela guerra ilimitada dos tempos seguintes.”<sup>38</sup> Esta evolução estava interligada com a alteração do estado da dinastia para o estado-nação, uma consequência da revolução francesa, visto que outrora uma guerra europeia era tendencialmente um conflito entre monarcas. Desde então a guerra tem-se tornado um conflito entre povos, cada vez mais “total”. A forma dinástica de estado tinha limites definidos relativamente à composição dos exércitos, o monarca era absoluto na teoria, mas na prática tinha restrições à sua ação. Existia um equilíbrio precário entre a casa dinástica vigente e a aristocracia, pois os privilégios aristocráticos circunscreviam o funcionamento com privilégios como não pagar certos impostos e de deter cargos oficiais.<sup>39</sup>

A questão de cidadania ou pátria não era colocada, um bom súbdito era aquele que obedecia às leis, pagava os seus impostos e era leal para com a dinastia vigente. Não existia necessariamente unidade na nação ou de honrar o esforço supremo em tempos de guerra. O estado refletia o exército, na medida em que existia uma divisão entre classes, não existindo um espírito comum; o incentivo dos oficiais era pessoal e os soldados com maiores carreiras perpetuavam-nas por ganho próprio e como negócio. Os homens recrutados eram habitualmente aqueles menos viáveis economicamente e havia uma tentativa por parte dos civis de se distanciarem dos soldados.<sup>40</sup>

---

<sup>36</sup> Gilbert, Felix. *Makers of Modern Strategy*. 48.

<sup>37</sup> Idem. 55.

<sup>38</sup> R. R. Palmer. 1986 "4. Frederick the Great, Guilbert, Bülow: From Dynastic to National War" in *Makers of Modern Strategy from Machiavelli to the Nuclear Age*, edited by Peter Paret. 91. Princeton University Press: New Jersey.

<sup>39</sup> Ibid.

<sup>40</sup> Gilbert, Felix. *Makers of Modern Strategy*. 92.

As repercussões da barbárie durante Guerra dos Trinta Anos marcaram as decisões dos monarcas, que tentaram proteger as populações por motivos morais e económicos. Um conjunto de elementos existiam para delimitar a condução de uma guerra, os meios e os objetivos da mesma. As guerras não seriam intensas, mas longas e as batalhas destrutivas para os soldados, que serviria de incentivo para evitá-las.<sup>41</sup> Porém, este *status quo* persistiu até 1789. A grande guerra intermitente marcada por um conjunto de batalhas e curtas guerras de 1792 a 1815 cessou apenas com a imposição da paz, um período de hostilidades. Estas guerras foram o ponto de viragem e o começo de um período novo habitualmente atribuído à revolução francesa, devido à nacionalização da opinião pública e da maior relação entre os governos e os governados.<sup>42</sup>

A temática sobre o exército de cidadãos era discutida por vários filósofos, como Montesquieu e Rousseau. Em meados de 1770, este tipo de exército compunha a ideia liberal do combate à tirania, na qual os cidadãos de um país se defendiam através da preparação da luta armada. Joseph Servan de Gerbey escreveu em 1780 sobre o soldado cidadão, propondo que qualquer pessoa de qualquer classe poderia possuir o título de cidadão como defensor da pátria.<sup>43</sup>

A revolução francesa sucedeu em paralelo a uma revolução da condução das guerras que já decorria por várias décadas sobre a alçada da monarquia. As duas acabaram por ficar interligadas. As reformas das instituições militares já em desenvolvimento durante o Antigo Regime foram aprofundadas durante o período revolucionário. O exército e os seus valores ganharam uma nova importância para os franceses.<sup>44</sup> Uma importante reforma adotada gradualmente foi a da conscrição universal, que aumentou o número de soldados do exército francês. Esta medida deu aos oficiais a oportunidade de combater em campanhas mais agressivas e destrutivas, algo revigorado pela evolução da administração militar durante a monarquia. A capacidade de equipar, treinar, manter as tropas abastecidas e outros parâmetros logísticos para suportar o novo tipo de campanha militar já tinha sido desenvolvido durante as últimas décadas da monarquia francesa.<sup>45</sup>

Clausewitz escreve o seu primeiro artigo em 1805, no qual apresenta uma refutação à teoria estratégica de Heinrich Dietrich von Bulow, o intérprete alemão da guerra

---

<sup>41</sup> Gilbert, Felix. *Makers of Modern Strategy*. 94.

<sup>42</sup> *Idem*. 95.

<sup>43</sup> *Idem*. 107.

<sup>44</sup> *Idem*. 124.

<sup>45</sup> *Ibid*.

napoleónica mais lido da sua época.<sup>46</sup> Bulow definiu estratégia como “todos os movimentos militares fora do alcance de canhões inimigos ou da sua visão”, e táticas como “todos os movimentos dentro desse alcance”. Clausewitz descreveu a distinção como superficial e circunscrita a um determinado período histórico com a sua respetiva tecnologia, mas também como irrelevante pois o propósito dos dois conceitos não era explicado. Clausewitz propôs outras definições que poderiam ser aplicadas a todas as guerras, quer fossem estas do passado, do presente ou do futuro. “Táticas constituem a teoria do uso das forças armadas em batalha; a estratégia forma a teoria de utilizar as batalhas com o propósito da guerra.”<sup>47</sup> O “uso” e a utilização para Clausewitz seriam a sua forma literal como a ameaça do uso.<sup>48</sup> Clausewitz considerava a visão que Bulow tinha da guerra como pouco realista, tão dependente da análise geográfica e matemática que omitia as ações do inimigo e dos efeitos tanto físicos como psicológicos do combate. “Estratégia, porém, não é nada sem batalha, pois a batalha é a matéria-prima a partir da qual trabalha, os meios utilizados.”<sup>49</sup> Além disso, havia uma insistência no facto de que qualquer teoria substancial deveria incluir todos os elementos relacionados com a mesma, algo que teoria de Bulow não fazia. Bulow excluiu as partes essenciais da guerra, no seu impulso de entender o uso da violência e de transformar numa ciência previsível. A teoria da guerra tem de não só explorar os elementos “que são suscetíveis à análise matemática”, distâncias e diferentes ângulos, mas também contemplar a psicologia do comandante e o animo dos soldados.<sup>50</sup>

---

<sup>46</sup> Gilbert, Felix. *Makers of Modern Strategy*. 189.

<sup>47</sup> *Idem*. 190.

<sup>48</sup> *Ibid*.

<sup>49</sup> *Ibid*.

<sup>50</sup> *Idem*. 191.

## I.II Da Guerra, Grand Strategy e Estratégia

Em 1819 Clausewitz começa a escrever *Vom Krieg*, completando as primeiras seis das oito partes planejadas em oito anos. Mas em 1827 apercebeu-se que não tinha expressado com toda a clareza duas importantes partes da sua teoria, a natureza política da guerra e as duas formas básicas que a guerra pode assumir.<sup>51</sup> Clausewitz tinha definido para si próprio e para a sua teorização dois objetivos principais. Um dos objetivos era a de analisar logicamente a guerra absoluta, “guerra ideal” na linguagem filosófica da sua época, o outro era entender a guerra nas suas diversas formas, como um fenómeno social e político, além dos parâmetros estratégico, operacional e tático. Clausewitz acreditava que poderia entender os meios pelos quais uma guerra era conduzida a partir da análise teórica, e por sua vez a guerra real continuamente testava a veracidade da teoria.<sup>52</sup> O autor tinha pela sua obra inteira a intenção de criar uma unidade entre duas relações, a relação da teoria da guerra e a guerra real; e a relação entre os três fatores principais da guerra, violência, probabilidade e a razão.<sup>53</sup>

A violência organizada é a única característica que distingue guerra de qualquer outra atividade humana. A guerra é “um ato de força, e não há um limite lógico da aplicação dessa força.” Não é “a ação de uma força viva numa força morta (a falta de resistência total não seria uma guerra sequer), mas da colisão entre duas forças vivas.”<sup>54</sup> Nenhum dos inimigos tem o controlo total e cada um impõe-se ao outro, conseqüentemente levando a uma escalada pois cada inimigo tem a intenção de superar o outro.<sup>55</sup>

A tese da guerra total como a guerra ideal é seguida da antítese de que a guerra, mesmo apenas na teoria, é influenciada por forças externas. A guerra é afetada pelas características específicas dos estados num determinado conflito e das características gerais da sua época, como as características sociais, políticas, económicas e tecnológicas. Se uma guerra em particular não é desenvolvida com o objetivo da vitória total sobre o inimigo, mas sim de um objetivo mais circunscrito, então a teoria não exige a

---

<sup>51</sup> Idem. 197.

<sup>52</sup> Gilbert, Felix. *Makers of Modern Strategy*. 198.

<sup>53</sup> Idem. 199.

<sup>54</sup> Ibid.

<sup>55</sup> Ibid.

intensificação da violência ao extremo. A violência permanece como a essência e a ideia reguladora tanto das guerras totais como das limitadas, mas no caso das limitadas, essa essência não precisa de ser posta em prática na sua totalidade. O conceito de guerra total e o conceito de guerra limitada formam a natureza dual da guerra.<sup>56</sup>

A guerra não é um ato isolado, podendo sofrer alterações por parte de influências externas, modificando assim o quão violenta é. Também não consiste em apenas um simples ato, na realidade a guerra tende a ser uma sucessão de atos violentos, interrompidos para planejar ou quando os atores estão a recuperar. Tomando a “guerra como meramente uma continuação da política por outros meios”, existem diferentes fatores adjacentes, como os motivos políticos da guerra que determinam o esforço feito para concretizar os objetivos militares, por exemplo.<sup>57</sup>

A tese de Clausewitz sobre a natureza dual da guerra alicerça a análise de todos os atos de violência organizada, desde guerras totais a lutas armadas que diferem de outras medidas diplomáticas devido ao uso direto de violência. Ou seja, esta tese contempla que é impossível considerar apenas um tipo de guerra que determine a política desejada. Reconhecer o carácter político da guerra reitera a ideia de que a guerra não é um ato isolada ou desenvolvido num vácuo. Tomando a guerra como a continuação da política, “não existe questão sobre uma avaliação puramente militar sobre um problema estratégico, nem de um esquema puramente militar para resolvê-lo.”<sup>58</sup>

Existe uma diferença notável entre Tucídides e Clausewitz, ambos importantes nomes para a história e teorização da guerra. Clausewitz, como esclarece na sua obra *Vom Krieg*, foca-se quase exclusivamente sobre a conduta de conflitos humanos e operações militares. Este limitou-se a uma dissertação mais específica do que Tucídides, mesmo que a sua avaliação da guerra e das relações humanas não perca qualidade. Williamson Murray refere que “infelizmente são poucos os teóricos ou historiadores que abordam estes tópicos com a sofisticação de Tucídides”, sendo esses tópicos *grand strategy*, moralidade, impacto da guerra, entre outros.<sup>59</sup>

---

<sup>56</sup> Ibid.

<sup>57</sup> Gilbert, Felix. *Makers of Modern Strategy*. 200.

<sup>58</sup> Ibid.

<sup>59</sup> Murray, Williamson. "Thucydides: Theorist of War." *Naval War College Review* 66, no. 4 (2013): 30-46. Acedido a 26 de Abril, 2021. <http://www.jstor.org/stable/26397416>.

Na definição clássica de Carl von Clausewitz, guerra não é apenas um ato político, mas um instrumento. É a continuação das relações políticas e a sua realização por outros meios.<sup>60</sup> Refere também que a guerra é apenas uma parte das relações políticas, com o intuito de obrigar o adversário a submeter-se e cumprir a nossa vontade.<sup>61</sup>

A guerra descrita por Clausewitz é uma trindade composta por violência, ódio e animosidade que é preciso considerar como impulso natural. Depois um jogo de probabilidade e acaso, seguida finalmente pela sua natureza subordinada ao instrumento da política pertencente à razão pura. O primeiro dos aspetos concerne ao povo, o segundo aos comandantes e exércitos e o último aos governos.<sup>62</sup>

A teoria existe para que ninguém tenha de selecionar e organizar o material existente, mas sim que consiga aceder com maior facilidade.<sup>63</sup> Este é o pensamento de Clausewitz, mas também de Colin Gray, abordado mais à frente. A teoria é fulcral e uma parte basilar da estratégia serve para explicar os elementos e as especificidades históricas. A natureza da estratégia faz com que esta seja adaptável, existindo mudanças históricas e específicas quanto às suas características.<sup>64</sup>

A tática e a doutrina militar têm ambas uma índole mais versada para as forças armadas, por isso a tipologia de guerra postulada nesta dissertação foca-se mais na estratégia e na contextualização histórica, entre outros âmbitos. Estratégia é identificada como a direção e os meios escolhidos para atingir os objetivos.<sup>65</sup> A Estratégia, em específico a função, tem de ter uma teoria geral e não pode ser diferente de cultura em cultura. A teoria geral tem de ser aplicável à Rússia e a China, como aos EUA e Inglaterra. Porém, é preciso ter em conta os contextos distintos que pode ser aplicada.<sup>66</sup>

---

<sup>60</sup> Ver Clausewitz, *On War*. "We Ver, therefore, that war is not merely an act of policy but a true political instrument, a continuation of political intercourse, carried on with other means. What remains peculiar to war is simply the peculiar nature of its means."

<sup>61</sup> Ver Clausewitz, *On War*. "War is thus an act of force to compel our enemy to do our will."

<sup>62</sup> Clausewitz, von Carl. 2007 "Introduction" in *On War*. Xxix. Oxford: Oxford University Press.

<sup>63</sup> Ver Clausewitz, *On War*. "Theory exists so that one need not start afresh each time sorting out the material and ploughing through it, but will find it ready to hand and in good order."

<sup>64</sup> Ver Colin Gray, *Strategy Bridge*. "Theory has to expose the general nature of strategy as well as explain the elements that shape and drive specific historical strategies. It is in the nature of strategy for its historical, specific, character to be ever changing."

<sup>65</sup> Ver Colin Gray, *Strategy Bridge*. "Strategy (content neutral): The direction and use made of means by chosen ways in order to achieve desired ends."

<sup>66</sup> Gray, Colin S., 2011. *The Strategy Bridge: Theory for Practice*. 57. Oxford: Oxford University Press.

Clausewitz identificou cinco principais elementos da Estratégia, moral; físico; matemático; geográfico e estático. O primeiro corresponde às influências e qualidades psicológicas; o segundo ao número de tropas nas forças armadas e o seu armamento; o terceiro inclui linhas de operação e cálculos matemáticos; o quarto a influencia que a geografia tem como rios e montanhas; e por último o estatístico que diz respeito ao suporte e manutenção.<sup>67</sup>

A aplicação no futuro da ‘guerra da Trindade’ e a guerra postulada por Clausewitz foi refutada por Colmar von der Goltz na sua obra *Das Volk in Waffen*. Nesta obra de 1883, sobre a Nação em armas, von der Goltz reiterou o enfâse de Clausewitz da guerra como exercício de violência sem restrição.<sup>68</sup> O que os distingue é o ponto de vista face aos atores da guerra, sendo a guerra para Clausewitz algo feito por exércitos. A retórica de 1793 era do chamamento da bandeira, uma nação vestia o seu uniforme e preparava-se para combater o inimigo.<sup>69</sup> Mais tarde e com o progresso, a guerra tomou proporções cada vez maiores, dificilmente geridas por um só líder, que por sua vez já tinha outras responsabilidades. Em 1870 ficou claro que se a guerra estava subordinada à política, então teria de estar subordinada aos políticos.<sup>70</sup>

A teoria tem de ser abrangente, de modo a incluir todos os aspetos possíveis quer presentes quer de outras épocas. Tem de ser baseada em constantes ou algo absoluto, não em eventos que possam ser temporários independentemente de quão dominantes esses eventos sejam em qualquer guerra em particular. A teoria tem de constantemente passar o teste de realidade, não pode insistir em algo ilógico que tenha sido comprovado como falso.<sup>71</sup>

A natureza da Estratégia tem um papel a desempenhar tanto em paz como em guerra. No caso de não existir uma ameaça dominante e declarada, qualquer estratégia tem de planear e seleccionar os seus adversários, mesmo que seja apenas para cultivar a racionalidade e planeamento organizado. Clausewitz define “estratégia é o uso do recontro para o propósito da guerra”, é o uso da força para concretizar objetivos militares

---

<sup>67</sup> Idem. 75.

<sup>68</sup> Crevelde, van Martin, 1991. *The transformation of War*. 101. New York: The Free Press.

<sup>69</sup> Ver Martin Van Crevelde, *The transformation of War*. “The rhetoric of 1793 could now be put into practice: called to the flag, the entire nation would put on its uniform, take up its arms, and hurl itself on the enemy.”

<sup>70</sup> Crevelde, van Martin. *The transformation of War*. 104.

<sup>71</sup> Gilbert, Felix. *Makers of Modern Strategy*. 192-193.

e por extensão o propósito político da guerra. O estratega tem de definir o alvo operacional da guerra de acordo com os seus fins. Este traçará um plano da guerra para que sejam determinadas as ações a cumprir, de certa forma a delinear as campanhas individuais.<sup>72</sup>

É “axiomático que os estudos estratégicos envolvam o estudo da estratégia” para Robert Ayson, mas isto não ajuda necessariamente a “determinar as origens deste assunto académico, com os seus próprios princípios conceptuais.”<sup>73</sup> Para o Ocidente estratégia surge da Antiguidade Grega, *strategos* como o líder de um exército. Porém, o foco na guerra em si e o tratamento dessa temática não é tudo sobre o estudo da estratégia. Os estudos dependem das origens políticas, a sua aplicação, as implicações da violência organizada em tempos de paz e de guerra, entre outros parâmetros. Esta entendimento moderno e a ligação entre guerra e política é desenvolvido séculos depois com Clausewitz.<sup>74</sup>

O capitão Liddell Hart pode ser considerado como o impulsionador da distinção entre *grand strategy* e estratégia, sendo esta estratégia militar. No século XX este capitão analisou o período da I Guerra Mundial até a Guerra Fria, observando que a *grand strategy* “serve para dar um sentido de execução de uma política, pois o seu papel é o de coordenar e dirigir todos os recursos de uma nação ou de um grupo de nações, para a consecução do objeto político, visado com a guerra, que é definido pela política”.<sup>75</sup> Este acabou por identificar a um nível inferior a estratégia militar como “a arte de distribuir e aplicar os meios militares para atingir os fins da política”.<sup>76</sup>

Na obra de 1963 *Introduction a la Stratégie*, o general André Beaufre desenvolve uma diferente teorização, na qual a estratégia já não se limita a matérias de militares, existem outras alçadas como coação de tipo económico, psicológico e político. A estratégia para o general André Beaufre é a arte da dialética das forças, ou mais propriamente dos que utilizam a força, para resolver um conflito. Este autor apresenta uma sistematização da estratégia quanto à coação, dividindo em três níveis. A “Estratégia

---

<sup>72</sup> Clausewitz, Carl von. 1976. *On War*. 79. Oxford: Oxford University Press.

<sup>73</sup> John Ravenhill. 2008. "32. Strategic Studies." in *The Oxford Handbook Of International Relations*, edited by Christian Reus-Smit and Duncan Snidal. 284. Oxford: Oxford University Press. <https://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199219322.001.0001/oxfordhb-9780199219322-miscMatter-4>.

<sup>74</sup> Ibid.

<sup>75</sup> Garcia, Francisco Proença. *Da Guerra e da Estratégia*. 120-121.

<sup>76</sup> Ibid.

total”, as múltiplas estratégias gerais e num nível inferior as várias estratégias particulares de cada estratégia geral, identificando ainda estratégia operacional como uma categoria distinta, que mantém o elo entre a conceção e a aplicação.<sup>77</sup>

O tenente-general Abel Cabral Couto influenciou o ensino da estratégia portuguesa no final do século XX, descrevendo estratégia como “a ciência e a arte de desenvolver e utilizar as forças morais e materiais de uma unidade política ou coligação, a fim de se atingirem objetivos políticos que suscitam ou podem suscitar, a hostilidade de uma outra vontade política”.<sup>78</sup> Já no plano norte-americano, Colin Gray apresentou uma definição de inspiração clausewitziana, sendo estratégia “o uso da força e a ameaça da força” para atingir os objetivos da política.<sup>79</sup> Por sua vez, *grand strategy* para o mesmo autor é o “uso propositado de todos os recursos de um Estado, não apenas para o uso do instrumento militar”.<sup>80</sup>

A Geopolítica é um fenómeno da sua época respetiva, sofrendo alterações quanto ao seu significado à medida que estes são desenvolvidos. Em 1899, Rudolf Kjellén descreveu a geopolítica como “a teoria do estado como um organismo geográfico ou fenómeno no espaço.”<sup>81</sup> Karl Haushofer definiu geopolítica como “a ciência nacional do estado (...) a doutrina sobre o determinismo espacial de todos os processos políticos, baseada nas amplas fundações da geografia, especialmente da geografia política.”<sup>82</sup> Edmund Walsh expôs a sua tese sobre geopolítica americana, baseada na justiça internacional, referindo que era “a combinação do estudo da geografia humana e ciência política aplicada (...) remontando a Aristóteles, Montesquieu e Kant”.<sup>83</sup>

O britânico Geoffrey Parker por sua vez definiu geopolítica como “o estudo das relações internacionais de uma perspectiva espacial ou geográfica”. O geógrafo John Agnew expressou o termo como a análise “de pressupostos geográficos, designações e

---

<sup>77</sup> Ibid.

<sup>78</sup> Ibid.

<sup>79</sup> Ver Francisco Proença Garcia, *Da Guerra e da Estratégia*. “A definição de Colin Gray, permanece muito próximo de Clausewitz, referindo o autor que “following Clausewitz (who else), I must insist that Strategy is about the use made of force and the threat of force for the goals of policy” (2006; p. 14).”

<sup>80</sup> Gray, Colin S. 2007. *War, Peace and International Relations: An Introduction to Strategic History*. New York: Routledge.

<sup>81</sup> Cohen, Saul Bernard. 2015. *Geopolitics: The Geography of International Relations*. 15. London: Rowman & Littlefield.

<sup>82</sup> Ibid.

<sup>83</sup> Ibid.

entendimentos”<sup>84</sup> que fazem parte do processo de criação da política internacional. O perito de segurança nacional Robert Kaplan descreveu que a geopolítica e a competição por espaço era eterna, tomando uma abordagem determinista. Ao adotar esta abordagem, é desconsiderado o facto de que existem certas regiões e locais que perdem a sua importância com o passar do tempo.<sup>85</sup>

Se a geopolítica for entendida como o elo que integra geografia e política internacional, então estes podem definir a geopolítica não como uma “escola de pensamento, mas como um modo de análise”. Saul Bernard Cohen definiu geopolítica como “a análise da interação, por um lado, perspectivas geográficas, e por outro, processos políticos. Estas perspectivas são compostas pelas condições geográficas e padrões das diferentes regiões que representam. Os processos políticos são compostos pelas entidades que operam a um nível internacional e nacional que possam influenciar de alguma forma o sistema internacional. As perspectivas e os processos são ambos dinâmicos e influenciam-se mutuamente, e a geopolítica analisa as consequências destas interações.”<sup>86</sup>

A geopolítica apoia-se em duas fontes, geografia e política, elucidando a razão pela qual há diferentes métodos para analisar cada uma e para analisar a geopolítica em si. Visto que a maior parte das teorias e conceitos mais antigos desapareceram gradualmente do pensamento geográfico, muitos historiadores e cientistas políticos tiveram uma maior dificuldade em adaptar-se. A natureza da geografia é complexa e dinâmica, tal como a própria geopolítica. A geopolítica moderna pode ser dividida em cinco partes, a da hegemonia imperial, a *geopolitik* alemã, a geopolítica americana, a da Guerra Fria e a da pós-Guerra Fria.<sup>87</sup>

O verdadeiro valor da geopolítica moderna está assente na análise académica dos fatores geográficos subjacentes às relações internacionais e às respetivas interações. Esta análise não determina a direção que o Estado tem de tomar, mas apresenta um número de direções possíveis que terão um impacto nas relações e interações. A geografia como disciplina teve de progredir além de alguns pressupostos controversos.<sup>88</sup> Esta área do saber tinha sido explorada de uma forma determinista, como um conjunto de leis que governavam a estratégia estatal, até progredir para os pressupostos geográficos de

---

<sup>84</sup> Cohen, Saul Bernard. *Geopolitics*. 17-18.

<sup>85</sup> Cohen, Saul Bernard. *Geopolitics*. 17-18.

<sup>86</sup> Cohen, Saul Bernard. *Geopolitics*. 16.

<sup>87</sup> *Ibid.*

<sup>88</sup> Cohen, Saul Bernard. *Geopolitics*. 15-16.

*realpolitik*. Apresentada como uma ciência, o seu valor e legitimidade académicos foram postos em causa devido à falta de princípios empíricos no seu desenvolvimento por doutrinas que apenas serviam para estados em específico. Mais tarde o foco de *realpolitik* foi criticado pela ausência de uma base ética e moral, sendo inclusive utilizada pelo nacional-socialismo. Durante e desde a Guerra Fria permanece dividido entre duas diferentes escolas de pensamento, uma centrada na nação e a outra com uma perspetiva universal.<sup>89</sup>

### **I.III Evolução e tipologia de guerras**

A História geoestratégica sofreu alterações em paralelo com a do Sistema Internacional. Quando surgem novos poderes, os estados adquirem maior capacidade ou o fenómeno inverso sucede, existem transformações inerentes. Por exemplo, quando o Japão corroborou a sua posição como a potência asiática; a Alemanha foi unificada e os EUA demonstraram a sua aptidão em projetar poder a longa distância. O Sistema deixou de ser unipolar e tornou-se multipolar, surgindo novos padrões de conflitos, sendo estes mais frequentes e mais rápidos.<sup>90</sup>

Porém, o padrão de conflitos sofreu alterações novamente, com o exponencial aumento de rivalidades entre grandes potências, levando ao período das Guerras Mundiais e diversos conflitos de menor alcance entre as Guerras. Este momento histórico ficou marcado pela ascensão norte-americana para uma posição hegemónica, em detrimento da antiga hegemonia inglesa e europeia. O pós-Segunda Guerra ficou caracterizado pela Guerra Fria, a rivalidade entre dois blocos económicos, ideológicos e políticos. No contexto MAD (*Mutual assured destruction*), as duas grandes potências competiram de uma forma habitualmente indireta, com *proxy wars* nas respetivas esferas de influência.<sup>91</sup> Esferas de influência que foram moldadas ao longo da Guerra Fria e inclusive sofreram

---

<sup>89</sup> Cohen, Saul Bernard. *Geopolitics*. 15-16.

<sup>90</sup> Garcia, Francisco Proença. *Da Guerra e da Estratégia*. 29-30.

<sup>91</sup> Idem. 96.

alterações. A separação sino-soviética foi a mais marcante para a geoestratégia comunista, na qual duas potências reclamavam liderar a vanguarda internacional.

A dissolução da União Soviética e o desmembramento das democracias populares satélite cessou a bipolaridade internacional, mas não iniciou a era do fim da História como Fukuyama dissertou. Por sua vez, múltiplos conflitos eclodiram, de conflitos congelados a escaladas de violência. O fim da Guerra Fria provocou várias alterações e instabilidade, surgindo diversas ameaças outrora esquecidas ou recentes. Violência assimétrica tornou-se o *modus operandi* dos atores do Sistema Internacional, típicos da conjuntura unipolar do pós-Guerra Fria. Ou seja, atores estatais, mas também não-estatais, como organizações criminosas e terrorismo transnacional. Já não bastava definir o tipo de conflitos como ‘guerra irregular’ como anteriormente, devido à própria natureza dos mesmos. É violência assimétrica permanente, com a possibilidade de surgir em qualquer região do mundo.<sup>92</sup>

Há uma maior imprevisibilidade e heterogeneidade, a ameaça bem definida durante a Guerra Fria desapareceu e foi substituída por uma variedade de riscos e desafios. A conceção clausewitziana das guerras do anterior sistema, com o Estado; Forças Armadas e População, já não basta para justificar a violência global. Esta violência é permanente, assimétrica e pode surgir de qualquer continente.<sup>93</sup>

Para o Ocidente a guerra é habitualmente um conflito militar regular entre Estados, com recurso às Forças Armadas. No fim da Segunda Guerra Mundial a violência assimétrica e os fenómenos outrora compreendidos como guerra irregular tornaram-se mais frequentes, a guerra entre Estados soberanos deixou de ser tão frequente. Os conflitos nacionais e regionais não eram desenvolvidos num vácuo, sofrendo mutações devido a influências externas, pois tornou-se preponderante a presença de atores estatais e não-estatais, direta ou indiretamente. As sociedades pós-modernas porventura observaram uma evolução no que diz respeito à guerra tradicional. A terminologia aplicada, não tanto a tipologia, sofreu alterações, uma necessidade inerente de padronização.<sup>94</sup>

---

<sup>92</sup> Telo, António José. “Reflexões Sobre a Revolução Militar em Curso”, *Nação e Defesa* Vol. 103: 2ª série (Outono-Inverno 2002), pp. 211-249. [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1275/1/NeD103\\_AntonioJoseTelo.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1275/1/NeD103_AntonioJoseTelo.pdf)

<sup>93</sup> Garcia, Francisco Proença. *Da Guerra e da Estratégia*. 97.

<sup>94</sup> Idem. 73-74.

Para Clausewitz a guerra faz parte da existência social do Homem, um choque de interesses resolvidos pelo derrame de sangue, daí a diferenciação de outros tipos de conflito. Clausewitz compara a guerra ao comércio, também caracterizado pelo conflito de interesses, sendo a política uma espécie de comércio em larga escala.<sup>95</sup> De qualquer forma, a guerra tem uma dimensão económica, na sua origem e/ou consequências. Uma guerra económica pode ser utilizada como instrumento pelos Estados ou atores não-estatais como organizações económicas, para conquistar um objetivo económico, mas também político-militar.

As formas de guerra nas guerras internacionais divergem consoante a intensidade da violência, podendo possuir características políticas ou psicológicas. A divisão entre guerra fria e quente é ténue, podendo existir interligações ou momentos mais ambíguos.<sup>96</sup> As guerras clássicas ou convencionais, tal como as nucleares, são contempladas na guerra quente. A guerra clássica ou convencional pende sobre a utilização de meios militares, contemplando também a ameaça de utilização de meios nucleares. A nuclear já abrange a utilização efetiva de armas nucleares, quer seja taticamente, ou seja, limitadamente ou sem restrições, e por isso ilimitada.<sup>97</sup>

A guerra psicológica utiliza meios que visam condicionar e manipular os sentimentos e opinião da população, mas das autoridades também. Esta guerra existe para suplementar outro tipo de conflito, sendo empregue para erodir elos sociopolíticos do adversário.<sup>98</sup>

A guerra de informação foca-se em apoiar a política nacional e estratégia militar ou até mesmo afetar a informação que o adversário obtém, através de ações ofensivas. Ou seja, a obtenção e difusão de informação que possa ter impactos incrementais favoráveis nacionalmente e desfavoráveis nos domínios afetados pertencentes aos adversários. Viegas Nunes (1999), na Academia Militar, define-a como “tudo o que se possa efetuar para preservar os nossos sistemas de informação, da exploração, corrupção ou destruição enquanto simultaneamente se explora, corrompe ou destrói os sistemas de informação

---

<sup>95</sup> Ver Clausewitz, *On War*. “Rather than comparing it to art we could more accurately compare it to commerce, which is also a conflict of human interests and activities; and it is still closer to politics, which in turn may be considered as a kind of commerce on a larger scale.

<sup>96</sup> Garcia, Francisco Proença. *Da Guerra e da Estratégia*. 64.

<sup>97</sup> *Ibid.*

<sup>98</sup> *Idem*. 80.

adversários, conseguindo obter a necessária vantagem de informação”.<sup>99</sup> As guerras de informação são as guerras típicas das sociedades pós-modernas, sendo que no espaço de batalha atual o mais importante é o domínio do acesso e utilização oportuna da informação.<sup>100</sup>

A guerra preemptiva é desenvolvida num contexto específico, nomeadamente atacar o adversário antes que o mesmo consigo, de modo a neutralizar uma ameaça declarada.<sup>101</sup> Por sua vez, a guerra preventiva beneficia do fator surpresa, pois quem opera nesse âmbito assume a iniciativa de atacar primeiro. É uma terminologia utilizada amplamente pelas diferentes administrações norte americanas para justificar a *War on Terror*.<sup>102</sup>

As evoluções exponenciais da Internet e da globalização foram fatores determinantes para a conceção do ciberespaço, o palco virtual onde inúmeras interações podem decorrer. Ciberespaço entendido como “o conjunto de computadores, redes, programas, e dados que materializam a infraestrutura de informação.”<sup>103</sup> As sociedades industriais, em grande medida as que participam no sistema de mercado livre dependem das redes e sistemas de informação, pois são fontes que garantem a sua prosperidade.<sup>104</sup> A ciberguerra é desenvolvida neste espaço eletrónico e informático, focado em derruir os sistemas e comunicações do adversário enquanto se salvaguarda os próprios.<sup>105</sup> Consoante o impacto de um ciberataque, este pode ser considerado estratégico, se comprometer as capacidades vitais do Estado inimigo, como o bem-estar da sociedade ou a segurança.<sup>106</sup>

As características e moldes dos conflitos mais recentes são desenvolvidos num plano de convergência física e psicológica, mas também de combatentes e não-

---

<sup>99</sup> Idem. 83.

<sup>100</sup> Ibid.

<sup>101</sup> Ibid.

<sup>102</sup> Ver Francisco Proença Garcia, *Da Guerra e da Estratégia*. “Esta terminologia está agora em voga, pois a Administração norte-americana tem-na utilizado como justificativo da sua luta contra o terrorismo transnacional.”

<sup>103</sup> Nunes, Paulo Fernando Viegas. “Ciberterrorismo: Aspectos de Segurança.” *Revista Militar*, nº2433, 2004. <https://www.revistamilitar.pt/artigo/428>.

<sup>104</sup> Ibid.

<sup>105</sup> Garcia, Francisco Proença. *Da Guerra e da Estratégia*. 82.

<sup>106</sup> Nunes, Paulo Fernando Viegas. “Ciberterrorismo.”

combatentes. As diferentes distinções e tipos operacionais de outrora como terrorismo, irregular, convencional e criminoso têm perdido utilidade.<sup>107</sup>

A National Defense Strategy de 2005 referia que se estavam a viver tempos de desafios não-convencionais e incerteza estratégica, desafios diferentes dos que ameaçavam os EUA antes da Guerra Fria. Neste documento é mencionado também que a estratégia adotada iria influenciar o panorama geoestratégico internacional, devido ao estatuto e capacidade que os EUA possuíam.<sup>108</sup> Ou seja, já eram identificadas ameaças para além das convencionais e entre Estados. O 2005 National Defense Strategy reconhecia as fragilidades cada vez maiores dos EUA face a métodos menos convencionais de conflitos. Enquanto conflitos intraestatais e civis sempre existiram com considerável frequência, o impacto estratégico e efeitos operacionais tinham pouco impacto nas forças armadas Ocidentais, nomeadamente nos EUA. Havia um foco maior nas ameaças de natureza estatal e de grande intensidade convencional, que explica o poderio operacional superior dos EUA, medida em termos de capacidade convencional a um nível global. Porém, em 2009 já seria evidente que o investimento prioritário teria de mudar, pois as condições começavam a mudar, a frequência e o caráter do conflito tornou-se diferente.<sup>109</sup>

Infelizmente, para o *National Defense Strategy*, as formas e moldes de operar num conflito são cada vez mais difusas, não ficando limitadas às distinções e categorizações mais estanques. Como anteriormente indicado, as circunstâncias mais difíceis surgiam em contextos complexos, como no Iraque e Afeganistão onde estavam presentes desafios e irregulares, ou com a *al-Qaeda* com grande capacidade de destruição.<sup>110</sup> Esta visão coincide com a que analistas possam ter, uma visão na qual os conflitos atuais e futuros não pertencem a uma caracterização específica, mas a algo multimodal e de diferentes variantes. Daí a importância que já era colocada na natureza permeável da guerra, na qual pode existir diferentes combinações de modo a aumentar a frequência e destruição dos conflitos.<sup>111</sup>

---

<sup>107</sup> Hoffman, Frank G. "Hybrid Warfare and Challenges." *Small Wars Journal*, no. 52 (2009): 34–39. <https://smallwarsjournal.com/documents/jfqhoffman.pdf>.

<sup>108</sup> Department of Defense, "The National Defense Strategy of the United States of America". March 2005, <https://archive.defense.gov/news/Mar2005/d20050318nds1.pdf>

<sup>109</sup> Hoffman, Frank G. "Hybrid Warfare and Challenges." *Small Wars Journal*, no. 52 (2009): 34–39. <https://smallwarsjournal.com/documents/jfqhoffman.pdf>.

<sup>110</sup> Department of Defense, "The National Defense Strategy of the United States of America". March 2005.

<sup>111</sup> Hoffman, Frank G. "Hybrid Warfare and Challenges." *Small Wars Journal*, no. 52 (2009): 34–39.

## I.IV Guerra híbrida, subversão e assimetria

A guerra híbrida, *hybrid warfare*, é descrita por Frank G. Hoffman como um fenómeno que envolve várias formas de guerra e táticas em simultâneo, em vez de formas específicas como convencional, irregular e terrorista. Atividades criminosas podem compor também um fator híbrido, devido ao seu efeito desestabilizador e/ou forma como garante um fluxo de recursos aos combatentes de uma *insurgency*. As redes de organizações transnacionais criminosas conduzem este tipo de atividades que podem incluir narcoterrorismo, contrabando, trocas ilícitas de armas e munições, entre outras.<sup>112</sup>

Os maiores desafios do futuro podem não ser provenientes de Estados que optam apenas por uma medida, mas de Estados e grupos que utilizam uma ampla gama de táticas e tecnologias. Deste modo é criada uma cultura estratégia e geografia própria, tal como os seus objetivos. Colin Gray referiu que as categorias de como uma guerra era conduzida iriam ser cada vez menos estanques e mais difusas. A separação entre guerra regular e irregular será cada vez menos clara em prática do que conceptualmente ou legalmente.<sup>113</sup>

Guerras híbridas, nas palavras de Frank G. Hoffman, são mais que conflitos entre Estados e grupos armados. É a aplicação das várias formas de conflito que melhor distinguem ameaças híbridas, pois uma guerra híbrida pode ser conduzida por Estados e atores não-estatais.<sup>114</sup> Ameaças híbridas utilizam um amplo número de diferentes tipos de guerra, incluindo capacidades convencionais; táticas e formações irregulares; ataques terroristas violentos e/ou de modo a incitar desordem. Estas atividades podem ser operadas por unidades separadas ou até mesmo por apenas uma, mas são habitualmente desenvolvidas com um grau de sinergia estrategicamente, de modo a garantir efeitos em diferentes dimensões psicológicas e físicas.

Forças híbridas conseguem incorporar sistemas tecnológicos avançados para suplementar a sua estratégia e capacidade, operacionalmente forças híbridas militares são superiores às Ocidentais no seu espectro operacional limitado.<sup>115</sup> Estas ameaças não são

---

<sup>112</sup> Hoffman, Frank G. "Hybrid Warfare and Challenges." *Small Wars Journal*, no. 52 (2009): 36.

<sup>113</sup> Gray, Colin S., 2011. *Another Bloody Century: Future Warfare*. 370. London: Weidenfeld & Nicolson.

<sup>114</sup> Hoffman, Frank G. "Hybrid Warfare and Challenges." 36.

<sup>115</sup> Idem. 34–39.

novas, mas são diferentes, o fenómeno de concertar instrumentos convencionais e não-convencionais não é historicamente distinto, mas continua a ser desafiante.

Frank Hoffman também disserta sobre *compound wars*, guerras que envolvem coordenação estratégica entre forças regulares e irregulares sobre a mesma égide e direção.<sup>116</sup>

Os efeitos desta forma de guerra beneficiam pelo facto de ao ser posta em prática, o líder político ou militar poderá aproveitar as vantagens das diferentes fontes utilizadas. As suas forças não-convencionais podem sabotar e atacar pontos vulneráveis, enquanto as suas forças convencionais procuram obter uma vitória decisiva concentrada. A Revolução Americana é o exemplo dado para este tipo de guerra. A campanha da Carolina do Sul foi operada por guerrilhas e combate não-convencional, enquanto a de George Washington seguiu a operacionalidade convencional de soldados. Existem semelhanças com as guerras napoleónicas, que são habitualmente analisadas no âmbito de grandes exércitos, mas também da atrição na península Ibérica e Rússia. O Vietname, embora séculos depois destes conflitos, é um dos exemplos clássicos de conjugar táticas irregulares e capacidade convencionais, os Viet Cong e as forças armadas do Vietname do Norte, respetivamente. Um terreno estratégico e analítico tão ambíguo que até os dias de hoje muitos norte-americanos ainda debatem sobre se foi uma vitória ou derrota e que tipo de guerra estavam a combater.<sup>117</sup>

Se as *compound wars* existem num campo ambíguo na sua concertação de regular e irregular, convencional e não convencional, a amálgama dessas diferentes capacidades nas guerras híbridas é até mais complexa. Por exemplo, habitualmente as *compound wars* são compostas por uma certa sinergia e combinações a um nível estratégico, mas não pela sua complexidade e pelos modos de conflito utilizados em simultâneo.

As forças irregulares no caso de *compound wars* operavam como distração e num teatro de operações adjacente. Mas o conceito de *compound* não captura outros *case studies* nos quais há uma evidente fusão de modos de condução de guerra. Apesar do conflito tradicional permanecer como uma possibilidade perigosa, nomeadamente pela escala que pode atingir, a probabilidade de os Estados defrontarem adversários que utilizam diferentes tipos de guerra tornou-se maior. Houve uma mudança quanto aos

---

<sup>116</sup> Hoffman, Frank G. "Hybrid Warfare and Challenges." *Small Wars Journal*, no. 52 (2009): 34–39.

<sup>117</sup> *Ibid.*

desafios que os Estados tinham de lidar, deixando de ser múltiplos desafios para uma convergência dos mesmos em guerras híbridas.<sup>118</sup>

Estas guerras híbridas unem a letalidade dos conflitos entre Estados com o fervor zeloso de guerra irregular. Os atores dos conflitos híbridos podem ser Estados, grupos financiados por Estados ou por vezes até atores não-estatais com o seu próprio financiamento. Estes atores utilizam arsenais militares modernos, como sistemas de comando encriptados e outros sistemas modernos letais, mas também métodos de *insurgency* como por exemplo explosivos improvisados e emboscadas. Os Estados que conduzem guerras híbridas podem utilizar armas antissatélite combinado com terrorismo e ciberguerra contra instituições financeiras rivais. Mantendo a guerra híbrida em mente, será cada vez mais difícil classificar Estados como essencialmente forças tradicionais e convencionais, ou atores não-estatais como irregulares e não-convencionais. Os desafios do futuro são e serão compostos por uma ampla e complexa rede de estruturas e estratégias alternativas, nas quais diferentes atores desconstruirão as vulnerabilidades do adversário e desenvolverão as medidas apropriadas.<sup>119</sup>

Com ou sem o auxílio estatal, a capacidade dos grupos organizados versados neste tipo de guerra tende em aumentar, enquanto os incentivos que os Estados têm de explorar medidas não-tradicionais de guerra também. Este tipo de táticas é geralmente descrito como as táticas dos fracos, visto que atores não-estatais não têm outras possibilidades e capacidade de conduzir outro tipo de guerra. Frank Hoffman refere que em vez de ser por motivos de fraqueza, existem oponentes que utilizam estes meios por causa da sua eficácia, mudando a noção de táticas dos fracos para a dos inteligentes e ágeis.<sup>120</sup>

Embora o aumento de guerras híbridas conduzidas por diferentes atores Estatais e não-estatais não signifique o fim de guerras convencionais, permanece como um fator desafiante para qualquer planeamento de segurança e defesa. Para países como os EUA, com o seu domínio de guerra convencional e o reforço de métodos de *counterinsurgency*, a desafio está em conseguir harmonizar ambos.

Os atores híbridos com o tempo e experiência tendem a ser cada vez mais experientes na utilização de diferentes tipos de armamento. A evolução da tecnologia de

---

<sup>118</sup> Idem. 38.

<sup>119</sup> Hoffman, Frank G. "Hybrid Warfare and Challenges." *Small Wars Journal*, no. 52 (2009): 38.

<sup>120</sup> Idem. 38-39.

informação irá tendencialmente auxiliar a aprendizagem de potenciais inimigos híbridos, permitindo que o conhecimento seja transferido de um teatro para outro.<sup>121</sup> Este fenómeno de irregulares e *insurgents* partilharam saber e *know-how* não é restrito à era atual, comprovado pela proliferação do pensamento de Mao Zedong quanto à guerra popular. A Internet permitiu a rápida difusão de táticas e técnicas diferentes, Frank Hoffman inclusive dá o exemplo da situação do Iraque e Afeganistão com aparelhos explosivos.<sup>122</sup> Até estados irão conduzir guerras híbridas e estratégias não-convencionais para reduzir a capacidade norte-americana.<sup>123</sup>

As forças armadas israelitas em 2006 enfrentaram membros do Hezbollah com experiência operacional extremamente avançada e com um armamento variado como armas antitanque. Esta experiência tem sido um dos maiores exemplos para os analistas de segurança e defesa de como a guerra híbrida é um fator a ter em consideração e a investigar pela ameaça que representa. É um elemento bélico que define conflitos contemporâneos.<sup>124</sup>

A guerra assimétrica utiliza o fator surpresa e meios imprevistos, combatendo a superioridade operacional do adversário com respostas assimétricas. É principalmente de desgaste, recorrendo ao crime organizado e terrorismo se assim for necessário.<sup>125</sup> Porém, para Rupert Smith a prática da guerra, a sua arte, tem o objetivo de conseguir uma assimetria sobre o adversário. Para este general, descrever guerras como assimétricas é um eufemismo, um reconhecimento tácito de que não se está a ganhar a guerra e de que o adversário não está a conduzir a guerra nos mesmos termos.<sup>126</sup>

Muitos Estados, nomeadamente os ocidentais, enviam as suas forças armadas convencionais para o campo de batalha assimétrico e não têm tido nem sucesso nem completado o objetivo planeado. Rupert Smith refere que este resultado provém do lapso cometido na análise entre *deploying* e *employing*. Ou seja, há uma falha de como as forças

---

<sup>121</sup> Ibid.

<sup>122</sup> Ibid.

<sup>123</sup> Ver Frank G. Hoffman, "Hybrid Warfare and Challenges". "And even states will increasingly turn to unconventional strategies to blunt the impact of American power."

<sup>124</sup> Flournoy, Michèle & Brimley, Shawn. (2008). The Defense Inheritance: Challenges and Choices for the Next Pentagon Team. The Washington Quarterly. 31. 60. [http://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/legacy\\_files/files/publication/twq08autumnflournoy.pdf](http://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/legacy_files/files/publication/twq08autumnflournoy.pdf)

<sup>125</sup> Garcia, Francisco Proença. *Da Guerra e da Estratégia*. 86.

<sup>126</sup> Ver Rupert Smith, *Utility of Force*. "The practice of war, indeed its "art," is to achieve an asymmetry over the opponent. Labelling wars as asymmetric is to me something of a euphemism to avoid acknowledging that my opponent is not playing to my strengths and I am not winning."

armadas são utilizadas, visto que o que usualmente se procura é uma vitória puramente militar, mas o problema original mantém-se por ser algo político.<sup>127</sup>

Uma força regular é utilizada para realizar um propósito político acatado por um governo legal, ou seja, opera como uma força militar sancionada pelo governo para desempenhar o monopólio da violência legítima. Já uma força irregular opera fora da esfera estatal e das leis do Estado, podendo pertencer a redes de crime organizado, organizações terroristas ou até mesmo estruturadas como exércitos como os Vietcong.<sup>128</sup>

Uma força armada é essencial para qualquer entidade geopolítica independente que pertença ao sistema de relações internacionais, porém tem de ser legal e transformada num exército regular. Independentemente do regime, existem quatro principais características ao longo da História das forças armadas que os Estados têm utilizado para salvaguardar os seus interesses. Essas características ou atributos são um corpo militar organizado; uma estrutura hierárquica subordinada à entidade estatal mais elevada; um estatuto legal de porte de armas com o seu código disciplinar e financiamento centralizado para a compra de material bélico.<sup>129</sup>

Rupert Smith refere também que o Ocidente vive uma época de desinteresse crescentemente em relação a todos os aspetos militares. O ataque ao *World Trade Center* tenha incutido maior interesse público em questões de defesa nos EUA. Porém em geral, o diálogo desde o fim da Guerra Fria sobre matérias militares tem sido relegado para orçamentos e a moralidade do uso da força.<sup>130</sup>

Tal como existem critérios para considerar uma guerra internacional e a suas ramificações como limitadas ou ilimitadas, as guerras internas também têm as suas divisões. As guerras internas podem ser consideradas como golpes de Estado, revoluções, guerras civis, revoltas militares e guerras subversivas.<sup>131</sup>

O golpe de Estado é uma ação clandestina com rapidez de um grupo restrito contra o *status quo* na tentativa de neutralizar lideranças e personalidades, com intuito da tomada técnica do poder. Uma revolução é um levantamento popular não planeado e

---

<sup>127</sup> Smith, Rupert. 2007. *The Utility of Force: The Art of War in the Modern World*. 25. New York: Alfred A. Knopf.

<sup>128</sup> Idem. 28-29.

<sup>129</sup> Smith, Rupert. *The Utility of Force*. 25-29.

<sup>130</sup> Idem. 32-34.

<sup>131</sup> Garcia, Francisco Proença. *Da Guerra e da Estratégia*. 65.

aparentemente sem controlo. As guerras civis apesar de não serem um fenómeno estritamente contemporâneo, a sua visibilidade tornou-se exponencialmente maior no período pós-II Guerra Mundial. Depois de 1980 foram despoletadas 28 guerras civis e depois de 1990 cerca de 40 unidades políticas estavam envolvidas em conflitos similares. Durante a guerra civil, uma parte da população luta contra o poder estabelecido, com o intuito de obter reconhecimento dos privilégios de soberania.<sup>132</sup>

A guerra subversiva consiste principalmente em danos ou vitórias psicológicas, utilizando a dialética política pois as palavras hostilizam o inimigo e restauram a moral aliada.<sup>133</sup> A população desempenha um papel fundamental, apoiando os subversivos com mais recrutas e auxiliando na circulação camuflada dos membros, evitando assim a sua deteção. Clausewitz indagou sobre a própria Guerra Peninsular e até apresentou considerações sobre o que significava um povo em guerra, uma forma lenta e demorada para afetar as bases inimigas.<sup>134</sup> São diversos os autores que postulam sobre subversão e guerra subversiva, de diferentes culturas e localizações geográficas. É uma estratégia indireta, a excelência da subversão foca-se em “destruir a resistência do inimigo sem sequer combater”, como descreve Sun Tzu.<sup>135</sup>

Diferentes autores indagaram sobre o fenómeno subversivo, afirmando que este é mais propício nas democracias ocidentais devido à sua organização social e características próprias.<sup>136</sup> Os aparelhos jurídicos e burocracia atrasam os tempos de resposta; a existência do “fosso tradicional entre pensamento político e pensamento estratégico” e existe uma clivagem entre a vida militar e a vida civil. Ou seja, as democracias ocidentais não têm ferramentas contra-subversivas, de modo a isolar específicos grupos ou indivíduos que de outra forma seriam considerados como ameaças.<sup>137</sup>

A construção de metodologias sistemáticas de cariz quantitativas ao que pertence à análise da guerra é relativamente recente. Além disso, as separações entre cada tipologia

---

<sup>132</sup> Idem. 66-67.

<sup>133</sup> Garcia, Francisco Proença. *Da Guerra e da Estratégia*. 127.

<sup>134</sup> Idem. 128.

<sup>135</sup> Ver Sun Tzu, *Art of War*. “Hence to fight and conquer in all your battles is not supreme excellence; supreme excellence consists in breaking the enemy’s resistance without fighting.”

<sup>136</sup> Garcia, Francisco Proença. *Da Guerra e da Estratégia*. 142.

<sup>137</sup> Idem. 141-142.

não são estanques, podendo surgir pontos em comum ou semelhanças. Usualmente existe alguma incerteza quanto aos conceitos de subversão e guerra subversiva.

Especificamente, a subversão é descrita pelo General Cabral Couto como todo o tipo de ações deliberadas e postas em prática por qualquer organização. Estas organizações ou movimentos recorrem a diferentes formas de atuação extralegal com o intuito de corroer o poder estabelecido e habitualmente o *status quo* político-social. Já a guerra subversiva, descrita também pelo General Cabral Couto, consiste na “luta conduzida no interior de um território, por parte da população, ajudada e reforçada ou não do exterior, contra a autoridade de direito ou de facto.”<sup>138</sup> O objetivo desta guerra é a de retirar a essa autoridade o controlo do território ou imobilizar a sua ação. A guerra subversiva é caracterizada por ser um conflito prolongado marcado pelos seus objetivos intermédios, até a final etapa da conquista do poder.<sup>139</sup>

Cabral Couto sistematizou as técnicas destrutivas e construtivas da estratégia subversiva. Entre elas existem as técnicas de organização, para a sua estrutura; as de ações gerais, que promovem a globalidade da luta e as de ações especiais que já são a luta em si com recurso à própria ação militar clássica.<sup>140</sup>

A subversão tem diferentes fases, a de agitação é desenvolvida em clandestinidade, até que pode ser abandonada assim que os resultados começarem a ser visíveis.<sup>141</sup> A agitação permanece focada na propaganda, de modo a atrair o apoio dos neutros. A ordem é perturbada, de modo a que a autoridade seja posta em causa e a população venha a desafiá-la. O desprestígio da autoridade e a polarização política são fontes de indignação que sustentam os esforços dos grupos subversivos, uma agitação que pode levar a uma situação precária para o poder estabelecido.<sup>142</sup> A autoridade tem de conseguir ser eficiente na sua resposta, pois o controlo pontual não basta para combater o aumento gradual da subversão.<sup>143</sup>

---

<sup>138</sup> Ribeiro, Pedro Alexandre. "O Terrorismo e a Manobra Subversiva à escala Internacional. Medidas de Segurança a implementar pelos Estados." 2002-2004. Instituto de Altos Estudos Militares: Curso de Estado Maior. <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11856/1/MAJ%20Faria%20Ribeiro.pdf>

<sup>139</sup> Ibid.

<sup>140</sup> Garcia, Francisco Proença. *Da Guerra e da Estratégia*. 126.

<sup>141</sup> Idem. 130.

<sup>142</sup> Ibid.

<sup>143</sup> Idem. 131.

A fase armada conjuga guerrilheiros com grupos-chave como método de tomada de poder, com recurso a ataques terroristas se necessário. Novamente as populações desempenham um papel fulcral para a guerrilha, pois não é só a mobilidade e agilidade que mantém os guerrilheiros operacionais.<sup>144</sup>

A subversão em armas está subordinada a uma ideologia política de qualquer grupo organizado com o devido planeamento, preparado contra a administração estabelecida. O seu desenvolvimento e conduta são coordenados, em termos clausewitzianos o centro de gravidade está materializado na população.<sup>145</sup> É entendido como um fenómeno progressivo, com variados objetivos políticos, desde modificar o regime vigente até à própria dissolução do regime e criação de um novo.<sup>146</sup>

Com o fim da “Ordem dos Pactos Militares” o conflito subversivo sofreu várias alterações, particularmente o fim da Guerra Fria e a globalização.<sup>147</sup> Mesmo com alterações, o fenómeno retém linhas de continuidade com o passado, sendo reformulado com a melhoria de métodos e meios.<sup>148</sup>

Herfried Münkler descreve que as democracias ocidentais não conseguem reger-se pela longa guerra referida por Mao Zedong. Numa sociedade “pós-heroica” as perdas em combate são minimizadas, algo que apenas tecnologia militar superior possibilita.<sup>149</sup> Este faz referência à guerra do Golfo em 1991 e no Kosovo. A corrida armamentista da contemporaneidade não será simétrica, mas sim baseada na assimetria de alta tecnologia ou rudimentar.<sup>150</sup>

Apesar das contradições e problemas existentes em determinadas sociedades não corresponderem à existência de subversão, são catalisadores e propícios a expandir os problemas existentes, aumentando as clivagens na respetiva sociedade. As condições são genéricas, por sua vez as causas são particulares e adaptáveis, por isso cada exemplo deve ser analisado em específico.<sup>151</sup>

---

<sup>144</sup> Ibid.

<sup>145</sup> Idem. 124.

<sup>146</sup> Ibid.

<sup>147</sup> Idem. 134.

<sup>148</sup> Idem. 134-135.

<sup>149</sup> Münkler, Herfried. 2003. *The wars of the 21st century*. Revue Internationale de la Croix-Rouge/International Review of the Red Cross. 10. [https://www.icrc.org/en/doc/assets/files/other/irrc\\_849\\_munkler.pdf](https://www.icrc.org/en/doc/assets/files/other/irrc_849_munkler.pdf)

<sup>150</sup> Idem. 10.

<sup>151</sup> Garcia, Francisco Proença. *Da Guerra e da Estratégia*. 134.

*Unrestricted Warfare*, guerra ilimitada ou sem restrições é apresentada na obra do mesmo nome por dois coronéis chineses em meados de 1999. Qiao Liang e Wang Xiangsui postulam sobre a guerra e os moldes nos quais esta é traçada, referindo que âmbitos como política, economia, cultura, diplomacia, propaganda, etc. Ambos reiteram que sanções económicas, infiltração cultural e a utilização dos meios de comunicação abrangidos pelas leis internacionais são mais utilizados pelos estadistas do que o típico armamento militar.<sup>152</sup> No fim do século passado, a China não era a potência que atualmente leigos e académicos reconhecem. A hegemonia dos Estados Unidos da América permanecia vigente e sem rivais, por isso as táticas preconizadas na obra *Unrestricted Warfare* são adaptadas a um conflito assimétrico. O uso de *hackers* a instituições financeiras e monetárias, emprego dos meios de comunicação como propaganda, entre outros de modo a harmonizar meios militares e não-militares. É ilimitada pois o Direito Internacional e as regras não são contempladas pelas ferramentas utilizadas, não há leis de conduta.<sup>153</sup> De certo modo, existem semelhanças com a guerra popular de Mao Zedong, o âmbito de ambas concentra-se na compensação da inferioridade militar.

A geoestratégia mudou, já não é uma competição de blocos ideológicos, mas de blocos geoeconómicos.<sup>154</sup> A competitiva baseia-se no controlo de mercados e da economia, nomeadamente através de *Competitive Intelligence* e *Business Intelligence*, que podem conter meios ilegais como espionagem corporativa.

Os dilemas e ansiedades que Tucídides descreveu são bastante semelhantes dos conflitos da Grécia Antiga até a contemporaneidade, mas é necessário ser-se prudente. Os pressupostos fáceis de semelhanças entre esta era e outras, no que diz respeito à política e estratégia, têm de ser analisados com um método preciso, se possível teórico.<sup>155</sup> Mantendo a guerra do Peloponeso onde pertence, como um episódio da história estratégica, é possível observar “a nossa própria experiência na história estratégica” a “longo prazo contextual”.<sup>156</sup> O que nos é familiar e contemporâneo não é mais ou menos

---

<sup>152</sup> Ver Qiao Liang, *Unrestricted Warfare*. “And although economic assistance, trade sanctions, diplomatic mediation, cultural infiltration, media propaganda, formulating and applying international rules, using United Nations resolutions, etc., belong to different domains such as politics, economics, or diplomacy, statesmen use them more and more now as standard military means.”

<sup>153</sup> Lang, Qiao and Wang Xiangsui. 2017. *Unrestricted Warfare*. Shadow Lawn Press.

<sup>154</sup> Garcia, Francisco Proença. *Da Guerra e da Estratégia*. 79.

<sup>155</sup> Gray, Colin S. Report. Strategic Studies Institute, US Army War College, 2015. Acedido a 26 de Abril, 2021.

<sup>156</sup> *Ibid.*

autêntico do que a experiência que os gregos da Antiguidade tiveram.<sup>157</sup> A história estratégica pode ser entendida como “o resultado dinâmico das relações entre a natureza humana, o processo político e a lógica estratégica com método”.<sup>158</sup>

## Capítulo II: Estados Unidos da América 1989-2020

### II.I Contextualização Histórica EUA

A percepção moderna e contemporânea dos Estados Unidos da América é de uma potência com uma grande capacidade de projetar poder a longa distância e de poderio militar. Mas os EUA nem sempre foram uma entidade com os recursos e a possibilidade de combater a uma escala global, contra adversários convencionais e inimigos insurgentes. A guerra pela independência norte-americana tem fatores similares com a guerra da Indochina francesa e mais tarde Vietname.<sup>159</sup>

A guerra dos Sete Anos e decisivamente a guerra pela independência norte-americana foram os primeiros grandes conflitos que marcaram a cultura de guerra híbrida na superpotência da atualidade. O primeiro teve importantes ramificações que se manifestaram nas ações e certas vantagens obtidas pelas forças coloniais, utilizadas na guerra revolucionária contra o Império Britânico.

William Pitt tinha desenvolvido uma estratégia baseada em New England e New York para derrotar as forças francesas, nomeadamente na utilização da milícia colonial contra forças não-convencionais; no rápido transporte de mão-de-obra, recursos e mantimentos.<sup>160</sup>

Devido à expansão geográfica norte-americana, qualquer tentativa de ocupação britânica precisaria de um número considerável de tropas, particularmente se o objetivo

---

<sup>157</sup> Ibid.

<sup>158</sup> Ibid.

<sup>159</sup> Murray, Williamson. 2012. *Hybrid Warfare: Fighting Complex Opponents From The Ancient World To The Present*. New York: Cambridge University Press.

<sup>160</sup> Idem. 74.

de derrotar os revolucionários com batalhas decisivas não lograsse. Sem o controle de campos agrícolas, o exército britânico dependeria das linhas de abastecimento marítimas e este controle teria de ser feito com auxílio da população local. Um fator também importante que dificultou os esforços britânicos foi a condescendência e subestimação dos oficiais face às populações coloniais, as perdas estimadas acabaram por não corresponder à realidade.<sup>161</sup> A guerra dos Sete Anos tinha contribuído para a experiência operacional e educação geoestratégica de muitos líderes norte-americanos.<sup>162</sup> Porém, o fator mais devastador para as expectativas britânicas estava na ideia de que apenas uma minoria radical estava contra a coroa e que apoio seria prestado pela maioria assim que o exército chegasse.<sup>163</sup> Mas, visto que o auxílio populacional ou era escasso ou nem sequer existente, os líderes britânicos contrataram mercenários germânicos, *Hessians*, para reduzir o esforço de guerra.<sup>164</sup> A logística também sofreu com os pressupostos errados, visto que as milícias não só dificultaram a troca de mantimentos dos campos agrícolas, como também se certificaram que subsistência à base de forrageamento fosse precária. A importância da milícia colonial era maior do que as forças armadas convencionais britânicas.<sup>165</sup>

O apoio da população à causa revolucionária está patente na expansão numérica do exército regular norte-americano, *Continental*s, que embora mal equipado e treinado foi criado rapidamente.<sup>166</sup> A existência desta força para Williamson Murray permite classificar a revolução americana como uma guerra híbrida. A amálgama de regulares com a milícia, tal como o controle da população acabariam por provar que a conservação das colônias norte-americanas seria impossível.<sup>167</sup>

As elações retiradas da guerra pela independência norte-americana são semelhantes às da Indochina. Tanto os britânicos como os franceses combateram um inimigo com ambições ideológicas firmes, que controlavam uma vasta área rural e ambas as potências encontraram dificuldades em atrair as populações locais para a sua luta.<sup>168</sup> As duas

---

<sup>161</sup> Idem. 77.

<sup>162</sup> Idem. 78.

<sup>163</sup> Murray, Williamson. *Hybrid Warfare*. 79.

<sup>164</sup> Idem. 80.

<sup>165</sup> Idem. 81.

<sup>166</sup> Idem. 85.

<sup>167</sup> Idem. 86.

<sup>168</sup> Idem. 102.

entidades coloniais tiveram de projetar poder a longas distâncias, vencendo batalhas convencionais, mas não conseguiram vencer escaramuças em território inimigo.<sup>169</sup>

## II.II Evolução da política externa e geopolítica

Antes de uma análise específica à guerra híbrida norte-americana, será feita uma breve introdução às suas características geopolíticas. Deste modo há uma explicação adjacente ao tipo de agenda política desenvolvida pela superpotência e as suas alterações históricas. Os EUA são um grande exemplo de uma superpotência, patente num setor marítimo bastante avançado com acesso a dois grandes oceanos e um interior continental desenvolvido. Geograficamente o interior tem acesso amplo a diferentes linhas de comunicação marítima graças ao acesso a diferentes corpos de água como os grandes lagos e o sistema de rios Mississípi, Missouri e Ohio.<sup>170</sup>

A postura geopolítica dos EUA pode ser dividida em quatro fases, marítima, continental, continental-marítima e marítima-continental.<sup>171</sup> A primeira refere-se ao período desde a revolução até à compra de Louisiana, por exemplo, marcando o início dos EUA como potência e estado soberano. Mais pertinente para a avaliação contemporânea da agenda e postura norte-americana é a última fase, a marítima-continental. Esta foi iniciada com o deflagrar da Segunda Guerra Mundial e na intensificação industrial para suportar o esforço de guerra.<sup>172</sup>

O desenvolvimento das infraestruturas e indústria, além da flexibilidade com a qual parte da indústria bélica foi adaptada para produtos civis, foi um grande fator da expansão norte-americana. Outro fator importante foi a prosperidade do interior, que auxiliou na resposta às economias em recuperação no continente europeu e no Japão depois de 1950, mas também os recursos energéticos ao longo do território.<sup>173</sup>

---

<sup>169</sup> Ibid.

<sup>170</sup> Cohen, Saul Bernard. *Geopolitics*. 96-97.

<sup>171</sup> Idem. 107-108.

<sup>172</sup> Idem. 111.

<sup>173</sup> Idem. 112.

O crescimento exponencial da indústria, de serviços, da população e do poder político ao longo da costa norte-americana contribuiu para a mudança da continentalidade para os mares. A geografia beneficia os EUA, com uma posição central face aos oceanos.<sup>174</sup> Apesar das suas costas serem bastante diferentes, possuem fatores nevrálgicos para o seu valor geoestratégico, com uma densidade populacional elevada; são altamente urbanizadas; possuem vários portos com acesso a terra, mar e espaço aéreo; existe um elo forte entre manufatura e serviços; turismo e comércio internacional.<sup>175</sup>

Existem eventos e marcos históricos que representam períodos basilares nos quais as respetivas administrações norte-americanas descreveram as razões pelas quais o país enfrentava uma crise de segurança nacional. As decisões políticas deste tipo têm sido preemptivas, uma forma de resposta a acontecimentos internos e externos que podem inclusivamente alterar partes da identidade norte-americana estabelecidas anteriormente. Os diferentes períodos do pós-II Guerra Mundial foram marcados pela reavaliação da elite norte-americana, por vezes dividida por fortes clivagens.<sup>176</sup>

Este foi o caso com a guerra do Vietname, na qual a própria opinião pública desempenhou um relevante papel. O diálogo deu origem a diferentes identidades, revelando as cisões no seio da sociedade. Com uma forte mudança de valores e objetivos, a experiência do Vietname definiu o momento de rutura do apoio público incondicional à política norte-americana da Guerra Fria. Para Scott Romaniuk e Emeka Njoku a guerra do Vietname ajuda a contextualizar a ligação entre identidade e política. Lyndon B. Johnson descreveu o objetivo do Vietname do Norte como a de “conquista total”, alimentada por um “apetite de agressão” por parte da China que ameaçava o Tibete e Índia, outrora “condenada pela agressão na Coreia”.<sup>177</sup>

Entre as múltiplas narrativas que fomentavam o esforço de guerra no Vietname, uma das mais conhecidas era a do medo da propagação comunista. O seu uso tinha como fim enraizar o medo face a esta ameaça, fazendo com que a opinião pública durante o início da guerra fosse favorável. John F. Kennedy e Lyndon B. Johnson ambos declaravam que um estado que adotasse a ideologia comunista poderia influenciar outros, justificando a urgência da intervenção no Vietname do Sul. A narrativa descrita pelas

---

<sup>174</sup> Idem. 115.

<sup>175</sup> Ibid.

<sup>176</sup> Romaniuk, Scott N. and Francis Grice. 2017. *The Future of US Warfare*. New York: Routledge.

<sup>177</sup> Idem. 16-17.

duas administrações fortaleceu a convicção típica da Guerra Fria de contenção do comunismo como justificação de guerra, nomeadamente a justificação de guerra contra o Vietname do Norte.<sup>178</sup>

O *Committee for Peace with Freedom in Vietnam* e do *Vietnam Information Group* cumpriram a sua função de controlo sobre a opinião pública durante o início do conflito, nomeadamente com campanhas de propaganda. As forças armadas tinham também uma influência sobre os meios de comunicação, fornecendo apenas informação que pudesse beneficiar a narrativa e a agenda oficial. Ou seja, a visão que a opinião pública tinha no começo do conflito estava adaptada à informação prestada pelas forças armadas, explicando o porquê de os meios de comunicação apoiarem a posição da administração.<sup>179</sup> A construção de uma identidade cria oportunidades, mas também origina obstáculos e limitações, como pressão institucional, capacidade militar, entre outros. Lyndon B. Johnson descreveu que a construção da identidade norte-americana estava assente no “valor da palavra da América”, no “valor do compromisso americano” e na “promessa nacional” para “enriquecer a esperança e existência” que os norte-americanos ajudavam a defender.<sup>180</sup>

Décadas depois, entre 1990 e 2000, a guerra do Golfo representou um momento de mudança no discurso de segurança interno dos EUA, mas também da estrutura internacional. Independentemente de a Guerra Fria ter terminado em 1990 e o bloco soviético ter implodido, a discussão interna norte-americana continuava com os mesmos moldes e não contemplava potenciais ameaças territoriais.<sup>181</sup> A guerra do Golfo foi um dos primeiros eventos transmitidos nas televisões, permitindo a que pessoas por todo o mundo assistissem às operações militares. Este tempo de antena perfez e auxiliou uma das campanhas de relações públicas mais bem-sucedidas da história política dos Estados Unidos da América. A administração de George Bush sénior estava focada na construção de uma narrativa do regime. Saddam Hussein era descrito como um “ditador iraquiano” que utilizava o seu “poderoso exército iraquiano” para invadir um “vizinho de confiança” e uma ameaça para a Arábia Saudita. George Bush liderava os Estados Unidos com uma “posição firme contra agressão desumana” ao impedir essa mesma agressão e ao

---

<sup>178</sup> Ibid.

<sup>179</sup> Romaniuk, Scott N. *The Future of US Warfare*. 18.

<sup>180</sup> Idem. 17.

<sup>181</sup> Ibid.

“defender os valores civilizacionais pelo mundo”.<sup>182</sup> A posição de “proteger a liberdade, proteger o nosso futuro e proteger os inocentes” manteve o Iraque como uma nação pária.<sup>183</sup>

A intervenção no Iraque foi descrita pela administração norte-americana como algo que punha em risco os interesses económicos e de defesa na região. Como resposta a estes desafios colocados pelo regime iraquiano foi posta em prática a operação *Desert Shield* a 7 de Agosto de 1990, como estratégia defensiva em solo saudita. No dia seguinte a operação foi abandonada com a declaração de Saddam Hussein do Kuwait como a 19ª província iraquiana. Esta postura obrigou os EUA a mobilizar as suas forças armadas para a fronteira entre a Arábia Saudita, Kuwait e Iraque, de modo a intercalar quaisquer invasões iraquianas. Para este efeito, os EUA criaram uma coligação com outros Estados contra Saddam Hussein.<sup>184</sup> No dia 17 de Janeiro de 1991 a operação militar ofensiva *Desert Storm* foi posta em prática, intercalando as forças iraquianas e obrigando-as a abandonar o seu objetivo de anexar o Kuwait.<sup>185</sup>

Tal como com a guerra do Vietname, os EUA desenvolveram, a partir das suas forças armadas, fontes de informação enviesadas. Este processo propagandístico tinha como objetivo certificar que a opinião pública norte-americana apoiava o esforço de guerra e a intervenção militar na região. A existência de organizações como *Citizens for a Free Kuwait*, estabelecida pelo próprio governo do Kuwait tinham diferentes objetivos tácitos, nomeadamente influenciar o Congresso norte-americano e a opinião pública a serem favoráveis a uma intervenção. A *Citizens for a Free Kuwait* em particular tinha desenvolvido campanhas pelos meios de comunicação e universidades, disseminando informações exabundantes ou falsas sobre crimes contra os direitos humanos praticados por Saddam Hussein. O resultado foi favorável para estas organizações e para os líderes políticos dos EUA e Kuwait, pois a guerra do Golfo acabaria por receber 52 votos contra 47 no Congresso.<sup>186</sup>

Os Estados Unidos da América eram em 2003 a superpotência unipolar sem rivais, porém os eventos a 11 de Setembro de 2001 marcavam um ponto de viragem do terrorismo internacional. A partir do diálogo interno durante a guerra do Iraque é possível

---

<sup>182</sup> Idem. 18.

<sup>183</sup> Ibid.

<sup>184</sup> Ibid.

<sup>185</sup> Ibid.

<sup>186</sup> Romaniuk, Scott N. *The Future of US Warfare*. 18-19.

observar como foram comunicados os valores e princípios norte-americanos. Estes valores basilares eram a defesa da liberdade e das sociedades democráticas livres, ao mesmo tempo que se abordava a apreensão norte-americana face à guerra e violência.<sup>187</sup> O Iraque era descrito como o regime ditatorial que tinha cometido atrocidades e violado o direito internacional, subjugando “um povo iraquiano oprimido” ao qual lhe era negado liberdade e democracia. O regime de Saddam Hussein era visto como o inimigo, que representava um grave perigo para as “nações livres”, fazendo parte de um “eixo do mal” capaz de utilizar “armas de destruição maciça” e de planejar “outro 11 de setembro”.<sup>188</sup>

A construção desta narrativa pode ser analisada por diferentes níveis, a construção textual da identidade e a sua ligação à política externa, e a resposta à política oficial. Tal como a administração norte-americana fez com a guerra do Golfo, a intervenção de 2003 no Iraque foi justificada da mesma forma. Enquanto o Congresso averiguava sobre a aprovação da guerra, o governo reiterava o Iraque de Saddam Hussein como um regime ditatorial. Este regime, além de desrespeitar os direitos fundamentais dos seus cidadãos, era também descrito como um coadjuvante essencial do terrorismo. O governo subtilmente alegou que o regime de Saddam Hussein tinha participado no ataque a 11 de Setembro de 2001 e que haveria a intenção de armar grupos terroristas com as alegadas armas de destruição maciça.<sup>189</sup> O governo norte-americano tentou aproveitar o medo relativamente ao terrorismo que surgiu como consequência dos ataques do 11 de Setembro. George W. Bush salientou a importância do povo norte-americano como o bastião dos princípios das sociedades democráticas livres, que cuja missão era a de combater contra os opositores da liberdade e salvaguardar os direitos e garantias da liberdade.<sup>190</sup>

A guerra do Iraque originou uma mentalidade binária, o “Bem” contra o “Mal” e “nós” contra “os outros”, nomeadamente o Islão e os muçulmanos no pós-ataques de 11 de Setembro. Em 2009, o 44º Presidente dos Estados Unidos da América, Barack Obama declarou que não sacrificar segurança por valores fazia parte do “génio único da América”. As diferentes administrações não tentaram assegurar à sociedade civil de que as ameaças terroristas seriam de baixo risco para o novo paradigma de segurança. De ferramentas tecnológicas e a sua aplicação até a defesa contra as novas ameaças são

---

<sup>187</sup> Idem. 19.

<sup>188</sup> Ibid.

<sup>189</sup> Ibid.

<sup>190</sup> Romaniuk, Scott N. *The Future of US Warfare*. 19.

entendidas ao analisar a política externa norte-americana e a identidade construída até o devido momento, nesse momento em concreto a *War on Terror*.<sup>191</sup>

### II.III Estratégia nacional da *War on Terror* e R2P

No contexto da *War on Terror* e do combate ao terrorismo, os EUA e os seus aliados conseguiram manter ou expandir o apoio do público face a políticas antiterroristas com que já contavam. Países como a Líbia, Irão e Iraque eram descritos como parceiros e apoiantes do terrorismo internacional, reforçando as medidas de segurança e meios diferentes como repressão e execuções extrajudiciais. Infrações sobre os direitos fundamentais de indivíduos destes países criam um clima de medo, utilizando métodos equivalentes ao terrorismo para combatê-lo. As políticas que transfiram e transferiam a aura e atmosfera do medo receberam apoio de a sociedade civil norte-americana pelo facto deste medo ser uma das fontes de legitimidade das próprias políticas. Além disso, as informações relativas aos programas e políticas de combate ao terrorismo são amplamente filtradas, por isso o público tende a não saber as atividades por completo.<sup>192</sup>

A construção de uma identidade e de uma narrativa comum permeia a política externa norte-americana e a justificação de guerra. Ou seja, as múltiplas administrações continuam a projetar a retórica do povo norte-americano e da América como a “polícia do mundo”, com responsabilidades inerentes. Estas responsabilidades incluem a proteção dos valores demoliberais, da liberdade e de direitos fundamentais, através do *hard power* e da sua capacidade militar. Além dessa retórica, a agenda geopolítica norte-americana retém a tendência da projeção de poder no Médio Oriente e na região Ásia-Pacífico.<sup>193</sup> Um fator importante na escolha e definição de intervenções por parte dos EUA é o R2P, *responsability to protect*. Este conceito não só definiu as escolhas de política externa por parte de Barack Obama, mas também tem permanentemente definido a construção da identidade norte-americana no que diz respeito à justificação de uma guerra.<sup>194</sup> De acordo

---

<sup>191</sup> Idem. 20.

<sup>192</sup> Ibid.

<sup>193</sup> Romaniuk, Scott N. *The Future of US Warfare*. 20.

<sup>194</sup> Idem. 21.

com a *International Commission on Intervention and State Sovereignty*, ICISS, existem dois elementos fundamentais. Os dois elementos principais de R2P são a reconstrução da “soberania como controlo para soberania como responsabilidade” e dessa responsabilidade ser outorgada à comunidade internacional quando um Estado é incapaz de a cumprir. Ou seja, o conceito de soberania para a ICISS mudou de apenas uma ideia de que um Estado pode agir apenas limitado pela sua autoridade, para uma responsabilidade. Os Estados são responsáveis por assegurar que os direitos e garantias fundamentais dos seus cidadãos são protegidos dentro do seu próprio território, mas se isso não for possível, os restantes Estados terão de o fazer.<sup>195</sup>

Os EUA, a China e outros Estados demonstraram alguma resistência e hesitação em adotar oficialmente os princípios de R2P depois da Assembleia Geral da ONU em 2005. A justificação principal incidiu sobre a infração do princípio da não-intervenção e das políticas de defesa nacionais. Além disso, alguns Estados acreditaram que a doutrina R2P é uma exculpação por parte de superpotências para poderem proteger os seus interesses particulares em nome de uma intervenção humanitária.<sup>196</sup>

Os princípios de R2P foram intensificados nacionalmente pelo Presidente Barack Obama, como justificação do envolvimento dos EUA na guerra civil líbia em 2011. Este conflito deu auge a um intenso debate interno. O debate concentrou-se na questão da constitucionalidade de intervir ao interditar o voo em território líbio e da atribuição da responsabilidade de proteger cidadãos estrangeiros neste território.<sup>197</sup> Apesar das ações de Barack Obama não representarem uma cisão com a narrativa utilizada pelos seus antecessores que justificavam as guerras anteriores, a retórica apresentada por este presidente tinha algumas minúcias diferentes. O Presidente Barack Obama descrevia que o povo norte-americano tinha a responsabilidade de proteger os seus interesses e valores em qualquer momento, não apenas quando existiam ameaças diretas. Segundo Barack Obama, não era próprio de um norte-americano olhar para o lado ou de deixar que o sofrimento de povos, às mãos de regimes ditatoriais de outras regiões, permanecessem impunes. No caso em concreto com a Líbia, Barack Obama descreveu que a “humanidade comum” partilhada entre a Líbia e os EUA tornava possível, por motivos humanitários, a intervenção para proteger o povo líbio. A decisão da Líbia do Presidente Barack Obama

---

<sup>195</sup> Ibid.

<sup>196</sup> Romaniuk, Scott N. *The Future of US Warfare*. 21-22.

<sup>197</sup> Idem. 22.

deste tipo de política externa foi a primeira grande “aplicação militar inequívoca” de R2P.<sup>198</sup>

A estratégia nacional, entendida como a correlação racional dos objetivos com os recursos e as ações do Estado, ou seja, a capacidade que um Estado tem para cumprir os seus interesses. No cerne da questão da estratégia nacional está a definição de prioridades de um número de opções constringidas.<sup>199</sup> Catherine Dale no *2014 Quadrennial Defense Review and Defense Strategy: Issues for Congress* referiu que a ligação entre “trajetórias chave” da segurança global e dos interesses nacionais dos EUA era fulcral para a estratégia de segurança nacional dos mesmos.<sup>200</sup>

Das muitas limitações e obstáculos colocados à estratégia nacional de um país, as políticas internas e a capacidade fiscal são dos pontos mais importantes a considerar. No caso em concreto dos EUA com o *Budget Control Act*, a 2 de Agosto de 2011, o Presidente Barack Obama tomou a decisão de restringir os gastos ligados à defesa por uma década.<sup>201</sup>

Uma metodologia habitual para analisar e categorizar instrumentos de poder é feita através do modelo DIME (recursos diplomáticos, de informação, militares e económicos). A eficácia destes recursos, para a estratégia nacional é maior quando são implementados em conjunto.<sup>202</sup> No documento *National Security Strategy* de 2015, o Presidente Barack Obama descreveu que além dos EUA liderarem como exemplo e com “parceiros capazes”, a superpotência iria liderar com todos os seus “instrumentos de poder”. Neste documento Barack Obama reconhece que a influência norte-americana é maior quando as “vantagens estratégicas” são utilizadas em conjunto. Com uma referência ao *hard* e *soft power*, Barack Obama descreve que “o uso da força, não é, contudo, a única ferramenta ao nosso dispor, e não é o meio principal com o qual os EUA interagem fora do país, e nem sempre é a mais eficaz contra os desafios que encaramos.”<sup>203</sup>

---

<sup>198</sup> Ibid.

<sup>199</sup> Romaniuk, Scott N. *The Future of US Warfare*. 28.

<sup>200</sup> Dale, Catherine. February 24, 2014. "The 2014 Quadrennial Defense Review (QDR) and Defense Strategy: Issues for Congress." Congressional Research Service. <https://fas.org/sgp/crs/natsec/R43403.pdf>.

<sup>201</sup> Romaniuk, Scott N. *The Future of US Warfare*. 28.

<sup>202</sup> Romaniuk, Scott N. *The Future of US Warfare*. 29.

<sup>203</sup> White House, "National Security Strategy." February 2015, [https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/docs/2015\\_national\\_security\\_strategy\\_2.pdf](https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/docs/2015_national_security_strategy_2.pdf)

Retomando a discussão sobre *grand strategy*, R. D. Hooker Jr. propôs e enfatizou *grand strategy* como instrumento dissuasor. Para este autor, *grand strategy* não é necessariamente sempre sobre combater ou sobre a aplicação militar da força, mas sim na projeção de algo na mente do adversário. É “criado na mente do adversário uma apreciação do seu potencial, juntamente com os outros instrumentos de poder.”<sup>204</sup> Tendo isto em mente, *grand strategy* procura cumprir os interesses nacionais mais importantes, ao harmonizar todos os instrumentos de poder, sejam estes diplomáticos, militares, económicos ou de informação. A estratégia nacional de segurança dos Estados Unidos da América é a manifestação da *grand strategy* norte-americana.<sup>205</sup>

As administrações dos EUA têm alterado a estratégia nacional de segurança esporadicamente desde a sua obrigatoriedade criada em 1987. Antes de 2000, os presidentes norte-americanos publicavam um documento de estratégia nacional de segurança, menos em 1989 e 1992, mas depois de 2000 a situação mudou. Até 2017 só cinco tinham sido escritas, em 2002 e 2006 com George W. Bush; 2010 e 2015 com Barack Obama e 2017 com Donald Trump. Embora tenha sido criado e publicado como um documento confidencial e não-confidencial, este descreve em traços gerais a estratégia nacional dos EUA. Tem sido debatido se esta estratégia deveria ser apenas confidencial ou não, com argumentos a favor e contra. Os argumentos a favor da confidencialidade referem que o planeamento seria mais detalhado, enquanto os a favor da publicação defendem o acesso em nome do debate público.<sup>206</sup>

O sistema internacional assente nos ideais liberais e do mercado livre é um dos pilares basilares da economia norte-americana. A globalização e os efeitos mais recentes têm sido sentidos, os ganhos são difusos, mais especificamente os consumidores americanos compram bens mais baratos, mas a indústria tem perdido muitos postos de trabalho.<sup>207</sup> A demografia tem um efeito na política externa e nas relações comerciais, observável pela postura mantida com Israel ao longo dos anos, mas também recentemente com a América Latina e Ásia.<sup>208</sup> Os EUA, para projetar poder a longa distância, conservam uma rede de inúmeras bases de diferentes complexidades logísticas, no Iraque

---

<sup>204</sup> Romaniuk, Scott N. *The Future of US Warfare*. 29.

<sup>205</sup> Ibid.

<sup>206</sup> Idem. 31-32.

<sup>207</sup> Cohen, Saul Bernard. *Geopolitics*. 121-122.

<sup>208</sup> Idem. 121.

como na Alemanha, Japão e Djibouti. Além das bases, existem mais de uma dezena de *task forces* navais que circulam com porta-aviões pelos oceanos e mares do mundo.<sup>209</sup>

Os defensores da implementação de *hard power* nas relações externas norte-americanas referem sempre a necessidade de aumentar o investimento de defesa. Atualmente a retórica baseia-se na resposta aos desafios colocados pela marinha de alto mar chinesa, *blue water navy*; as posições nevrálgicas russas na Ásia Central, mas também de atores estatais e não-estatais envolvidos em redes terroristas. O Pentágono tem maioritariamente mantido a mesma postura apesar das diferentes administrações, postulando sobre conflitos tradicionais, guerra assimétrica, ciberguerra, entre outros modelos bélicos. O orçamento não é apenas discutido e motivo de discussão por parte de estratégias e generais, pois os interesses privados militares e os respetivos lobbies têm também uma forte presença no diálogo.<sup>210</sup>

O cerne da questão e a dificuldade está na compreensão de que as políticas orçamentais não têm a mesma margem ou fundos desde a crise de 2009 e da mudança estratégica do Medio Oriente para a Ásia. Os avanços tecnológicos também tiveram manifestações nos problemas orçamentais, visto que o arsenal mais avançado tem sofrido um exponencial custo de fabrico e manutenção. Para colmatar estes problemas de *hard power*, o *soft power* tem sido utilizado como resposta.<sup>211</sup> Por exemplo, nas negociações com o Irão no âmbito de desarmamento ou abandono do arsenal nuclear a administração Obama tentou incluir a União Europeia. Os Estados Unidos também tentaram promover os compromissos de segurança que tinham para com os aliados da região da Ásia e do Pacífico de forma a não antagonizar a China. Nomeadamente a de demonstrar que o intuito era a de manutenção da liberdade de toda a circulação marítima na região.<sup>212</sup>

Apesar dos EUA poderem ser identificados como a potência líder, estes têm sido desafiados pela posição de superpotência com capacidade e ambições hegemónicas globais.<sup>213</sup> Apesar do arsenal militar permanecer como o mais avançado da escala global e do sistema económico liberal ser mais flexível, politicamente os EUA têm sofrido com alguma instabilidade. As clivagens entre os dois partidos agudizaram, quer internamente quer de um para o outro, prejudicando o sistema de *checks and balances* típico da

---

<sup>209</sup> Idem. 123.

<sup>210</sup> Ibid.

<sup>211</sup> Ibid.

<sup>212</sup> Ibid.

<sup>213</sup> Ibid.

democracia norte-americana. Alguns escândalos mancham a reputação dos EUA no seio dos seus aliados e da opinião pública nacional. Este fenómeno tem exemplos concretos como a preferência pela *realpolitik* de auxiliar regimes ditatoriais; as práticas de espionagem e invasão de privacidade da *National Security Agency* ou NSA e a crescente desigualdade entre classes.<sup>214</sup>

Os Estados Unidos da América ajustaram a sua política externa desde a sua fundação, de uma perspectiva de não-intervencionismo para uma presença hegemónica a uma escala mundial assente na ideia de excepcionalismo americano. Durante a Guerra Fria, em 1965, o 36º presidente, Lyndon Johnson referiu que o valor da “palavra” e do valor do “compromisso” norte-americanos estavam interligados com sua política externa. Em 1991, o 41º presidente, George Bush discursava que os EUA iriam tomar uma posição firme face a agressões desumanas e pela defesa de direitos pelo mundo. Depois dos ataques a 11 de Setembro, o 43º presidente, George W. Bush apelou aos valores basilares norte-americanos pela defesa da liberdade, mas também que o Iraque representava um “perigo” para as “nações livres.” Em 2009, o 44º presidente, Barack Obama discursou que os EUA tinham entrado em uma “nova era”, na qual seriam precisas “novas ferramentas para proteger o povo norte-americano” e que os EUA teriam a força para “liderar o mundo.”<sup>215</sup>

Colin Gray identifica o período da década de 1990 como o exemplo clássico de como uma superpotência, os EUA, negligenciaram a sua defesa e segurança, ficando à deriva desde o fim da URSS até os ataques do 11 de Setembro.<sup>216</sup>

Colin Gray postulou sobre o contexto político necessário para a violência organizada e legítima entre Estados. Porém, o mesmo refere que a História contemporânea demonstra que serão vários os diferentes tipos de guerras entre Estados.<sup>217</sup> A guerra é descrita como integrante da condição política e social humana, mesmo que existam sociedades que tentem prudentemente perder essa vontade, as duas Guerras Mundiais são prova disso no continente europeu.<sup>218</sup> Apesar da abordagem mais comum

---

<sup>214</sup> Cohen, Saul Bernard. *Geopolitics*. 123-124.

<sup>215</sup> Idem. 29-30.

<sup>216</sup> Gray, Colin S. *The Strategy Bridge*. 99-100.

<sup>217</sup> Gray, Colin S. *Another Bloody Century*. 319.

<sup>218</sup> Ver Colin Gray, *Another Bloody Century*. “It Verms that war is integral to the human social and political condition. This is not to deny that societies can lose their appetite, certainly their prudent opportunity, for organized violence.”

para analisar a condução das guerras do futuro seja de classificar terrorismo e *insurgencies* como as ameaças predominantes, a possibilidade de guerras entre Estados são mais que uma mera possibilidade fora do Ocidente. Nenhum Estado atualmente, mesmo com essa análise em mente, optou por mudar radicalmente as suas forças armadas para apenas lidar com ameaças não-convencionais e irregulares.

Colin Gray expõe que não é particularmente útil tentar prever uma guerra futura entre Estados, mas é essencial permanecer alerta para essa possibilidade.<sup>219</sup> Há uma variedade de exemplos estratégicos históricos da integração de guerra convencional e não-convencional, as campanhas militares regulares entre Estados muitas vezes incluíam métodos irregulares. Tecnicamente não há dificuldade em distinguir combate regular de irregular, mas na prática essa distinção pode desaparecer quando as forças regulares optam por métodos não-convencionais ou quando os irregulares intermitentemente mudam de guerrilha para outro método.<sup>220</sup>

A administração de Barack Obama optou pela política de *rebalance in Asia*, alcançando um grau de sucesso notável pelas múltiplas áreas abrangidas, como segurança, diplomacia e economia. O sucessor da presidência, Donald Trump, reavaliou a política numa onda de controvérsia e incerteza, descrita como algo que traria “potenciais consequências negativas para a reputação dos EUA na Ásia”.<sup>221</sup> Mas a política de *rebalance* era já alvo de duras críticas durante a administração de Barack Obama, descrita como insuficiente e “demasiado fraca” para lidar com os desafios colocados pela China.<sup>222</sup> No final de 2012, o foco era fundamentalmente económico e diplomático, embora ainda existissem iniciativas de segurança e defesa. Tanto a administração Obama como a administração Trump adotaram posturas públicas que refletiam o envolvimento norte-americano em medidas para contestar os desafios chineses, uma com uma retórica mais vocal que a outra. As iniciativas eram extensões de tendências habituais e tradicionais da política externa norte-americana, já preconizadas por presidentes como George W. Bush. Ou seja, independentemente do partido, as administrações norte-

---

<sup>219</sup> Idem. 319-320.

<sup>220</sup> Gray, Colin S., 2011. *Another Bloody Century*. 365-366.

<sup>221</sup> Scobell, Andrew and Joseph Chinyong Liow. 2018. *The Routledge Handbook of Asian Security Studies*. New York. Routledge.

<sup>222</sup> Idem. 372.

americanas contemporâneas desenvolveram a sua política externa na região da Ásia-Pacífico tendo em conta os desafios diretos ou indiretos e os seus interesses.<sup>223</sup>

As ações norte-americanas foram desenvolvidas com cada vez mais flexibilidade na região da Ásia-Pacífico, desde a administração de George W. Bush. A intenção de flexibilizar os esforços tinha em vista reforçar a presença militar a Sul e no Pacífico Ocidental, distribuindo a projeção de poder pela região. Considerando as ameaças híbridas e não-convencionais que poderiam desafiar a presença e denegar os interesses norte-americanos, a projeção de poder no Sul abrange mobilizações contidas em si próprias, mais pequenas e ágeis. Este plano foi posto em prática em contraste com as bases militares permanentes no Japão e Coreia do Sul e o típico *modus operandi* das mesmas.<sup>224</sup> Medidas que reforcem as capacidades convencionais e não-convencionais dos EUA e os seus aliados continuam, particularmente com a expansão de acordos navais. Nestes acordos expandiram-se os esforços de exercícios de treino com outros países na região e diferentes formas dos EUA manterem relações com as respetivas forças armadas. Desta forma os custos associados à manutenção de bases militares permanentes são minimizados.<sup>225</sup>

Mais recentemente, o 45º presidente, Donald Trump no documento *National Security Strategy* (NSS) 2017 elenca algumas considerações importantes para compreender o tipo de ator que os EUA são, mesmo que a sua retórica nas redes sociais não seja a mais eloquente. No NSS são traçadas linhas estratégicas, baseadas na noção mencionada no documento de que os EUA já não são a única superpotência, apesar da natureza e ambição das potências rivais não serem tão plácidas e livres.

As linhas estratégicas são quatro áreas principais da segurança. A defesa da América é a primeira, entendida como território, pessoas e modo de vida, materializada no controlo de fronteiras; defesa das infraestruturas críticas e contra o terrorismo. Está plasmado também o esforço contra ameaças cibernéticas e um reforço dos sistemas de defesa antimísseis.<sup>226</sup> Seguindo a defesa da América está a promoção da prosperidade americana, impulsionando o desenvolvimento e uma melhor alocação de recursos, tendo em consideração que “economic security” é descrita como necessária para a “national

---

<sup>223</sup> Idem. 373.

<sup>224</sup> Scobell, Andrew. *The Routledge Handbook of Asian Security*. 374.

<sup>225</sup> Ibid.

<sup>226</sup> Pires, Nuno Correia Barrento de Lemos. “Quo Vadis EUA?” *Revista Militar*, nº2592, 2018. <https://revistamilitar.pt/artigo/1296>.

security”.<sup>227</sup> O terceiro tem como objetivo preservar a paz através da força, baseando essa linha estratégica em deter preventivamente quaisquer ameaças e na revitalização dos domínios além do ciberespaço, como o terrestre ou aéreo por vezes desatentados. A China e a Rússia são descritas como revisionistas que utilizam corrupção e espionagem, recorrendo a técnicas subversivas.<sup>228</sup> O último pilar estratégico está alicerçado no aumento da influência dos EUA, numa era com inúmeros desafios para as “sociedades livres”. As redes de aliados e coligações norte-americanas com outros países são baseadas no livre-arbítrio e interesses comuns, sendo os aliados e parceiros dos EUA uma forte mais-valia.<sup>229</sup>

Estas e mais representações e agendas formam a política externa norte-americana, na procura de demonstrar o excepcionalismo americano que tem sido utilizado inúmeras vezes para a melhorar opinião pública face a guerras mais controversas. Estas representações e a construção da identidade justificam várias ações, como a *War on Terror*, validando o estatuto de estados como Líbia e Irão como cúmplices de terroristas e de ameaças geoestratégicas.<sup>230</sup>

No dia 10 de Setembro de 2014, o Presidente Barack Obama definiu a estratégia dos Estados Unidos em relação ao Estado Islâmico. O objetivo contra o Estado Islâmico do Iraque e do Levante estava assente na destruição do mesmo “através de uma compreensiva e sustentada estratégia de contraterrorismo.”<sup>231</sup> O general Martin Dempsey na *National Military Strategy* de 2015 descreveu que o grupo terrorista estava a “trabalhar para debilitar a segurança transregional, especialmente no Médio Oriente e Norte de África”. Para o general e anterior *Chairman of the Joint Chiefs of Staff*, grupos como o Estado Islâmico “são dedicados a radicalizar populações, na disseminação de violência” e na utilização do terror para que possam “impor as suas visões organizacionais da sociedade.”<sup>232</sup>

---

<sup>227</sup> White House, “National Security Strategy.” December 2017, <https://trumpwhitehouse.archives.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>.

<sup>228</sup> Pires, Nuno Correia Barrento de Lemos. “Quo Vadis EUA?”

<sup>229</sup> White House, “National Security Strategy.” December 2017.

<sup>230</sup> Romaniuk, Scott N. *The Future of US Warfare*. 11.

<sup>231</sup> Idem. 37.

<sup>232</sup> Chairman of the Joint Chiefs of Staff. “The National Military Strategy of the United States of America 2015”. June, 2015. [https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Publications/2015\\_National\\_Military\\_Strategy.pdf](https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Publications/2015_National_Military_Strategy.pdf)

James R. Clapper, o Diretor de Segurança Nacional depôs diante de o *Senate Armed Services Committee* em 2016 sobre a ameaça que o Estado Islâmico representava. O Estado Islâmico do Iraque e do Levante era a “ameaça terrorista preeminente” devido à sua descrição e aspirações como o “califado na Síria e no Iraque”, além dos seus grupos aliados e ramificações na região e outros países. Para James R. Clapper, este grupo estava a adquirir gradualmente a capacidade de “dirigir ou inspirar ataques contra uma ampla gama de alvos pelo mundo. A narrativa do Estado Islâmico utiliza recrutamento jihadista”, na tentativa de atrair mais grupos aliados ao mesmo *modus operandi* de violência religiosa.<sup>233</sup>

## II.IV Contexto de segurança internacional e guerra híbrida

Cada situação estratégica e cada momento específico nas relações internacionais, incluindo o atual sistema internacional da ordem liberal, são marcados pela conjugação entre atores e a competição ou cooperação entre os mesmos. A tecnologia disponível para estes atores mais determinantes é também um elemento desta conjugação. Uma situação pode ter elementos idênticos ou semelhantes às anteriores, mas terá elementos diferentes das anteriores.<sup>234</sup>

Os dois oceanos que banham duas costas norte-americanas, para David Sanger, reforçavam a ideia de invulnerabilidade dos EUA. As ameaças nucleares tiveram sempre um presença um pouco preocupante especialmente durante a Guerra Fria. Mas permaneceu sempre a ideia de que os EUA conseguiam remover “ditadores, conduzir ataques com *drones* contra terroristas e explodir bases de mísseis em terras distantes com relativamente pouco medo de retaliação.”<sup>235</sup> Eram raros os momentos de terror nacional, salientando-se pelo menos três, a destruição de Washington em 1812, o ataque a Pearl

---

<sup>233</sup> Clapper, J. R. 2016. “Statement for the Record: Worldwide Threat Assessment of the US Intelligence Community, Senate Armed Services Committee.” [https://www.dni.gov/files/documents/SASC\\_Unclassified\\_2016\\_ATA\\_SFR\\_FINAL.pdf](https://www.dni.gov/files/documents/SASC_Unclassified_2016_ATA_SFR_FINAL.pdf).

<sup>234</sup> Lovelace, Douglas C. Jr. 2016. *Terrorism Commentary on Security Documents Volume 141*. 11. New York: Oxford University Press.

<sup>235</sup> Idem. 518.

Harbor e os ataques a 11 de Setembro.<sup>236</sup> Porém, as ameaças híbridas do ciberespaço representam um perigo difuso e prologando, não tão facilmente identificadas como danos provindos de conflitos convencionais ou ataques terroristas.

Da perspectiva geopolítica e de *grand strategy* dos EUA, a maior parte dos recursos, atividade económica e a maior densidade populacional não estão concentrados no hemisfério ocidental. É especificamente na região da Eurásia que os legisladores e líderes políticos norte-americanos concentram os seus recursos e interesses. O objetivo da estratégia nacional das últimas décadas tem sido o da “prevenção do aparecimento de uma hegemonia regional”<sup>237</sup> em qualquer parte da Eurásia. A justificação é de que uma potência hegemónica “poderia representar uma concentração de poder suficientemente forte para ameaçar interesses fundamentais norte-americanos”.<sup>238</sup> Apesar deste objetivo estratégico não ser transmitido explicitamente ao público, as operações militares e diplomáticas representam formas tácitas de reconhecimento e manifestação.<sup>239</sup>

O objetivo dos EUA se certificarem que não surge qualquer potência hegemónica na região euroasiática é uma das razões basilares que elucidam a razão pela qual as forças armadas norte-americanas retém a sua estrutura. Nomeadamente, as suas forças armadas possuem elementos que permitem projetar poder a longa distância, ou seja, navegar e pilotar por extensos espaços e ainda realizar operações militares de longa escala no terreno. Para cumprir este objetivo os EUA contam, entre múltiplos outros fatores, com uma Força Aérea com um número considerável de “bombardeiros estratégicos, aeronaves de vigilância, transportes aéreos táticos, e tanques de reabastecimento aéreo”.<sup>240</sup> Por sua vez, a Marinha norte-americana inclui “um número significativo de porta-aviões, submarinos nucleares, *large surface combatants*, grandes navios anfíbios e navios de reabastecimento em andamento.”<sup>241</sup>

As forças armadas norte-americanas são uma organização que existe para defender a Constituição dos EUA contra quaisquer inimigos, quer estes sejam nacionais ou externos. O próprio exército descreve este objetivo no seu juramento, além da importância

---

<sup>236</sup> Ibid.

<sup>237</sup> Lovelace, Douglas C. Jr. *Terrorism Commentary on Security Documents Volume 141*. 8.

<sup>238</sup> Ibid.

<sup>239</sup> Ibid.

<sup>240</sup> Lovelace, Douglas C. Jr. *Terrorism Commentary on Security Documents Volume 141*. 13.

<sup>241</sup> Ibid.

de acatar as ordens do Presidente.<sup>242</sup> Há uma implicação inerente ao que se pode classificar como adversários reais ou potenciais, quer sejam nacionais ou não. Os decisores políticos e militares norte-americanos têm de identificar as ameaças e analisar a melhor maneira de confrontá-las.<sup>243</sup>

A intervenção norte-americana na guerra do Iraque, *Operation Iraqi Freedom*, começou em 1990 com a *Operation Desert Shield* e a mobilização no terreno em 1991. A *no-fly zone* para proteger as populações curdas e shi'a foi mantida durante uma década, até o 28º *Deputy Secretary of Defense* Paul Wolfowitz preconizar um argumento diferente. Paul Wolfowitz defendeu uma mudança de regime preventiva logo após o ataque em solo norte-americano em 2001. A operação militar no terreno começou em 2003, com apoio internacional limitado a uma coligação de parceiros e apenas parte da ONU. A propaganda da coligação foi feita de modo a refutar a perceção de ocupação, mas a sua autoridade era a única que vigorava em muitas zonas iraquianas após a queda do regime.<sup>244</sup> Alguns analistas postularam novamente sobre a natureza do conflito, devido ao número de ataques que aumentou a partir de 2003. O cerne de questão concentrou-se em “grupos paramilitares apoiados pelo regime, oposição baseada no Irão”, “crime organizado e bandidos de rua” anteriormente separados com as suas respetivas rivalidades. Pelo menos nove diferentes grupos organizados existiam, com o seu específico grau de “proteção tribal e criminalidade”.<sup>245</sup>

As ameaças híbridas no Iraque adaptavam-se à sua situação, neste caso em concreto os diferentes grupos aproveitavam a “perceção local” da situação inicial para desenvolverem as suas capacidades contra forças militares superiores. Um dos exemplos mais notórios foi observado em Bagdade, quando um grupo shi'a conseguiu utilizar projéteis explosivos e franco-atiradores contra as tropas norte-americanas. Habitualmente, o plano destes grupos consistia em isolar as forças da coligação das populações, pois os ataques obrigavam a que os soldados recorressem à “proteção da força individual”. A combinação de meios regulares e irregulares tornou-se preponderante, o célere progresso inicial obrigou a que muitas bases fossem abandonadas, nas quais foram deixadas inúmeras armas. O obstáculo criado pelas ameaças híbridas

---

<sup>242</sup> “U.S Army - Features.” Oath of Enlistment - Army Values. Acedido a 11 de Maio, 2021. <https://www.army.mil/values/oath.html>.

<sup>243</sup> Lovelace, Douglas C. Jr. *Terrorism Commentary on Security Documents Volume 141*. 57.

<sup>244</sup> Idem. 123.

<sup>245</sup> Idem. 125.

ficou marcado pela disponibilidade de armas de fogo e explosivos, contribuindo para a escalada de violência e instabilidade. Segundo o major Richard Johnson, “o inimigo estava limitado apenas à sua imaginação de inovar engenhos complicados para ataques coordenados”.<sup>246</sup> Apesar da prevalência de forças regulares nos múltiplos grupos que compunham as ameaças híbridas durante a guerra do Iraque, a guerra híbrida e operações desta natureza eram pontuais.<sup>247</sup>

As ameaças híbridas habitualmente concentram-se na procura de uma vantagem assimétrica sobre adversários com maiores capacidades convencionais. Este tipo de vantagem não é necessariamente restrito às forças armadas e operações militares, pois pode também incluir diferentes elementos como diplomacia, economia, informação, entre outros. Esta vantagem, independentemente do campo e do elemento, é desenvolvida com o objetivo de obrigar o adversário com mais recursos convencionais a competir num plano assimétrico, a favor do ator híbrido. Ou seja, como anteriormente referido, um oponente mais fraco e com menos recursos pode aguentar a sua luta armada contra uma potência convencional mais poderosa, durante um período de tempo indefinido.<sup>248</sup>

A capacidade de uma ameaça híbrida conseguir perpetuar a sua existência e a sua subversão representa um obstáculo significativo a qualquer potência militar convencional, como os EUA. As estruturas convencionais estão concebidas para defrontar adversários simétricos, por vezes até mesmo adversários assimétricos, mas têm algumas lacunas face à combinação destes elementos.<sup>249</sup> Por exemplo, alguns teóricos militares israelitas descrevem ameaças híbridas e guerra híbrida “como um método de guerra social” sem ser restringido por contingências sociais. Ou seja, qualquer ameaça híbrida pode desenvolver a sua campanha sem restrições como a Convenção de Genebra, independentemente da combinação de táticas convencionais e não-convencionais.<sup>250</sup>

Como descrito anteriormente, para Frank G. Hoffman, uma guerra híbrida pode ser conduzida por Estados e atores não-estatais.<sup>251</sup> Para Ronald O’Rourke no fenómeno dos conflitos híbridos “existe uma área na qual os atores combinam técnicas, capacidades e

---

<sup>246</sup> Idem. 111.

<sup>247</sup> Ver Douglas Lovelace Jr, *Terrorism Commentary Volume 141*. “The hybrid threat in Iraq displayed a modicum of regular forces, but it was episodic at best.”

<sup>248</sup> Idem. 58.

<sup>249</sup> Ibid.

<sup>250</sup> Idem. 65.

<sup>251</sup> Hoffman, Frank G. “Hybrid Warfare and Challenges.” *Small Wars Journal*, no. 52 (2009): 36.

recursos para conquistar os seus objetivos”.<sup>252</sup> Este autor refere que este fenómeno pode por vezes manifestar-se em casos como na Crimeia, com “forças armadas a assumir uma identidade não-estatal.”<sup>253</sup> O Estado Islâmico também demonstrou a sua capacidade ao implementar diferentes tipos de tecnologia e capacidade no Iraque e na Síria. São conflitos que “aumentam a ambiguidade, complicam a tomada de decisões” e que podem adiar “respostas eficazes”.<sup>254</sup>

A acentuada mudança da situação estratégica é por vezes atribuída a 2008. Neste mesmo ano a Rússia ocupa parte da Geórgia, a recessão económica no Ocidente enfraquece a situação financeira e a própria China executa um considerável salto em frente. A República Popular da China não só demonstra a sua resiliência perante esta crise, como organiza uma edição marcante dos jogos Olímpicos do Verão. Estes fatores contribuíram para a perceção de que os EUA eram uma potência em declínio e a China em ascensão. É a partir deste ano que a China aumenta os esforços e ações assertivas nos mares da região.<sup>255</sup>

Existem opiniões que associam a mudança no sistema internacional não durante 2008, mas sim em 2014. No mês de Março desse ano a Rússia anexou a Crimeia, o primeiro caso de anexação do território de um país por outro no continente europeu desde a II Guerra Mundial. Tanto 2008 como 2014 representam ações por parte da Rússia no espaço dos satélites das antigas repúblicas soviéticas, Geórgia e leste ucraniano, respetivamente. Porém, o crescimento económico chinês; as incrementais campanhas de modernização militar; e as ações levadas a cabo tanto no Mar do Sul da China, como no Mar da China Oriental, foram importantes marcadores.<sup>256</sup>

O final de 2013 ficou marcado por vários eventos que levaram alguns analistas a adotar a posição de que o contexto de segurança internacional que se vivia tinha sofrido alterações notórias. O contexto familiar do pós-Guerra Fria das últimas duas décadas, o momento unipolar no qual os EUA eram a superpotência unipolar, entrou num período de mudança. Entre muitos fatores destacam-se a competição de potências com ambições hegemónicas e do estatuto de superpotência e outros desafios colocados à ordem liberal

---

<sup>252</sup> Ibid.

<sup>253</sup> Ibid.

<sup>254</sup> Lovelace, Douglas C. Jr. *Terrorism Commentary on Security Documents Volume 141*. 11.

<sup>255</sup> Ibid.

<sup>256</sup> Idem. 23.

internacional liderada pelos EUA desde a Segunda Guerra Mundial.<sup>257</sup> Geralmente esta ordem implica o conjunto de leis, normas, instituições e regras tanto políticas como económicas estabelecidas no fim da Segunda Guerra Mundial. Esta ordem esteve e está assente na narrativa da liberdade de mercado, direitos humanos e demoliberalismo.

Outrora o sistema internacional já tinha sofrido uma importante transformação, na passagem de um contexto de Guerra Fria para o período pós-Guerra Fria. *O Department of Defense* e o Congresso foram obrigados a reapreciar orçamentos, programas, políticas e operações militares devido à mudança da própria estrutura do sistema internacional. Segundo Ronald O'Rourke, uma mudança desta natureza pode ter “um número de implicações para os planos e programas de defesa dos EUA”.<sup>258</sup> A anexação da Crimeia e as ações no Leste da Ucrânia por parte da Rússia já tinham precipitado o diálogo com os aliados dos EUA no seio da NATO, tal como a presença chinesa nos mares da região. Um dos temas da discussão é a das “táticas de guerra híbrida”, mas a mudança no sistema internacional de segurança implica também armas nucleares, guerra e tecnologia submarina, dependência de componentes produzidos externamente, entre outros.<sup>259</sup>

Como referido anteriormente a era do pós-Guerra Fria, referida como a era iniciada no início de 1990, pendeu sobre uma situação unipolar na qual os EUA eram a única superpotência do mundo. A URSS tinha implodido, o Pacto de Varsóvia tinha sido dissolvido e nem a Rússia nem a China tinham capacidade para serem analisadas como ameaças significativas para a ordem liberal internacional. Em comparação com a Guerra Fria, esta era representou um momento na História de uma redução da competição ideológica e militar entre os Estados com maior capacidade. Porém, depois dos ataques a 11 de Setembro de 2001, para os EUA o pós-Guerra Fria ficou caracterizado como o período de neutralizar e contra-atacar organizações terroristas transnacionais. Destes atores não-estatais o mais notório era o grupo armado al-Qaeda. Existem alguns analistas que referem que o sistema de relações internacionais está num período nem bipolar nem mesmo unipolar, mas sim multipolar. É uma situação caracterizada pela competição entre três grandes potências, especificamente a China, Estados Unidos e Rússia, além da presença de outros atores estatais e não-estatais.<sup>260</sup>

---

<sup>257</sup> Idem. 5.

<sup>258</sup> Ibid.

<sup>259</sup> Ibid.

<sup>260</sup> Lovelace, Douglas C. Jr. 2016. *Terrorism Commentary on Security Documents Volume 141*. 8.

O Irão é sempre descrito pelas administrações dos Estados Unidos da América como um perigo para a comunidade internacional e um desafio estratégico nacional. O Irão tem mantido operacional a sua pesquisa nuclear, em detrimento das múltiplas resoluções do Conselho de Segurança da ONU, e mantém ligações com diferentes grupos terroristas. Estes grupos representam ameaças híbridas que podem destabilizar a região e para o grande aliado norte-americano, Israel, com a combinação de métodos não-convencionais e tecnologia avançada.<sup>261</sup>

A Coreia do Norte é outro Estado descrito como uma ameaça, que apresenta elementos semelhantes aos do Irão. A Coreia do Norte manteve-se firme na sua ambição de aprofundar a sua pesquisa de armamento nuclear, ao mesmo tempo que reforçava a tecnologia de mísseis balísticos. Este Estado pária é uma ameaça direta para o Japão e para a Coreia do Sul, ambos parceiros dos EUA com bases militares norte-americanas no seu território. Apesar da Coreia do Norte não financiar grupos terroristas, o regime de Pyongyang tem levado a cabo ataques no ciberespaço norte-americano, dos quais os alvos tendem a ser organizações financeiras e empresariais.<sup>262</sup>

Nenhum destes países têm no seu interesse nacional um conflito direto com os Estados Unidos da América ou com a sua rede de aliados. Porém, estes atores continuam a representar ameaças para a segurança internacional e geoestratégia dos EUA.<sup>263</sup> A probabilidade de os Estados Unidos combaterem contra uma superpotência é baixa, mas segundo Ronald O'Rourke esta possibilidade tem aumentado, uma possibilidade que pressupõe consequências catastróficas. Já o terrorismo internacional e outras organizações violentas permanecem como ameaças ativas, com armamento cada vez mais avançado.<sup>264</sup>

As redes complexas do setor tecnológico e da inovação nos EUA, devido ao regime e sistema político, usufruem de uma maior autonomia, que por vezes implica um conflito de interesses com o próprio estado. A maior parte dos regimes autoritários não padece ou não beneficia deste fator, dependendo do argumento e do analista. Christian Brose refere que “muitos do *Silicon Valley* começaram a ver-se como cidadãos globais, com a fé de

---

<sup>261</sup> Idem. 10.

<sup>262</sup> Ibid.

<sup>263</sup> Ibid.

<sup>264</sup> Lovelace, Douglas C. Jr. *Terrorism Commentary on Security Documents Volume 141*. 11.

que as pessoas eram naturalmente boas”.<sup>265</sup> Esta é uma visão “irreconciliável com a das forças armadas norte-americanas, que se vêem como a última linha de defesa contra a capacidade imutável humana do mal”.<sup>266</sup> As grandes empresas afastaram-se do plano de defesa norte-americano, expandindo-se ao adquirir a tecnologia de diferentes *start-ups* como o Facebook a incorporar Instagram, WhatsApp e Oculus VR. As próprias empresas *big-tech* começaram a olhar “para o governo dos EUA não como um recurso, mas como um risco”.<sup>267</sup> A consolidação da indústria da defesa é dificultada pela tensão entre as forças armadas norte-americanas e o setor privado, as empresas são cada vez menos e maiores, com o poder de *lobby* e financeiro para negar o acesso a tecnologias avançadas.<sup>268</sup> Este fator não é o único que pode levar alguns a analisar o efeito nefasto ou benéfico desta relação, resultando na autonomia da economia ou na subversão interna financeira. Em 2013 a divulgação das práticas por parte da NSA e da administração norte-americana por parte de Edward Snowden piorou a relação com as empresas *big-tech*. Um argumento surgiu na elite política e militar norte-americana que as empresas de *Silicon Valley* se tinham “tornado menos sérias moralmente e dispostas a elevar os lucros corporativos acima da defesa nacional, especialmente porque muitas dessas empresas pareciam mais dispostas a trabalhar com o governo chinês do que com seu próprio governo”.<sup>269</sup>

John P. Carlin, o *Assistant Attorney General of National Security* de Barack Obama, defendeu que as razões que explicam a rápida ascensão da China e crescimento económico são desconhecidas por parte da maioria dos norte-americanos. Nomeadamente “o roubo de segredos americanos”, ou seja, de “tecnologias básicas, como computação e painéis solares, quanto na adoção militar de lutadores de ponta e tecnologias navais”.<sup>270</sup> O argumento é de que a China utilizou meios não-convencionais e ilegais, quer sejam estes puramente económicos ou de subterfúgio como espionagem empresarial para aumentar a sua capacidade bélica. No caso de um conflito militar, as forças armadas norte-americanas “encontrar-se-ão a lutar contra a sua própria tecnologia”.<sup>271</sup> Larry M.

---

<sup>265</sup> Brose, Christian. 2020. *The Kill Chain: Defending America in the Future of High-Tech Warfare*. 163-164. New York: Hachette Book Group, Inc.

<sup>266</sup> Ibid.

<sup>267</sup> Idem. 164.

<sup>268</sup> Ibid.

<sup>269</sup> Idem. 164.

<sup>270</sup> Carlin, John P. 2018. *Dawn of the Code War: America's Battle Against Russia, China, and the Rising Global Cyber Threat*. 74. New York: Hachette Book Group, Inc.

<sup>271</sup> Idem. 74.

Wortzel descreveu os efeitos da ciber-espionagem durante uma comissão que aconselha o Congresso norte-americano sobre as relações económicas e de segurança dos EUA com a China. Este refere que são vários os casos de empresas que não revelam a quantidade de propriedade intelectual e lapsos de segurança cibernética, com medo de retaliação por parte do Partido Comunista Chinês. Isto tanto pode significar o intuito de manter aberta a opção de negociar com o mercado chinês ou o medo de perder valor.<sup>272</sup> Durante a comissão é descrito que “está claro que a China não só é o líder global no uso de métodos cibernéticos para roubar propriedade intelectual, mas também corresponde à maior parte do roubo global de propriedade intelectual”.<sup>273</sup> Nesta mesma comissão é referida uma prática da guerra híbrida na doutrina militar chinesa, de “à infraestrutura crítica da pátria de um oponente em caso de conflito”, corroborando a razão pela qual são intensificados os ataques cibernéticos. Esta estratégia híbrida pode incluir a interrupção e danificação das redes de instalações de infraestrutura, como sistemas de energia, sistemas de telecomunicações e até mesmo sistemas de educação. A própria “capacidade de paralisar portos e aeroportos por ataques cibernéticos ou com armas de precisão em infraestruturas críticas” é também mencionada.<sup>274</sup>

A verdade é que a relação entre a China e os EUA no que diz respeito a tecnologia e investimento científico era diferente durante a Guerra Fria. Durante várias décadas as administrações norte-americanas e o setor privado dos EUA tinham adotado uma política de cooperação com a China, ambicionando a democratização da sociedade chinesa e da liberalização do mercado chinês.<sup>275</sup> Tal como é descrito na obra de Sun Tzu com a morte por mil cortes, uma estratégia que recorre a danificar incrementalmente setores chaves da indústria e tecido empresarial norte-americano.<sup>276</sup>

A China tem tentado utilizar a guerra do ciberespaço ao máximo da sua eficácia, um método de guerra híbrida de relativamente pouco investimento. No caso da NATO e dos EUA em particular, a ciber-segurança continua enfraquecida, devido a “estratégias

---

<sup>272</sup> US Committee on Energy and Commerce, Subcommittee on Oversight and Investigations, *Cyber Espionage and the Theft of U.S. Intellectual Property and Technology*. July 9, 2013. Acedido a 25 de Junho, 2021.

<sup>273</sup> Idem.

<sup>274</sup> Ibid.

<sup>275</sup> Fleming, T. Casey, Eric L. Qualkenbush, and Anthony M. Chapa. "The Secret War Against the United States: The Top Threat to National Security and the American Dream Cyber and Asymmetrical Hybrid Warfare An Urgent Call to Action." *The Cyber Defense Review* 2, no. 3 (2017): 25-32. Acedido a 30 de Junho, 2021.

<sup>276</sup> Ibid.

falhadas, falta de consciência da guerra híbrida assimétrica, falta de responsabilidade, excesso de confiança e dependência excessiva de produtos de segurança cibernética inerentemente falíveis”.<sup>277</sup> A guerra híbrida no ciberespaço por parte da China é focada em espionagem comercial, incluindo a procura de propriedade intelectual e controlo de redes, a disseminação de propaganda é recente e ligada à pandemia. A República Popular da China tem a intenção de remodelar o ciberespaço, mais propriamente o de apresentar uma alternativa diferente da do status quo, à semelhança do projeto do mesmo cariz a nível de relações internacionais. O modelo chinês, ao contrário do “modelo da Califórnia ainda dominante, é baseado na chamada *Great Firewall*” (*Fanghuo Changcheng*) que promove “controlo tecnológico”, dependente da “coordenação estreita entre autoridades estatais e participantes privados”.<sup>278</sup>

## **II.V Case Study: Estados Unidos da América e Líbia**

A Líbia foi ocupada por duas potências diferentes, os otomanos e mais tarde os italianos. Em 1517 o Império Otomano conquista a região da Cirenaica e em 1551 a de Tripolitana. Graças à erosão do poder otomano no Norte de Africa, em 1711 surge uma dinastia por parte de um governador otomano, perdurando até 1835. A ambição italiana de controlar o território líbio fica completa com o fim da Primeira Guerra Mundial e com a derrota do Império Otomano e os aliados das Potências Centrais. Itália manteve a Líbia como colónia até 1947, após a derrota fascista e a abdicação formal da soberania sobre o território líbio, transferindo-a para os Aliados, vencedores da Segunda Guerra Mundial.

No final de 1951 é proclamado o Reino Unido da Líbia, uma monarquia independente governada pelo rei Idris al-Mahdi al-Senussi, emir da Cirenaica. A primeira Constituição, de 1951, manteve as clivagens regionais entre as três regiões através da federalização, uma situação que caracteriza o país até a contemporaneidade. A competição por recursos energéticos como petróleo e gás, e também por água potável, é

---

<sup>277</sup> Ibid.

<sup>278</sup> Missiroli, Antonio. "Geopolitics and strategies in cyberspace: Actors, actions, structures and responses." Hybrid CoE, June 22, 2021. 12.

uma das principais razões das disputas armadas até a atualidade, se não for até a principal razão.

A pressão política de movimentos como o Nasserismo reduziam o apoio monárquico, à medida que surgiam mais casos de corrupção e favoritismo no seio do regime líbio. O regime monárquico líbio ficou marcado pela aproximação ao Ocidente; a tensão do nacionalismo árabe e do Islão; mas também as concessões petrolíferas.<sup>279</sup> O legado económico, político e social antes da monarquia de 1951 dificultaram a sua capacidade de governar um país já dividido.

A Líbia era e continua a ser Estado marcado por fortes tensões “tribais, familiares e estruturas provinciais e interesses”<sup>280</sup> que atuam geralmente contra os interesses do Estado, mesmo atualmente. A descoberta de petróleo, que originou uma repentina fonte de rendimento, sem controlo no âmbito da equidade económica e as ligações ao Ocidente afastavam a elite do resto da população.<sup>281</sup> As medidas e tentativas de suprimir grupos políticos dissidentes e de manter todos os interesses financeiros alinhados com a monarquia, no ano de 1969 a situação política na Líbia muda drasticamente. O grupo com o maior teor político e coesão uniu-se para derrubar o regime, as forças armadas líbias.<sup>282</sup> Uma semana depois do golpe, o líder do regime foi anunciado. Muammar Gaddafi foi apresentado como Secretário-Geral do Conselho do Comando Revolucionário da Líbia, uma das muitas figuras tornadas públicas gradualmente. Estes militares eram maioritariamente de tribos e famílias menos prestigiadas, sem ligações à monarquia e representavam uma cisão com o passado.<sup>283</sup>

A rivalidade e conflito com o Ocidente surge apenas uma década depois, nomeadamente com os EUA, que permaneciam cordiais mesmo depois do golpe contra a monarquia. Em plena Guerra Fria, os EUA tinham a intenção de manter a Líbia fora da órbita soviética e manter as ligações económicas. Para salvaguardar os interesses dos recursos energéticos, especificamente na indústria petrolífera, as administrações norte-americanas tinham a intenção de manter boas relações com o novo regime.<sup>284</sup> Porém, os revolucionários mantinham as suas ambições ideológicas, das quais a nacionalização e o

---

<sup>279</sup> Vandewalle, Dirk. *A History of Modern Libya*. 45.

<sup>280</sup> Idem. 74.

<sup>281</sup> Ibid.

<sup>282</sup> Idem. 45.

<sup>283</sup> Idem. 78-79.

<sup>284</sup> Idem. 85.

fim da presença estrangeira faziam parte. Por exemplo, nos primeiros anos da revolução, a existência de bases militares norte-americanas e britânicas serviram de promotor ideológico para os revolucionários. Embora a decisão já tivesse sido tomada durante a monarquia, a permanência ocidental foi utilizada para fomentar a narrativa contra os interesses imperialistas e estrangeiros, à qual a monarquia tinha sujeitado o país.<sup>285</sup>

Os EUA eram o alvo de maior animosidade na região, ligado ao apoio inequívoco de Israel e pelos seus interesses petrolíferos. Os esforços de Gaddafi focaram-se na recusa da exploração dos recursos líbios por parte de empresas multinacionais.<sup>286</sup> Apesar das intenções de nacionalização de algumas empresas petrolíferas norte-americanas e britânicas em 1973, o objetivo permaneceu na prevenção de um confronto direto com o Ocidente. Esta oposição foi utilizada num âmbito retórico, para mobilizar mais simpatizantes e aumentar o apoio da revolução. A rivalidade com o Ocidente apenas aumentou gradualmente a partir de 1980.<sup>287</sup> Os EUA acabariam por acusar a Líbia de ser um Estado que ativamente apoiava grupos terroristas, de boicotar o processo de paz no Medio Oriente e de outros métodos que interferiam diretamente com os interesses demoliberais. Além disso, o regime líbio era acusado de conduzir campanhas de subversão além da região de África subsariana e de tentativas de produzir armas de destruição maciça.<sup>288</sup> Ronald Reagan descreve Gaddafi como o “cão louco do mundo” e mais tarde George W. Bush referiu que as ações do governo líbio continuavam a ser “uma ameaça incomum e extraordinária à segurança nacional e à política externa”.<sup>289</sup>

As relações entre os EUA e a Líbia culminaram em extremo antagonismo com o voo 103 da Pan Am em 1988 de Lockerbie e o voo francês UTA 772 sobre Níger em 1989. O combate contra a subversão e ataques terroristas continuou, em 1991 a Grã-Bretanha, EUA e França acusaram oficiais e membros dos serviços de informação líbios pelo seu alegado envolvimento. Visto que estes não foram entregues e extraditados para serem julgados, o Conselho de Segurança das Nações Unidas foi além das Resoluções 731 e 748.<sup>290</sup> Apesar da animosidade, embargo e sanções, a tendência de oposição acérrima contra o Ocidente, Gaddafi gradualmente optou por uma tentativa de

---

<sup>285</sup> Vandewalle, Dirk. *A History of Modern Libya*. 86.

<sup>286</sup> Idem. 129.

<sup>287</sup> Ibid.

<sup>288</sup> Idem. 130.

<sup>289</sup> Ibid.

<sup>290</sup> Idem. 167-168.

*rapprochement*. Em 2004, os suspeitos de Lockerbie foram extraditados; as vítimas dos ataques recompensadas; e terminado o programa de armas de destruição maciça, em troca do Ocidente terminar as sanções.<sup>291</sup> Ainda que a economia tenha melhorado com o fim das sanções, a transição para a “Líbia do Amanhã” em 2011 era cada vez mais remota e ambígua. Os investimentos feitos em 1970 do estado-providência, *welfare state*, no auge do socialismo árabe, padeciam de renovamentos, demonstrando uma “infraestrutura dilapidada, maus serviços sociais, e salários e condições de vida estagnados”.<sup>292</sup>

As potências europeias foram das primeiras a aproveitar a situação, como por exemplo a italiana ENI, a Repsol e a francesa Total Energies. Os investimentos e a exploração do mercado petrolífero líbio visavam reduzir a dependência europeia da Rússia e Noruega, mas as empresas chinesas colocaram em causa esta intenção europeia. Antes de 2011, a China já tinha investido na indústria energética líbia, em relativa segurança. Entre 2 e 3% das importações chinesas provinham da Líbia e cerca de 75 empresas chinesas, maioritariamente de telecomunicações e infraestruturas operavam em território líbio antes da guerra.<sup>293</sup> Além disso, a CNPC, uma empresa semi-estatal chinesa, já tinha auxiliado na construção de oleodutos e na exploração *offshore*. Durante a guerra, os rebeldes tentaram rapidamente garantir o controlo das reservas de petróleo, dos oleodutos e refinarias. Por esse motivo, o combate entre as tropas do regime e os rebeldes concentrou-se nas cidades a Leste, onde a maioria destas localizações nevrálgicas se concentravam. Tanto os rebeldes como o regime tinham a intenção de assegurar o controlo e o funcionamento das estruturas do setor petrolífero, como forma de financiamento e de reabastecimento.<sup>294</sup> Os próprios EUA financiaram e auxiliaram rebeldes com a intenção de derrubar o regime, em tangente com as operações da NATO.<sup>295</sup>

A *insurgency* na Líbia foi desenvolvida com características próprias, como demonstram os eventos a 19 e 20 de Fevereiro em Bengasi. Os esforços do exército líbio, leal ao regime de Gaddafi, para dispersar a multidão e rebeldes foram limitados e interrompidos devido à situação e aos elementos da mesma. Com cerca de 50 mil

---

<sup>291</sup> Taylor, William C. 2014. *Military Responses to the Arab Uprisings*. 145. New York: Palgrave Macmillan.

<sup>292</sup> Idem. 143.

<sup>293</sup> Engelbrekt, Kjell. *The NATO Intervention in Libya*. 3.

<sup>294</sup> Idem. 3-4.

<sup>295</sup> Hosenball, Mark. “Exclusive: Obama Authorizes Secret Help for Libya Rebels.” Reuters, 30 de Março, 2011. Acedido a 31 de Maio, 2021. <https://www.reuters.com/article/us-libya-usa-order-idUSTRE72T6H220110330>.

manifestantes, a brigada do exército não era suficiente para travar os protestos, os estabelecimentos locais não forneciam mantimentos, fazendo com que a moral e ânimo desabassem. Além disso, os entrepostos e armazéns de armas locais foram saqueados, pontos nevrálgicos do regime das quais essas mesmas armas foram apontadas à base militar da brigada. Alguns dos oficiais desertaram e juntaram-se aos rebeldes.<sup>296</sup> Os eventos em Bengasi tiveram “um efeito profundo” na revolução, originando ainda mais momentos de militares e políticos ligados ao regime a desertar, mesmo antes de intervenção direta da NATO.<sup>297</sup>

A campanha de 2011 da NATO é considerada como um *outlier* e uma entre “muitas primeiras”.<sup>298</sup> Política e legalmente foi a “primeira intervenção internacional inspirada pela doutrina” de R2P, *Responsability to Protect*. Depois das intervenções no Afeganistão e Iraque, conflitos híbridos com ameaças assimétricas, a Líbia foi a primeira campanha do Ocidente afetado pelo céptico “síndrome do Iraque”.<sup>299</sup> Em termos de estratégia militar e operacionais, a intervenção das forças convencionais da NATO foi executada de forma diferente às intervenções do Iraque e Afeganistão. Ou seja, uma campanha aérea focada em pontos nevrálgicos e em resultados eficazes num curto espaço de tempo.

O conceito básico desenvolvido na Líbia foi o mesmo do Afeganistão, utilizando os rebeldes aliados ao Ocidente para substituir os combates terrestres. Enquanto isso, a NATO utilizava a sua capacidade aérea e executava algumas missões de forças especiais em menor escala.<sup>300</sup>

Segundo algumas vozes dos EUA, a intervenção na Líbia não teria grande dificuldade de execução, visto que não existiam interesses económicos ou energéticos em risco. A Líbia também não era um aliado na região, nem uma influência benéfica para Israel no processo de paz.<sup>301</sup> O presidente do *think-tank Council on Foreign Relations* (CFR), Richard Haass, defendeu não existir uma urgência humanitária em território líbio. Não existiam relatos de massacres nem provas de que a sociedade civil estava a ser alvo

---

<sup>296</sup> Taylor, William C. *Military Responses to the Arab Uprisings*. 149.

<sup>297</sup> *Ibid.*

<sup>298</sup> *Idem.* 221.

<sup>299</sup> *Ibid.*

<sup>300</sup> *Idem.* 226.

<sup>301</sup> Garcia, Francisco Proença. "Libya crisis and war." *Estratégia*, 2011. Instituto Português da Conjuntura Estratégica, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Vol. XXII, pp. 119-128.

de ataques a uma larga escala. Ou seja, intervir seria uma distração estratégica e uma guerra por escolha própria.<sup>302</sup>

A própria 67ª Secretária de Estado, Hillary Clinton “tinha sugerido aos EUA entrarem em guerra para repagar o apoiado dos aliados da NATO no Afeganistão”.<sup>303</sup> Esta reiterou a influência no setor petrolífero e da migração que a Líbia desempenhava no continente europeu, dos quais a França se destaca. Embora o 23º Presidente francês, Nicolas Sarkozy tivesse uma relação pessoal próxima com Muammar Gaddafi, demonstrada em 2007, “três anos depois, Sarkozy estava na vanguarda da campanha liderada pela NATO contra Gaddafi”.<sup>304</sup> A repentina mudança surgiu devido a diferentes elementos, destacando-se entre estes a celeridade de Sarkozy comandar ataques aéreos sem consultar o seu ministro dos negócios estrangeiros e a necessidade de França “recuperar a iniciativa no Norte de África”.<sup>305</sup> Algumas decisões por parte de Nicolas Sarkozy foram caracterizadas por impulso, como por exemplo o reconhecimento do Conselho Nacional de Transição, um grupo rebelde, como o governo legítimo durante o início da crise.<sup>306</sup>

A outra potência transatlântica que se destaca da intervenção é o Reino Unido, em menos de um mês o governo de David Cameron junta-se aos seus aliados da NATO e à *Operation Unified Protector*.<sup>307</sup> Uma das justificações iniciais baseava-se na questão de refugiados, mas os interesses económicos e o terrorismo tornaram-se fatores importante para as deliberações seguintes e para a tomada de ação.<sup>308</sup> Já a Alemanha recusou participar na intervenção, o que demonstra a falta de coesão ideológica da narrativa.<sup>309</sup>

Tal como com o fenómeno da guerra híbrida, a intervenção não contempla apenas âmbitos militares. Alguns Estados, da perspectiva liberal membros da comunidade internacional, colocaram questões sobre os interesses que a coligação por parte da NATO

---

<sup>302</sup> Ibid.

<sup>303</sup> Ibid.

<sup>304</sup> Cumming, Gordon D. 2013. “A Piecemeal Approach with No Vision: French Policy Towards Africa under Nicolas Sarkozy.” In *The Sarkozy Presidency. French Politics, Society and Culture Series*, edited by Gino G. Raymond. London: Palgrave Macmillan.

<sup>305</sup> Raymond, Gino G. *The Sarkozy Presidency*. 104.

<sup>306</sup> Idem. 122.

<sup>307</sup> Davidson, Jason W. 2013. “France, Britain and the intervention in Libya.” *Cambridge Review of International Affairs*, 26:2, 310-329.

<sup>308</sup> Ibid.

<sup>309</sup> Friedman, George. “Libya, the West and the Narrative of Democracy “ On Geopolitics. March 21, 2011. Acedido a 7 de Julho, 2021. <https://worldview.stratfor.com/article/libya-west-and-narrative-democracy>.

e outros países aliados poderiam estar a defender. Por parte da Rússia e da China, era questionado se a ambição era de derrubar o regime de Gaddafi mais do que defender os civis e honrar o conceito de R2P, tal como os resultados. Estas críticas recuperaram a discussão sobre como interpretar os princípios da soberania de um Estado e da não-intervenção em geral, neste caso em concreto como “o Conselho de Segurança implementa o mandato do uso da força”. Para os críticos, a Resolução 1973 permitiu que a coligação mantivesse a *no-fly zone*, o embargo de armas e os meios que os membros consideravam necessários. Este tipo de restrições e limitações eram descritas como demasiado próximas de uma “ocupação estrangeira” que “infringia nos direitos da Líbia como um Estado soberano”.<sup>310</sup> Era descrito que apesar da suposta imparcialidade para defender os civis, a intervenção tinha decidido auxiliar uma das partes envolvidas com a intenção de derrubar o regime e com a coordenação com as forças rebeldes.<sup>311</sup>

Diferentes fações do início do conflito até ao cessar-fogo receberam auxílio internacional, desde ajuda financeira, armas ou até mesmo treino militar. Conflitos como este, proxy e/ou híbridos que são desenvolvidos em moldes ambíguos, por vezes obrigam a uma reavaliação da chamada comunidade internacional e de como lidar com os mesmos.<sup>312</sup> Desde 2011 cada Estado envolvido no conflito, independentemente do intuito cívico ou democrático, tem um interesse estratégico na Líbia e na região como um todo. Por exemplo, o Egito e França ambos descreveram que os seus ataques aéreos tinham sido feitos no âmbito da autodefesa, uma justificação similar à dos EUA após os acontecimentos a 11 de Setembro.<sup>313</sup>

A intervenção da NATO na Líbia pode ser descrita como uma intervenção com elementos únicos, ou seja, é “improvável que sirva de modelo para ação de outras situações”.<sup>314</sup> Apesar da intervenção inicial, de cerca de sete meses, ter quase esgotado as munições e o capital político da NATO, a derrota do regime líbio é entendida como uma vitória no seio da aliança transatlântica.<sup>315</sup> A narrativa de excepcionalismo americano e a

---

<sup>310</sup> Engelbrekt, Kjell. *The NATO Intervention in Libya*. 229.

<sup>311</sup> Idem. 230.

<sup>312</sup> Salyk-Virk, Melissa. *Airstrikes, Proxy Warfare, and Civilian Casualties in Libya*. Report. New America, 2020. Acedido a 27 de Maio, 2021.

<sup>313</sup> Ibid.

<sup>314</sup> Ver Kjell Engelbrekt, *The NATO Intervention in Libya*. “Although the seven-month intervention stretched NATO’s ammunition stockpiles and political will almost to their respective breaking points, the definitive overthrow of the Gaddafi regime is universally regarded as a major accomplishment.”

<sup>315</sup> Ibid.

manutenção da ordem demoliberal internacional têm sido fatores marcantes da política externa norte-americana.

A narrativa e *responsability to protect* foram utilizadas novamente durante a intervenção de 2011, num país marcado por clivagens históricas, sociais e geográficas. Os esforços convencionais e não-convencionais foram desenvolvidos num Estado com um processo fundacional recente. Estes diferentes fatores tornaram a intervenção incrementalmente mais difícil, mais no que diz respeito ao *state-building* do que o *regime change*, permitindo a que diversas ameaças híbridas proliferassem.

A comparação entre o Iraque e a Líbia é natural, visto que ambos tiveram ditadores que não foram persuadidos nem dissuadidos com as respetivas *no-fly zones*. Com este desenvolvimento surge a intervenção para derrubar o governo, resultando numa guerra civil interna entre a oposição.<sup>316</sup> Como George Friedman descreve, quando se intervém num país, independentemente das intenções, escolhe-se sempre um lado e uma facção envolvida. No caso da Líbia, os EUA, França e Grã-Bretanha estavam a intervir “a favor de um grupo mal definido de tribos e facções mutuamente hostis e suspeitas que não conseguiram se unir” nem formar uma coligação político-militar.<sup>317</sup>

O legado deixado pela intervenção é um de uma vitória dúbia, na qual o ditador foi removido, mas nenhuma solução viável foi utilizada para substituí-lo, criando um vácuo que levou à fragmentação de inúmeras facções e caos. Tal como referido anteriormente, a natureza permeável da guerra pode consistir em diferentes combinações de como uma guerra é conduzida, algo que pode implicar conflitos mais destrutivos e difusos.<sup>318</sup> Além desse pormenor, os conflitos são cada vez mais regionais ou até internacionais, aumentando a influência estrangeira e promoção de interesses alheios. No caso líbio destacam-se o Governo de Acordo Nacional de Trípoli, apoiado pelas Nações Unidas, e o Exército Nacional Líbio, liderado pelo General Khalifa Haftar. Das bases de Misrata e Mitiga, os *drones* turcos Bayraktar TB2 auxiliam os esforços do Exército Líbio Nacional, a partir de sistemas comandados por forças turcas. O próprio Exército Líbio Nacional é

---

<sup>316</sup> Friedman, George. “Libya, the West and the Narrative of Democracy “ in *On Geopolitics*. March 21, 2011.

<sup>317</sup> Ibid.

<sup>318</sup> Ver Frank G. Hoffman, “Hybrid Warfare and Challenges”. “This matches the views of many military analysts, who have suggested that future conflict will be multi-modal or multi-variant rather than a simple black or white characterization of one form of warfare. Thus, many analysts are calling for greater attention to more blurring and blending of war forms in combinations of increasing frequency and lethality.”

favorecido pelos Emirados Árabes Unidos e tem no seu arsenal seis a oito veículos não-tripulados Wing Loong, dois Schiebel Camcopter S-100 e Mohajer-2 do Irão.<sup>319</sup> A Líbia pós-intervenção de 2011 tornou-se um laboratório experimental para a guerra híbrida e para “conflitos *proxy* remotos de um novo tipo”.<sup>320</sup> O uso de veículos não-tripulados a longa distância intensificou o conflito, podendo levar até a um impasse baseado nesta tecnologia. Estes conflitos híbridos focados nas tecnologias avançadas bélicas serão fomentados e “congelados enquanto o cálculo estratégico das partes em conflito *proxy* em segundo plano e sua reposição baseada em recursos possam ser garantidos”.<sup>321</sup>

O apoio uniforme da NATO às diferentes facções, independentemente do arsenal subversivo que estas disponham, não existe. Da intervenção e apoio contínuo da Aliança Transatlântica no conflito líbio destaca-se o papel das relações bilaterais com as diferentes facções a cada país respetivo. Por exemplo, a Turquia, França e Itália apoiam o Governo de Acordo Nacional.<sup>322</sup> Mas nem estes aliados eram uniformes, visto que a Turquia tentava continuamente limitar as ações militares francesas em solo líbio. Já a posição da Alemanha mostrou sinais da falta de coesão, devido à sua abstenção da Resolução 1973 do Conselho de Segurança das Nações Unidas que autorizava a intervenção, não colaborando inclusivamente na própria intervenção. Os países da Europa Central seguiram o mesmo rumo, não participando na campanha.<sup>323</sup> A Turquia explorou a situação na Líbia em detrimento de um aliado na NATO, mas rival regional, a Grécia. As ações turcas que subverteram o papel e ganhos da Grécia promoveram interesses económicos na região do Mediterrâneo, porém o maior prejuízo foi geoestratégico.<sup>324</sup>

---

<sup>319</sup> Sprengel, Frank Christian. "Drones in hybrid warfare: Lessons from current battlefields." Hybrid CoE, June 10, 2021. Hybrid CoE Working Paper 10. Acedido a 7 de Julho, 2021. 15.

<sup>320</sup> Sprengel, Frank Christian. "Drones in hybrid warfare." 19.

<sup>321</sup> Ibid.

<sup>322</sup> Sprengel, Frank Christian. "Drones in hybrid warfare: Lessons from current battlefields." Hybrid CoE, June 10, 2021. Hybrid CoE Working Paper 10. Acedido a 7 de Julho, 2021. 15.

<sup>323</sup> Wilson, Damon M. Report. Atlantic Council, 2011. Accessed August 25, 2021. <http://www.jstor.org/stable/resrep03354>. 3.

<sup>324</sup> Hill, Thomas M. *Four Things to Know About Libya's Conflict and Foreign Interference*. Washington, D.C.: United States Institute of Peace, 2020. Acedido a 25 de Agosto de 2021. <https://www.usip.org/publications/2020/07/four-things-know-about-libyas-conflict-and-foreign-interference>

## Capítulo III: República Popular da China 1989-2020

### III.I Contextualização da História moderna da China

John K. Fairbank delimita um conjunto de “conceitos apresentados pela historiografia oficial chinesa”.<sup>325</sup> Existia um ciclo dinástico, caracterizado por diferentes fatores, alguns correlacionados com conceitos anteriormente referidos na contextualização da História dos estudos da guerra. A falta de virtude de um líder custaria-lho o Mandato do Céu; a bancarrota fiscal estava relacionada com a corrupção e a carga de impostos sobre os camponeses; o declínio do bem-estar popular podia estar implicado com a erosão das obras públicas; entre outros. Tanto o povo como os soldados estavam enfraquecidos, a falta de ânimo alienava as diferentes classes da sociedade, reduzindo a capacidade da dinastia de lidar com invasões e rebeldes, ameaças externas e internas.<sup>326</sup>

As elações e comparações que se podem extrair do império romano e do império Han são limitadas, apesar da semelhante expansão territorial e população de ambos. A geografia não é compatível, as penínsulas e mares do continente europeu auxiliam na projeção de poder para o exterior. A China não tem uma geografia idêntica, repleta de cadeias de montanhas a separar as diferentes costas e os planaltos ocidentais. geografia física por si só não facilitou a ascensão de um poder central, foram as instituições humanas que triunfaram sobre a geografia física para realizar o projeto de unidade.<sup>327</sup>

O trauma do imperialismo de 1890, com o auge das oito potências unidas contra os Boxers em 1900 em Pequim deixou um legado na vida política. A preservação da China era algo materializado, pois a secessão do Tibete e da Mongólia Exterior em 1913 fez com que a unificação da nação chinesa se tornasse o ideal comum. O fenómeno político da participação dos cidadãos comuns restaurou o ideal de unidade nacional, com o período dos senhores da guerra, a invasão japonesa e a guerra civil. Em 1949, a única paz possível com a conjetura chinesa era apenas a que fosse ditada por um governo central unido.<sup>328</sup> Para a criação de um poder centralizado, quem ambicionasse a ser líder da China

---

<sup>325</sup> Fairbank, John K. and Roderick MacFarquhar. 1995. *The Cambridge History of China, Vol. 14 The Peoples Republic*. Cambridge: Cambridge University Press.

<sup>326</sup> Ibid.

<sup>327</sup> Idem. 15-16.

<sup>328</sup> Idem. 21.

teria de reanimar a administração burocrática. Independentemente da posição política, o partido e facção que ambicionasse centralizar a China teria de expandir a sua rede de contactos e relações, exercendo controlo direto ou indireto sobre as províncias e regiões.<sup>329</sup> A tradição e história milenar chinesa das anteriores dinastias já inculcava uma predisposição no povo chinês de aceitar um poder centralizado em prol de acabar com o caos. A autodeterminação estava baseada na sociedade inteira, originando uma rápida expansão do nacionalismo moderno chinês em larga escala no século XX.<sup>330</sup>

Mao Zedong na sua obra “Da Guerra de Guerrilha” descreveu a China como subdesenvolvida e com fracas comunicações durante uma forte invasão japonesa. Para o futuro Secretário-Geral, em 1937 a guerrilha seria marcada pela qualidade em massa. A assimetria que provinha deste tipo de guerra teria de ser coordenada com as operações do exército regular, no caso desta tentativa não lograr seria muito difícil derrotar o inimigo.<sup>331</sup> Estas operações de guerrilha para Mao Zedong não poderiam ser consideradas como formas independentes de conduzir uma guerra, eram um passo da guerra total e um aspeto da luta revolucionária.

A guerra de guerrilha “é uma arma que uma nação inferior em armas e equipamento militar pode empregar contra uma nação agressora mais poderosa”.<sup>332</sup> No caso de um invasor conseguir conquistar parte de um país mais fraco, as condições geográficas, climáticas e sociais podem ser utilizadas como vantagem para opor os seus avanços. Conduzir uma guerra de guerrilha para Mao Zedong implicava usar essas vantagens para resistir e derrotar o inimigo.<sup>333</sup> A guerra de guerrilha não podia ser entendida como algo separado da política nacional, no caso em concreto a política nacional anti-japonesa e imperialista.<sup>334</sup>

A estratégia básica da guerrilha chinesa estava assente na primazia da mobilidade e prontidão do ataque, ajustada a uma ampla gama de condições. Estavam dependentes

---

<sup>329</sup> Ibid.

<sup>330</sup> Idem. 22.

<sup>331</sup> Mao, Zedong. 1937. *On Guerrilla Warfare*. Acedido a 20 de Maio, 2021. <https://www.marxists.org/reference/archive/mao/works/1937/guerrilla-warfare/>

<sup>332</sup> Ibid.

<sup>333</sup> Ibid.

<sup>334</sup> Ibid.

em certa medida da geografia do território, as linhas de comunicação, a sua relação com as populações locais, a situação do inimigo, entre outras.<sup>335</sup>

Em 1938, dois anos depois da obra, Mao Zedong apresenta ao seu partido o conceito de guerra popular prolongada. Este defendeu que a guerra entre a China e o Japão era “especificamente uma guerra de vida ou morte entre a China semicolonial e semifeudal e o Japão imperialista”.<sup>336</sup> Neste ano são repetidos alguns fundamentos do tipo de guerra que a China estava a combater, nomeadamente que uma vitória rápida sobre o Japão não existia numa “realidade objetiva” e que era uma “mera ilusão, uma falsa teoria”.<sup>337</sup>

Mao Zedong divide a guerra popular prolongada em três fases. Este refere que apesar de não se conseguir prever o momento imediato de mudança para cada fase distinta, as decisões estratégicas de uma guerra precisam de um planeamento e delineação. A primeira fase diz respeito ao período no qual o adversário ataca, em específico a ofensiva estratégica japonesa e a operação de defesa chinesa. A segunda fase foca-se na preparação da contraofensiva durante a consolidação estratégica do adversário. Durante a terceira fase o adversário tenta retirar-se ao mesmo tempo que se desenvolve a contraofensiva.<sup>338</sup> Apesar do antagonismo político e da tácita disputa por territórios durante a segunda Frente Unida entre o Partido Comunista Chinês e o Kuomintang, Mao Zedong defendeu em frente aos seus camaradas que “a frente unida tem de ser preservada”.<sup>339</sup> Defender a Frente Unida significava continuar a guerra e alcançar a vitória contra a invasão japonesa. Mao Zedong cita Carl von Clausewitz, “a guerra é uma continuação da política”, defendendo que a guerra é uma ação política e sempre foi assim desde a antiguidade.<sup>340</sup>

Na verdade, alguns líderes do Japão defendiam uma expansão limitada e baixas consideráveis chinesas para obrigar os líderes chineses a terminar o conflito. Para este efeito, o Japão iniciou uma campanha militar no norte da China em 1937 e 1938. Como os recursos eram limitados, os militares japoneses nunca conseguiram causar dano

---

<sup>335</sup> Ibid.

<sup>336</sup> Mao, Zedong. 1938. *On Protracted War*. Acedido a 20 de Maio, 2021. [https://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-2/mswv2\\_09.htm](https://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-2/mswv2_09.htm)

<sup>337</sup> Ibid.

<sup>338</sup> Ibid.

<sup>339</sup> Ibid.

<sup>340</sup> Ver Mao Zedong, *On Protracted War*. ““War is the continuation of politics.” In this sense war is politics and war itself is a political action; since ancient times there has never been a war that did not have a political character.”

suficiente para destruir o exército principal da China. Além disso, os recursos gastos na guerra limitada contra a China foram “severos o suficiente para colocar o Japão numa posição como se tivesse lançado uma guerra completa”.<sup>341</sup> Nem o Kuomintang nem o Partido Comunista procuraram o conflito direto, optando por escaramuças e operações não-convencionais. A frente unida chinesa concordava mutuamente que o melhor plano era o de evitar a sua própria destruição numa campanha convencional e esperar que os recursos japoneses se esgotassem. O Partido Comunista Chinês tinha um interesse direto que o Kuomintang optasse por um plano convencional, visto que iria enfraquecer dois adversários, um adversário presente e um adversário futuro.<sup>342</sup>

O Japão acabaria por repetir o que Napoleão fez na Península Ibérica, nunca conseguindo o controlo direto sobre os territórios conquistados. O domínio japonês estava maioritariamente restrito a áreas urbanas e às linhas de comunicação que as uniam, sem controlo nas vastas áreas adjacentes. O que se sucedeu foi um dos melhores exemplos de guerra híbrida, com guerra regular e irregular combinada. Uma guerra híbrida e uma campanha de subversão de tal maneira que as conquistas das forças armadas japonesas perderam o seu valor político.<sup>343</sup>

A guerra irregular no norte da China obrigou o Japão a criar organizações paramilitares para operar uma variedade de atividades necessárias para pacificar a região. Por exemplo, quando eclodiu o incidente da Ponte Marco Polo, o exército japonês já tinha criado “grupos de serviços especiais”, que funcionavam como “unidades dos serviços secretos”. Além de *counterinsurgency*, estes grupos tinham como funções auxiliar o exército regular ao realizar atividades políticas, económicas, culturais e de espionagem que dependiam da região e do grupo em si.<sup>344</sup>

Enquanto o exército expedicionário japonês no norte da China se dedicava às atividades de pacificação e no envio de reforços para outras regiões, o exército em si regia um conjunto de operações puramente militares para assegurar a sua área de responsabilidade. Estas operações sublinhavam a natureza da guerra híbrida, com duas categorias de funcionamento distinto. Uma das categorias de operação era perpetrada quando o exército conduzia um número de operações militares ofensivas contra as forças

---

<sup>341</sup> Murray, Williamson. *Hybrid Warfare*. 227.

<sup>342</sup> Ibid.

<sup>343</sup> Idem. 227-228.

<sup>344</sup> Idem. 227-231.

regulares do Kuomintang e dos exércitos privados dos antigos senhores da guerra regionais. A outra categoria era de antiguerilha, maioritariamente estabelecida contra o Partido Comunista Chinês, cuja força aumentou exponencialmente à medida que as hostilidades continuavam.<sup>345</sup> No norte da China as campanhas militares ofensivas de maior envergadura às vezes pioravam a situação para o Japão. As forças regulares chineses estavam dispostas a entregar espaço e territórios em troca de mais tempo, levando a cabo a sua retirada para o interior. Este processo tornava o conflito mais duradouro e colocava em risco o esforço de guerra japonês.<sup>346</sup>

Os guerrilheiros comunistas atacavam regularmente grupos dispersados de soldados japoneses, em áreas como postos militares ou a comboios de apoio logístico. A guerrilha comunista também sabotava redes ferroviárias, estradas e cabos de comunicação. Este conjunto de táticas era ainda mais eficaz, porque as equipas do exército japonês responsáveis pela manutenção destas infraestruturas eram compostas por pequenas unidades, sediadas em aldeias remotas. Estes ataques tornavam-se mais adversos e subversivos consoante o grau de dispersão e extensão das tropas japonesas.

Dois fatores essenciais para as operações japonesas contra os guerrilheiros estavam assentes na recolha de informação e na mobilidade tática. Ou seja, espionagem e contraespionagem para detetar inimigos ou para salvaguardar atividades japonesas, mas também a capacidade de maximizar a mobilidade tática.<sup>347</sup> A retirada era uma tática para a guerrilha, o terreno montanhoso e os acessos precários condicionavam a mobilidade das tropas japonesas na região.<sup>348</sup>

---

<sup>345</sup> Murray, Williamson. *Hybrid Warfare*. 242-243.

<sup>346</sup> Ibid.

<sup>347</sup> Idem. 248.

<sup>348</sup> Ibid.

### III.II A vitória comunista da guerra civil e Mao Zedong

O Partido Comunista Chinês conseguiu triunfar apesar dos inúmeros desafios e ameaças, algumas quase levando à extinção do mesmo como a Grande Marcha de 1934. Nos finais da Segunda Guerra Mundial, à medida que os conflitos no continente europeu e no Oceano Pacífico diminuía, os comunistas preparavam-se para enfrentar a próxima fase na China.<sup>349</sup>

Durante a campanha contra o Japão, o Partido Comunista Chinês desenvolveu uma forma de assegurar recursos humanos e controlo sobre os territórios ocupados, as chamadas Zonas Libertadas. O crescimento destas áreas e sovietes avigorava a força e legitimidade comunista, além de contribuírem para a capacidade industrial e logística, mas também do acesso à mão-de-obra. O Partido Comunista aproveitava o exercício de poder que tinha sobre estes territórios conduzido reformas no âmbito social e político, garantindo o apoio da população na Zona Libertada e nas áreas fronteiriças.<sup>350</sup> Apesar das bases a norte facilitarem o acesso comunista à Manchúria e Shandong, o exército do Kuomintang surgia da Segunda Guerra Mundial com o apoio norte-americano, com melhor equipamento e treino. Enquanto a Grã-Bretanha e os EUA podiam fornecer apoio aéreo e naval, o apoio prestado pela União Soviética não era comparável pois havia o interesse estratégico de “manter a China fraca e dividida”.<sup>351</sup> O nível de apoio soviético era negligenciável e os líderes do partido habitualmente descartavam as tentativas de auxílio soviético. A União Soviética chegou até a expropriar maquinaria e indústria pesada durante a sua ocupação no nordeste chinês, negando a possibilidade de exploração dos recursos.<sup>352</sup>

A rendição do Japão a 15 de Agosto de 1945 mudou a conjuntura política e militar chinesa, este ato implicava o fim da ocupação japonesa e dos regimes apoiados pela potência adversária, como Manchukuo ou Mengjiang. O vácuo criado pela ausência japonesa e destes regimes implicava uma corrida pela conquista destes territórios, mesmo que a possibilidade de uma guerra civil existisse com os avanços.<sup>353</sup> Em pouco tempo as

---

<sup>349</sup> Lew, Christopher R. 2009. *The Third Chinese Revolutionary Civil War*. New York: Routledge.

<sup>350</sup> Idem. 2-3.

<sup>351</sup> Ibid.

<sup>352</sup> Idem. 136.

<sup>353</sup> Idem. 16.

duas fações e a população chinesa aperceberam-se que o fim da guerra com o Japão não significava o fim dos conflitos.<sup>354</sup> Em 1946, o Kuomintang era a fação dominante e o Partido Comunista estava com dificuldade em ganhar a iniciativa. Após a discussão no seio do partido sobre a possibilidade de uma contraofensiva, o plano levado a cabo pelos comunistas ficou denominado como defesa móvel, uma estratégia com elementos idênticos à estratégia de Fabius Maximus e de Jomini.<sup>355</sup> Em 1947, a contraofensiva estratégica comunista aproveitou o facto das forças do Kuomintang estarem enfraquecidas e dispersas. Este ataque “envolveu marchar por um exército por centenas de milhas além das linhas inimigas, os comunistas aproveitaram a iniciativa”. Desta forma o Partido Comunista Chinês conseguiu controlar o ritmo da guerra a partir desse ano, marcando o ponto de viragem da guerra civil. O Kuomintang não conseguiu contrapor nem conter os avanços comunistas.<sup>356</sup>

A vitória comunista da terceira guerra civil, com os fundamentos da guerra prolongada popular, marcou a China moderna e a geopolítica contemporânea. Mao Zedong e o Partido Comunista, ao lograrem a sua vitória nas campanhas militares de 1948 e 1949 completaram a ambição de Chiang Kai-shek e do Kuomintang, uma paz final e duradoura para a China.<sup>357</sup> Segundo Christopher R. Lew, o contexto social, económico e político influenciou a guerra, mas as decisões militares ao mais alto nível é que decidiram a guerra.

A procura por uma batalha decisiva contra o adversário não é um dos fins a atingir no pensamento militar tradicional da China, nem a primeira opção. Esta predisposição contrasta diretamente com a tradição Ocidental, baseada em Napoleão, Clausewitz e até da Grécia Antiga, na qual uma batalha é entendida como algo para conquistar o resultado final e decisivo.<sup>358</sup> A propensão tácita de utilizar a subversão e ameaças híbridas com esta tradição em mente deu oportunidade ao Partido Comunista Chinês, aos seus guerrilheiros e ao Exército de Libertação Popular enfraquecer os japoneses e o Kuomintang até o confronto direto ser uma opção viável.

---

<sup>354</sup> Ver Christopher Lew, *The Third Chinese Revolutionary Civil War*. “The end of the war against Japan was, therefore, not an end at all – it was simply a new beginning.”

<sup>355</sup> *Idem*. 136.

<sup>356</sup> *Idem*. 138.

<sup>357</sup> *Idem*. 134.

<sup>358</sup> *Idem*. 148.

O Kuomintang tinha uma organização mais flexível, as regras mais restritivas e ditatoriais tinham sido impostas somente depois de décadas caóticas e de facionalismo. O partido operava com um conjunto de grupos provinciais e divisões regionais que se tornaram impossíveis de remover. A própria ideologia também não era tão fixa como a do Partido Comunista, os Três Princípios de Sun Yat-sen e o cariz liberal dos mesmos permanecia, com uma estrutura “leninista do partido e um exército do partido doutrinado”.<sup>359</sup>

### III.III Evolução interna e relação com os EUA

Por vezes existe uma lacuna intelectual para estudar diretamente a geoestratégia chinesa que justifica a retórica e agenda do Partido Comunista Chinês.<sup>360</sup> Para a compreensão do fenómeno da guerra híbrida, defensiva ou de ataque, por parte da China, é necessário rever a sua cultura, história, filosofia e “sistema lógico, que é fundamentalmente diferente do ocidental”.<sup>361</sup> A mítica figura de Sun Tzu é descrita como a de um general, uma característica que criou no Ocidente a ideia de que o verdadeiro objeto da estratégia chinesa é a condução de uma guerra. O pensamento chinês tem características de uma natureza sistémica e de *grand strategy*, a guerra é analisada de uma “perspetiva holística que utiliza todos os poderes e meios possíveis, em vez dos militares por si só”.<sup>362</sup>

Na década de 1980, a China colocou em prática um projeto com o intuito de reforçar a sua participação nas relações internacionais. Um projeto que vigora à medida que a China tenta apresentar-se aos restantes estados-nação como uma “responsável, construtiva e previsível” potência de desenvolvimento estratégico mútuo. O projeto e a reforma como um todo, a de maior abertura, marcou um momento histórico da ascensão

---

<sup>359</sup> Fairbank, John K. *The Cambridge History of China, Vol. 14.* 43.

<sup>360</sup> Yuen, Derek. 2014. *Deciphering Sun Tzu: How to Read The Art of War.* New York: Oxford University Press.

<sup>361</sup> Ver Derek Yuen, *Deciphering Sun Tzu*. “To arrive at a truly comprehensive understanding, China’s language, culture, history, and philosophy must also be understood, to say nothing of the Chinese logical system, which is fundamentally different from the West’s.”

<sup>362</sup> Idem. 14-15.

chinesa. Em paralelo, a economia chinesa experienciou ganhos e um crescimento considerável, tal como a própria modernização.<sup>363</sup> O resultado é o de uma China capaz de projetar mais influência internacionalmente com a sua estabilidade política, progresso social, um reforço da segurança nacional e em redor do Partido Comunista Chinês.<sup>364</sup> Durante o século XX a China mudou de um país isolado e atrasado para uma das maiores potências a uma escala regional e global. No início do século XXI, surge na China o conceito estratégico de “Ascensão Pacífica”, uma estratégia que significava mudar a sua direção de desenvolvimento interno para conseguir influenciar o mundo. Esta estrutura estratégica chinesa de desenvolvimento pacífico baseava-se na “ligação, reforma e formação”.<sup>365</sup>

A ascensão da China, um país não-Ocidental, é um dos eventos mais significativos da geopolítica mundial moderna, influenciando o modelo de ordem mundial existente há mais de um século. Tendo em consideração o passado hegemónico chinês e a humilhação durante quase um século, a existência de apreensão no seio das sociedades ocidentais “demonstra o quão profundamente a China chocou o mundo”. Quanto mais poderosa e rica a China for, mais influência precisa e consegue projetar, além de ter mais intenções de explorar essa capacidade para proteger os seus interesses.<sup>366</sup>

Para Yongnian Zheng, a história chinesa contemporânea teve origem nas reformas e a *open-door policy* de Deng Xiaoping em 1978, um conjunto de iniciativas que remetem para o período “pré-reforma de Mao”. Em 1949, depois da criação da República Popular da China, o Partido Comunista liderado por Mao Zedong instaurou um conjunto de medidas que transformaram a política, economia e sociedade chinesa. O Partido Comunista Chinês conseguiu levar a cabo mudanças sociais abrangentes, mas o “modelo de desenvolvimento maoista” rapidamente demonstrou que era insustentável, “a um custo humano extremamente elevado”.<sup>367</sup> Os sinais de um sistema a colapsar no final da década de 1970 obrigaram a um conjunto de reformas, uma mudança na política externa e interna implementada pela liderança pós-Mao Zedong. O legado maoista restringiu muitas das reformas da era pós-Mao Zedong, pois apesar do plano e modelo económico ter sido alterado, a estrutura política manteve-se intacta. A estrutura política surgiu da revolução

---

<sup>363</sup> Men, Honghua. *China's Grand Strategy*. Viii.

<sup>364</sup> Idem. Viii.

<sup>365</sup> Idem. Ix.

<sup>366</sup> Men, Honghua. *China's Grand Strategy*. Ix-x.

<sup>367</sup> Zheng, Yongnian. 2014. *Contemporary China*. West Sussex: Wiley-Backwell.

e da guerra civil fundiu elementos “nacionalistas e comunistas”, e conservou a ligação a um passado imperial chinês, além das tradições que “influenciam ideias e práticas básicas”.<sup>368</sup>

O progresso da China como potência desde 1978, o ano das reformas económicas, ocorreu em paralelo com várias mudanças em setores como o papel da China nas relações internacionais. À medida que a China era integrada na comunidade internacional, a sua estratégia mudava para se adequar à conjuntura, desempenhando um papel mais ativo e participando em mais organizações internacionais.<sup>369</sup>

Desde o fim da Guerra Fria, a China reformulou a sua estratégia diplomática de “introversão para a extroversão”, escolhendo ser uma voz ativa na comunidade internacional para expandir os seus próprios interesses estratégicos e geopolíticos. Para a China do final da década de 1980 até 1990, o princípio de fazer a diferença e o da discrição eram como os princípios contraditórios das teorias diplomáticas. Os dois princípios considerados antitéticos eram controversos no que diz respeito à sua relação, quando um deve sobrepor o outro, um efeito que Honghua Men defende como prejudicial para a defesa dos objetivos estratégicos chineses. Este defende que, das experiências passadas, a China se apercebeu que “fazer a diferença” é um princípio prático e um pensamento estratégico.<sup>370</sup> Ao intensificar as reformas e a abertura económica, a China começou a adotar estratégias mais ativas, juntando-se a iniciativas e instituições internacionais ou até mesmo na criação de novas organizações. O primeiro processo foi regional, promovendo uma ordem regional ao reforçar a sua presença em instituições da Ásia. A partir de 1989 e 1990, a China tentou intensificar a cooperação económica, de defesa e militar com países da região, de modo a evitar hostilidades ativas e para promover alguns interesses mútuos.<sup>371</sup>

A ascensão chinesa, segunda algumas teorias como a *China Threat Theory*, representa um desafio e como o nome indica uma ameaça para a ordem internacional que vigora, liderada pelos EUA. Esta ameaça acarreta alguma preocupação no âmbito económico, militar, político, cultural, estratégico e até ideológico. É recorrente a preocupação em relação à capacidade de a China utilizar o setor financeiro internacional

---

<sup>368</sup> Ibid.

<sup>369</sup> Men, Honghua. *China's Grand Strategy*. Xxxvi.

<sup>370</sup> Men, Honghua. *China's Grand Strategy*. Xix.

<sup>371</sup> Ibid.

como arma subversiva. Por exemplo, o aumento do déficit comercial internacional e que a hegemonia económica regional significa um controlo maior sobre os seus vizinhos, uma ameaça que apesar de não serem ações de conflito direto e guerra aberta têm implicações geoestratégicas.<sup>372</sup> A verdade é que quaisquer atividades económicas desenvolvidas pelo exército chinês são ameaças económicas para o *status quo* da Ásia-Pacífico defendida pelos EUA, quer por desgaste económico quer pela promoção da modernização militar com os recursos providos dessas ameaças. Além da modernização da indústria e arsenal militar, as ramificações destas ameaças podem significar mais exercícios com o intuito de projeção de poder na região e mais gastos no setor de segurança e defesa.<sup>373</sup>

Deng Xiaoping deparou-se em 1977 com a difícil tarefa de coordenar a política externa e segurança nacional da China. Isto implicava defender a China das duas ameaças identificadas, nomeadamente a União Soviética e o Vietname, e preparar os alicerces da modernização chinesa que provinha de ajuda externa. Para contrariar a ameaça soviética, as relações com os vizinhos foram reforçadas de modo a evitar quaisquer avanços russos. Para a modernização da China, Deng Xiaoping dependeu dos EUA e do Japão, potências que anteriormente tinham relações adversas à República Popular e à China em si.<sup>374</sup>

A análise estratégica de Deng Xiaoping tinha um princípio bastante similar à de Mao Zedong, que consistia em “identificar do inimigo principal, cultivar aliados contra o inimigo principal, neutralizar os aliados do inimigo, e atraí-los para longe do inimigo”.<sup>375</sup> Em 1969, já estava definido que a União Soviética era o principal inimigo da China e não os EUA. Nesse mesmo ano o 37º presidente dos EUA Richard Nixon tinha exposto que os EUA não estariam envolvidos na guerra do continente asiático, um conflito marcado pela tensão das relações sino-soviéticas e dos subseqüentes confrontos fronteiriços.<sup>376</sup>

---

<sup>372</sup> Idem. Xxiv.

<sup>373</sup> Ibid.

<sup>374</sup> Vogel, Ezra F. 2011. *Deng Xiaoping and the Transformation of China*. Cambridge, MA: Belknap Press of Harvard University Press.

<sup>375</sup> Idem. 269.

<sup>376</sup> Ibid.

### III.IV Debate interno e China do pós-1989

A questão de Tiananmen e o conjunto de reformas providas da discussão interna do partido não surgiram imediatamente. Estas foram um resultado de um processo gradual no seio da sociedade chinesa e como esta reagia às suas transformações económicas e sociais, aos efeitos da *open-door policy*, entre outros elementos. Na primavera de 1989 existiam já alguma discordância ao mais alto nível do partido, nomeadamente Zhao Ziyang e Li Peng. A própria retirada gradual de Deng Xiaoping de assuntos públicos originou, em certa medida, “sinais incompatíveis e confusão”.<sup>377</sup>

A incerteza e inflação originaram um aumento da instabilidade social nos setores inferiores da sociedade, neste caso o setor da educação. A inflação era a preocupação principal, uma fonte de indignação que afetava o próprio aparelho do estado e do partido. Os trabalhadores com salários fixos estavam exaltados por verem os preços de mercado subirem exorbitantemente por causa da ostentação de empresários privados ricos, pondo em risco as suas necessidades básicas. Além disso, os níveis de corrupção aumentavam com a exploração de lacunas legais e empresariais em diferentes partes da sociedade, independentemente da ligação ao partido ou ao estado.<sup>378</sup>

A indignação social e política da China também era influenciada pela conjuntura internacional, 1989 marca o ano de mais reformas por parte do Partido Comunista Chinês e dos sinais da crise soviética. A agitação política de 1989 a 1991 na União Soviética e nos restantes países do Pacto de Varsóvia evocava a questão “se o Partido Comunista Chinês iria sobreviver”, mesmo por membros do próprio partido.<sup>379</sup> De 1989 até o fim de 1991 com o colapsar da União Soviética, era cada vez mais difícil monitorizar a propaganda e informação provinda dos territórios abrangidos pela União Soviética. Apesar das inúmeras tentativas de esconder, de redução de impacto ou desmentir, tornava-se cada vez mais complicado manter a credibilidade do projeto comunista e as campanhas de propaganda.<sup>380</sup>

---

<sup>377</sup> Idem. 599.

<sup>378</sup> Vogel, Ezra F. *Deng Xiaoping*. 600.

<sup>379</sup> Idem. 656.

<sup>380</sup> Ibid.

Alguns no Ocidente nos últimos anos da Guerra Fria estavam emocionados com os eventos recentes, a queda do Muro de Berlim, o fim da União Soviética e das Repúblicas Populares do Leste europeu. Era questionado se a expansão do demoliberalismo iria atingir a China e acabar com o Partido Comunista Chinês. Em paralelo, a elite política chinesa tentava resistir aos “eventos imprevistos na Europa de Leste e na União Soviética”.<sup>381</sup>

A visita de Mikhail Gorbachev em 1989 tinha trazido alguma estabilidade às tensas relações sino-soviéticas, contribuindo de certa medida para o apaziguamento da agitação social demoliberal. A propaganda chinesa elogiava sempre a República Democrática da Alemanha, apesar dos inúmeros protestos e pedidos de asilo para a República Federal da Alemanha. Este processo propagandístico acabaria por se tornar impossível de perpetuar, a informação deixaria de ser contida ao mais alto nível com o fim do Muro de Berlim.<sup>382</sup> Deng Xiaoping acabaria por se demitir no final de 1989, mas desse mesmo ano até 1992 o antigo supremo líder chinês manteve uma campanha ativa no âmbito de revigorar a confiança chinesa no projeto do Partido Comunista. Apesar de não lidar diretamente com assuntos relativos à antiga União Soviética, Deng Xiaoping promoveu a mensagem que a República Popular da China iria perdurar. Com a convicção que a prosperidade e crescimento rápido era essencial para assegurar o apoio chinês, Deng Xiaoping reiterou a importância de políticas que perpetuassem o progresso económico e projeto até então.<sup>383</sup>

A escolha foi o patriotismo, uma aposta na educação que reiterava o século de humilhação imperialista, um tema já explorado anteriormente que nunca desapareceu completamente. Apesar de ser um tema que persistia na propaganda e na sociedade, a partir da década de 1950 com a edificação do sistema socialista. Além disso, a partir de 1980, o ênfase da luta contra o imperialismo estrangeiro tinha perdido ímpeto devido às múltiplas campanhas de Deng Xiaoping para melhorar as relações com o Ocidente e Japão. Depois de 1989, o patriotismo reemergiu devido ao impacto das sanções impostas pelos países ocidentais. O Ocidente via as sanções como uma forma de atacar a elite política chinesa, mas “para o povo chinês as sanções prejudicavam todos os chineses”.<sup>384</sup> A educação patriótica e a mensagem da união do povo chinês já tinham sido implementadas pelo Partido Comunista Chinês durante a ocupação japonesa, como forma

---

<sup>381</sup> Idem. 654.

<sup>382</sup> Idem. 656.

<sup>383</sup> Idem. 657.

<sup>384</sup> Idem. 661-662.

de garantir o apoio da população ao apelar ao nacionalismo chinês. Tornou-se sinónimo de criticar o Partido Comunista Chinês ser-se antipatriótico.<sup>385</sup>

Nas palavras de Ezra Vogel, “quando Deng Xiaoping se afastou em 1992, ele tinha cumprido uma missão que tinha eludido os líderes chineses durante 150 anos”.<sup>386</sup> Este supremo líder e os seus colegas e camaradas chegaram a um consenso de como enriquecer o povo chinês e de fortalecer a China. Durante este processo, a China sofreu uma transformação fundacional, de como se relacionava com o mundo exterior, o seu sistema governamental e da sua própria sociedade. Mesmo com a demissão de Deng Xiaoping, a transformação da China continuou a um ritmo acelerado, as alterações estruturais presididas por Deng Xiaoping “estão entre as mudanças mais básicas desde que o império chinês tomou forma durante a dinastia Han, há mais de dois milénios”.<sup>387</sup> As reformas começaram com o sucessor de Mao Zedong, Hua Guofeng, o antecessor de Deng Xiaoping. Ezra Vogel também refere que Deng Xiaoping não era o grande arquiteto do seu tempo com um plano delineado, “na verdade, não havia um projeto geral em vigor durante esse período”.<sup>388</sup>

Jiang Zemin tornou-se o sucessor de Deng Xiaoping como supremo líder, optando por uma via que se alinhava mais com o neoconservadorismo, sem o apelo nacionalista ou populista. Apesar de a partir de 1989 a atmosfera ideológica e intelectual encorajar diferentes movimentos, a conclusão do 14º Congresso Nacional do Partido demonstrou que Jiang Zemin não tinha o capital político para “alienar poderosas figuras do partido”.<sup>389</sup> Este líder chinês defendia um papel mais ativo da China nas relações internacionais, como por exemplo o seu ávido apoio pela adesão da China à Organização Mundial do Comércio.

O estatuto de membro desta organização criaria uma ligação entre a economia chinesa e o mundo, auxiliando a China a alcançar o estatuto de potência mundial.<sup>390</sup> Porém, as relações bilaterais com os EUA tanto melhoravam como pioravam. Os projetos de globalização económica e desenvolvimento económico internacional continuavam a ser promovidos por Jiang Zemin, mas com os bombardeamentos da NATO em território

---

<sup>385</sup> Ibid.

<sup>386</sup> Idem. 693.

<sup>387</sup> Ibid.

<sup>388</sup> Ibid.

<sup>389</sup> Fewsmith, Joseph. 2008. *China since Tiananmen*. Cambridge: Cambridge University Press.

<sup>390</sup> Idem. 211-212.

sérvio. A questão sobre proteger os direitos do Kosovo nunca foi discutida no Conselho de Segurança. Quer esta e outras ações fossem a debate no Conselho de Segurança, o governo chinês utilizaria este fórum como meio para restringir os avanços da NATO. “A ação unilateral da NATO tocava nos medos mais profundos de muitos oficiais chineses”, da perspectiva chinesa quaisquer apelos feitos pelos EUA a direitos humanos sobrepujam-se aos “direitos de soberania”. O bombardeamento da embaixada chinesa em Belgrado fortaleceu a visão de que os EUA eram uma ameaça à integridade nacional chinesa, nomeadamente sobre a questão de Taiwan, Xinjiang e do Tibete.<sup>391</sup>

Os EUA eram incontestavelmente a única superpotência nos últimos anos da Guerra Fria e dos primeiros anos do período do pós-Guerra Fria. Dada a superioridade convencional, era rara a discussão no seio da República Popular sobre a utilização do exército chinês para projetar poder a longa distância ou de contrapor quaisquer medidas militares dos EUA. Em 1999, no seio do Exército de Libertação Popular, dois coronéis dissertaram sobre conduzir uma guerra sem restrições, com o intuito de negar a superioridade convencional dos EUA. A obra escrita pelos coronéis, *Unrestricted Warfare* ou guerra ilimitada, foca-se em “lutar a luta que se adequa as próprias armas” e “construir as armas que se adequem à luta” delimitam a guerra tradicional da guerra futura.<sup>392</sup>

Os coronéis dissertam sobre uma ampla gama de opções não-convencionais e híbridas que a China poderia utilizar, utilizando métodos até não-militares. Dos vários métodos da "guerra não-militar", podem ser providas as guerras psicológicas, com o intuito de intimidar e denegrir o inimigo; a guerra de contrabando, de modo a atacar a ordem economia e os mercados. Existe também a guerra dos meios de comunicação, para manipular a opinião pública e a guerra do direito internacional, promovendo um monopólio de regulações; entre outras.<sup>393</sup> Um dos principais métodos não-convencionais, a guerra financeira é um dos com maior impacto e mais estudado na obra, sendo reiterado o efeito que uma guerra comercial tem na sociedade. Uma “derrota na frente económica precipita o colapso da ordem política e social”, o caos criado pode até levar a perdas humanas idênticas às de uma guerra regional.<sup>394</sup>

---

<sup>391</sup> Idem. 217-218.

<sup>392</sup> Lang, Qiao and Wang Xiangsui. *Unrestricted Warfare*.47-48.

<sup>393</sup> Idem. 118-119.

<sup>394</sup> Idem. 109-110.

Em 2003, o Comité Central do Partido Comunista Chinês e a Comissão Militar Central minudenciou partes do pensamento dos dois coronéis, promulgando o conceito das "Três Guerras". A guerra psicológica é recuperada, com o intuito de "desmoralizar as forças armadas inimigas e populações civis" por diferentes meios de comunicação e por "pressão diplomática" ou até mesmo "narrativas falsas". A guerra dos media ou dos meios de comunicação é também recuperada da dissertação dos dois coronéis. Desta vez para influenciar a opinião pública internacional e interna, de modo a garantir um maior apoio às ações do exército chinês e para dissuadir quaisquer ações que prejudiquem os interesses chineses. A diáspora chinesa desempenha um papel importante na disseminação do apoio a um nível global, promovendo também a diplomacia chinesa.<sup>395</sup> No ano seguinte, Hu Jintao substitui Jiang Zemin com alguma tensão, mesmo que o novo supremo líder tenha conseguido consolidar o seu poder num curto período de tempo. A sucessão de Hu Jintao foi “mais um resultado do equilíbrio de poder no partido”, apesar do declínio do teor maoísta, as instituições políticas permaneciam limitadas.<sup>396</sup>

A consciência da ameaça que o *soft power* representa esteve sempre na consciência da China, este tipo de poder é aliás uma parte basilar do conceito de “evolução pacífica” e da própria ascensão pacífica da China. À medida que as reformas económicas foram aprofundadas, era cada vez menos difusa a “ameaça que a teoria económica do Ocidente representava”.<sup>397</sup> A ascensão pacífica da China postulada por Hu Jintao não significou uma redução do orçamento das forças armadas a uma grande escala ou a negligenciar as mesmas. Em relação a Taiwan, um aumento do apoio militar por parte dos EUA significava e significa uma ameaça à sua segurança e integridade territorial, pelo menos aos seus interesses territoriais. A resposta da China pode não ser convencional ou sequer militar, como postulado anteriormente a guerra híbrida é uma opção quando existe uma assimetria de capacidades. O aumento do apelo à independência de Taiwan e o afastamento político da China continental é uma ameaça para a integridade territorial chinesa e para a legitimidade do Partido Comunista Chinês.<sup>398</sup>

Por parte dos EUA, o aumento da capacidade e importância China restringia e desgastava o poder global e regional da ordem internacional liberal, chefiada pelos EUA. A maneira da China abordar os seus negócios estrangeiros e os seus vizinhos estava

---

<sup>395</sup> Lovelace, Douglas C. Jr. *Terrorism Commentary on Security Documents Volume 141*. 164-165.

<sup>396</sup> Fewsmith, Joseph. *China since Tiananmen*. 240.

<sup>397</sup> Fewsmith, Joseph. *China since Tiananmen*. 258.

<sup>398</sup> Cheng, Tun-Jen and Jacques deLisle. 2006. *China Under Hu Jintao*. Singapore: World Scientific.

subordinada aos objetivos estratégicos da elite política chinesa. Independentemente da liderança, com teor neoconservador ou mais à esquerda por exemplo, a preocupação é habitualmente sobre o equilíbrio de poder nas relações bilaterais para a promoção dos interesses chineses. Mesmo que estes objetivos estejam sujeitos ao debate interno do partido, há traços característicos que sofrem poucas ou nenhuma alteração. Estes objetivos são a manutenção do poder dos líderes e do próprio partido; a unificação territorial, especialmente de Taiwan; a modernização da economia, tecnologia e capacidades militares da China e a melhoria das condições sociais para promover estabilidade.<sup>399</sup>

As relações bilaterais entre os EUA e a China tomaram novas proporções desde a crise financeira de 2008, na qual a China conseguiu colmatar lacunas e reduzir a distância de parâmetros estatísticos em relação aos EUA. Considerando que a China tem interesses contraditórios aos EUA e vice-versa, a esfera entre adversários dificulta a ação de cada um a uma escala global, regional e bilateral, originando até uma situação semelhante a uma “nova guerra fria”.<sup>400</sup> A estratégia de relações internacionais da China foi modificada, em prol de uma postura mais ativa depois da crise financeira na Ásia em 1997 e depois dos ataques a 11 de Setembro de 2001. O objetivo do Partido Comunista Chinês era o de gradualmente intensificar as suas campanhas de reconhecimento perante os restantes países, particularmente na mesma região.<sup>401</sup>

A China é uma das ameaças mais notórias para os EUA e para o seu estatuto como superpotência. Além das inúmeras ocasiões de tensão no que diz respeito ao Mar do Sul da China e Mar da China Oriental e da segurança marítima em geral, existem potenciais questões a discutir ou competir. Estes possíveis problemas incluem disputas comerciais; direitos humanos; escalada armamentista e modernização militar; segurança do ciberespaço; a questão de Taiwan; entre outros.<sup>402</sup> A segurança do ciberespaço já tinha sido abordada por Barack Obama em 2015 na sua estratégia nacional de segurança, o qual explica que “prosperidade e segurança dependem cada vez mais” de uma Internet livre e segura.<sup>403</sup> Nesse mesmo ano, a ascensão da China na região Ásia-Pacífico recuperou o a

---

<sup>399</sup> Idem. 377.

<sup>400</sup> Men, Honghua. *China's Grand Strategy*. Xxxvii.

<sup>401</sup> Men, Honghua. *China's Grand Strategy*. Xxxix.

<sup>402</sup> Romaniuk, Scott N. *The Future of US Warfare*. 38.

<sup>403</sup> Ver Presidente Barack Obama, *National Security Strategy 2015*. “Prosperity and security increasingly depend on an open, interoperable, secure, and reliable internet.”

questão no debate interno norte-americano da projeção de poder e manutenção da segurança na região. R. D. Hooker, Jr. referiu que, tal como o Império Britânico se impunha quando uma potência continental europeia emergia que pudesse destabilizar o equilíbrio de poder, os EUA têm perpetrado esse mesmo método. Os EUA tinham feito o mesmo com a Alemanha durante a Primeira Guerra Mundial; com a Alemanha e o Japão na Segunda Guerra Mundial; e com a União Soviética durante a Guerra Fria. O reajuste para a Ásia dos Estados Unidos e da sua oposição às ambições e avanços territoriais chineses podem ser analisados como uma tentativa de contrapor as ações da China. Ou seja, a deslocação do foco geoestratégico dos EUA para a Ásia-Pacífico para contestar os avanços chineses faz parte da “consistente e duradoura *grand strategy* norte-americana”.<sup>404</sup>

Uma das considerações do reequilíbrio geoestratégico asiático por parte da administração de Barack Obama estava assente na premissa de que as ambições da China tinham implicações na projeção de poder norte-americano. Ao tentar expandir as suas capacidades militares e reivindicar mais assertivamente as suas pretensões territoriais, a China colocava obstáculos à liberdade de navegação na região e dificuldades à projeção de poder dos Estados Unidos. Durante esta administração já eram manifestas as preocupações face aos esforços chineses da construção de uma marinha de alto mar e de um sistema vigoroso de A2/AD, anti-acesso e de negação de área.<sup>405</sup>

O mandato de Xi Jinping alterou a postura da China nas relações internacionais, regionais e bilaterais, além das reformas internas. Xi Jinping “desviou-se do famoso ditado de 24 caracteres estabelecido em 1990 por Deng Xiaoping.”<sup>406</sup> A China deveria “observar com calma; assegurar a nossa posição; lidar com os assuntos com calma; esconder as nossas capacidades e esperar pelo nosso tempo; ser-se bom em manter um perfil baixo; e nunca reivindicar pela liderança”.<sup>407</sup> Este ditado preconizado por Deng Xiaoping tinha sido mais ou menos acatado pelos supremos líderes, de modo a promover o rápido desenvolvimento económico e evitar conflitos. Xi Jinping rapidamente tomou uma posição assertiva, promovendo ativamente os interesses chineses na região e à escala

---

<sup>404</sup> R. D. Hooker, Jr. "Understanding U.S. Grand Strategy." in *Foreign Policy Research Institute*, May 6, 2015.

<sup>405</sup> Romaniuk, Scott N. *The Future of US Warfare*. 38.

<sup>406</sup> Markey, Daniel S. 2020. *China's Western Horizon*. New York: Oxford University Press.

<sup>407</sup> Ibid.

global. Xi Jinping reforçou a centralidade ideológica e política, cunhando a sua “própria impressão em novos projetos importantes, como o BRI”.<sup>408</sup>

Segundo Daniel S. Markey, durante o 19º Congresso do Partido Comunista Chinês em 2017, Xi Jinping acabou com o seu sistema de liderança coletiva de décadas, incorporando a sua visão na constituição do partido. Esta visão provém do “Pensamento de Xi Jinping sobre o Socialismo com Características Chinesas para uma nova Era”, a doutrina do Sonho Chinês que representa o pensamento e o mandato de Xi Jinping. Em 2018, o professor Jiang Shigong da Universidade de Pequim ou *Beida* escreveu que a China estava a entrar numa nova era, a de Xi Jinping. A era pós-revolucionária de Mao Zedong foi a da “China se levantar”, enquanto a de Deng Xiaoping na década de 1980 foi a de enriquecimento. A China da era de Xi Jinping está focada em “tornar-se poderosa”, pelo menos segundo a avaliação da narrativa política de Jiang Shigong. Em suma, a história da China desde 1949 não pode ser reduzida em três períodos e a sua evolução não pode ser atribuída a apenas três líderes.<sup>409</sup>

O Estado chinês renovou instituições, com o intuito de alcançar “maiores ambições” internamente e internacionalmente. O Partido Comunista Chinês justifica que esta iniciativa é basilar para a construção de um “país socialista forte e rico”, ou seja, conquistar o “Sonho Chinês” de Xi Jinping em 2049, o centenário da República Popular. Do ponto de vista dos negócios estrangeiros chineses, a liderança de Xi Jinping é marcada por grandes “mudanças estratégicas”, delimitada por um momento de rutura. A visão de estratégica preconizado por Deng Xiaoping em 1989, *taoguang yanghui* ou de ter uma presença discreta, foi substituída por *fenfa youwei* ou o esforço pelas conquistas. O 19º Congresso do Partido Comunista em 2017 “inequivocamente adotou uma estratégia para demonstrar a sua liderança e poder a um nível global”.<sup>410</sup>

A retórica interna e externa de um Estado tem a função de justificar as ações do mesmo para defender os seus interesses e perpetuar a sua *grand strategy*, mas também salvaguardar as suas ambições geopolíticas. A República Popular da China e os Estados Unidos da América não estão isentos desta prática comum e habitual. Em 2019, o Conselho de Estado da República Popular da China define a sua política militar e de defesa nacional, ou a sua *national defense strategy*. Neste documento a China refere que

---

<sup>408</sup> Ibid.

<sup>409</sup> Idem. 20.

<sup>410</sup> Markey, Daniel S. *China's Western Horizon*. 20-21.

os EUA “intensificou a competição entre os principais países; aumentou significativamente os seus gastos na área da defesa; expandiu a sua capacidade de defesa nuclear, espacial, cibernética e antimísseis, e comprometeu a estabilidade estratégica global”.<sup>411</sup>

O segundo capítulo é dedicado à ambição e campanha do Partido Comunista Chinês de união nacional e territorial. Neste caso, suprimir qualquer dissidência política, atividades híbridas ou subversão de Taiwan, Tibete e Xinjiang. A questão de integridade territorial não é só terrestre, pois os interesses marítimos e a geopolítica naval também estão incluídos na visão de soberania nacional, em particular os Mares da China.<sup>412</sup> O teor de relações internacionais pacíficas é constante pelo documento, embora “um país possa tornar-se forte, a belicosidade levar-lho-á à ruína”.<sup>413</sup> Esta premissa continua, com uma referência de que a “nação chinesa sempre amou a paz” e que a República Popular nunca “iniciou qualquer guerra ou conflito”.<sup>414</sup> Este documento, tal como em certa medida o *National Defense Strategy* e predecessor *Quadrennial Defense Review* nos EUA, retém um cariz propagandístico apesar da enumeração e descrição um tanto relacionada com a realidade. As preocupações e ambições referidas no NDS dos EUA e a Defesa Nacional da China na Nova Era como por exemplo, os investimentos na segurança do ciberespaço norte-americano e em projetos antissecessão chineses.

Segundo Christian Brose, a China acelerou o desenvolvimento de armamento convencional, mas especialmente híbrido com o Plano 995, assim chamado pelo ataque à embaixada em Belgrado em 1999. Os gastos em sistemas como navios e tanques permaneceram iguais, mas o plano dava prioridade às chamadas armas *Assassin's Mace* ou *shāshǒujiàn*. O nome provém de uma inspiração histórica chinesa, um tipo de armas específico utilizado para derrotar adversários mais poderosos. Um plano especificamente da guerra híbrida, “seria como David e Golias” no qual o objetivo não era combater diretamente e convencionalmente os EUA, “mas de torná-lo incapaz de lutar, confrontando as suas vulnerabilidades”.<sup>415</sup> Ou seja, a China teria de atacar os sistemas estruturais nos quais as forças armadas norte-americanas estavam alicerçadas. Como a

---

<sup>411</sup> The State Council Information Office of the People's Republic of China, "China's National Defense in the New Era."

<sup>412</sup> Ibid.

<sup>413</sup> Ibid.

<sup>414</sup> Ibid.

<sup>415</sup> Brose, Christian. *The Kill Chain*. 93-94.

China tinha identificado como os EUA conduziam as suas guerras e combatiam, começou a “metodicamente construir novas armas para neutralizar a abordagem da guerra norte-americana”.<sup>416</sup>

A relação bilateral dos EUA e da China tem piorado desde 1989, Zack Cooper refere que as respetivas sociedades avaliam negativamente o outro país. Tanto a administração chinesa como a norte-americana “reconhece que a relação bilateral já está ou está perto do nadir dos tempos modernos”.<sup>417</sup> Zack Cooper desenvolve uma parte do seu argumento com o termo da “janela de oportunidade”, *window of opportunity*. A “janela de oportunidade que os líderes em cada capital acham que está a fechar para os outros”.<sup>418</sup> Os analistas de cada país alegam cada vez mais que o sistema e regime político do adversário é gradualmente mais inconstante e errático. Na República Popular, os decisores políticos observam uma rápida ascensão da China em paralelo com o declínio norte-americano. Já nos Estados Unidos, é referido que a China enfrenta um período de menor crescimento e de um crescente número de ameaças internas, contribuindo para a vitória dos EUA a longo prazo. Visto que a relação bilateral não é desenvolvida num vácuo internacional, existem outros países com a sua respetiva visão, alguns Estados até mesmo potências regionais. Estes “acreditam que tanto os EUA como a China não estão a conseguir gerir os desafios internos e a exercer uma liderança eficaz da cena mundial”.<sup>419</sup>

É salientado por Zack Cooper o que pode ser entendido como *Thucydides’ trap*, uma possível guerra. Neste caso em concreto, o argumento é de a probabilidade de um conflito armado convencional ser menor a curto prazo, graças à visão divergente de cada um. Como os EUA e a China acreditam que a “janela de oportunidade do adversário está a fechar, então, cada um pode pensar que o tempo está do seu lado e esperar pacientemente que a sua posição seja fortalecida”.<sup>420</sup> Este tipo de análise introspetiva não é uma raridade, tanto para potências em ascensão como em declínio. Uma potência em ascensão pode não se aperceber da sua capacidade total, até ao momento que reconhecem o seu potencial, como ocorreu com Alemanha de Kaiser Wilhelm II e do Japão Imperial. Por sua vez, as

---

<sup>416</sup> Idem. 99-100.

<sup>417</sup> Cooper, Zack. "Diverging Perspectives on U.S.-China Relations." American Enterprise Institute, January 28, 2021. 1-2.

<sup>418</sup> Idem. 2-3.

<sup>419</sup> Ibid.

<sup>420</sup> Ibid.

potências em declínio têm dificuldade em reconhecer a tendência difusa do seu enfraquecimento, até serem obrigados por “um choque para alinhar os seus compromissos com os seus recursos”.<sup>421</sup>

Na sua obra ainda não publicada, John Owen refere que o memorando chinês de 2013, o Documento nº 9, identificava diretamente a democracia constitucional do Ocidente como a principal ameaça ideológica. A secção principal do memorando focava-se na esfera ideológica e a ameaça que a democracia constitucional representava, em específico a separação de poderes, o sistema pluralista, entre outras características demoliberais. O fenómeno da democracia do Ocidente é descrito como estrangeiro e não autóctone, uma presença estranha que se infiltrou em alguns setores da sociedade chinesa, representando ideias subversivas e uma ameaça ideológica para o Partido Comunista Chinês.<sup>422</sup>

O Tenente-Coronel James T. Abernethy, Jr., em contrapartida, acredita que a China não tem a mesma atração e apelo que os EUA e o seu *soft power*. Para o autor, a decisão por parte do Partido Comunista Chinês de recusar quaisquer medidas demoliberais é prejudicial à imagem da China a nível regional e internacional. A China prefere manter a sua imagem de sociedade harmoniosa.<sup>423</sup> A imagem da harmonia e a projeção de tranquilidade interna coexiste com o objetivo de integridade territorial, reforçando a necessidade de o Partido Comunista Chinês conservar o seu poder político e permanecer como a autoridade dominante. James T. Abernethy conclui que “a resiliência política do partido tem de ser maior que a soma total das ameaças internas e externas, que acumuladas representavam níveis dinâmicos de stress e pressão para a organização”.<sup>424</sup>

---

<sup>421</sup> Cooper, Zack. "Diverging Perspectives on U.S.-China Relations." American Enterprise Institute, January 28, 2021. 4.

<sup>422</sup> Owen, John. 2021. "Chapter VI - China: From Adaptation to Niche Construction." Page 6.

<sup>423</sup> Abernethy, Jr, James T. "The Chinese Communist Party: A Strategic Center of Gravity Analysis." Research paper, Army War College Pennsylvania, 2021. <https://apps.dtic.mil/sti/citations/ADA560580>.

<sup>424</sup> Idem. 6.

### III.V Case Study: República Popular da China e Mar do Sul da China

A China identificou como primeiro elemento a ser neutralizado a rede de bases militares da Ásia-Pacífico, mais especificamente em solo japonês e em Guam, áreas consideradas nevrálgicas desde a Segunda Guerra Mundial. No caso de um conflito no continente asiático ou para projetar poder a longa distância, os EUA mantêm estas bases com o objetivo de reforçar a sua posição e combater “como, quando e onde quiserem”.<sup>425</sup> Esta era a premissa sobre a qual os EUA trabalhavam e como reação a China investiu em mísseis balísticos, com o plano “de saturar as bases norte-americanos com mais mísseis do que aqueles que se conseguiam defender”.<sup>426</sup>

O segundo elemento reconhecido como uma ameaça, que seria neutralizada num contexto assimétrico, foram as aeronaves de ataque. Os líderes do Partido Comunista Chinês identificaram o poder aéreo norte-americano como o método principal pelo qual os EUA começariam uma guerra contra a China, tal como tinha sucedido no Iraque e nos Balcãs. Como reação e como método de contrariar a superioridade convencional norte-americana, a China desenvolveu radares de aviso prévio e de longa distância, de modo a localizar quaisquer aeronaves militares norte-americanas. Além disso, a China construiu “uma formidável rede de sistemas integrados de defesa aérea e de mísseis”, com o propósito de abater aviões norte-americanos a maiores distâncias e *jammers* para interferir com as comunicações. Em suma, o objetivo de combinar a subversão do primeiro elemento com o segundo era o de dificultar “o uso das armas mais eficazes e a luta das formas tradicionais” das quais os EUA dominavam.<sup>427</sup>

Um método adicional das armas híbridas *Assassin's Mace* era diretamente inspirado na campanha norte-americana no Iraque em 1991, a destruição de sistemas subjacentes que sustentavam a capacidade de um Estado travar uma guerra. No caso norte-americano em particular, “o uso dos seus satélites de comunicação e inteligência, especialmente o GPS, que permitia às armas norte-americanas encontrarem os seus alvos”.<sup>428</sup> Eram estas redes de informação que transferiam “os dados de mira dos sensores para os

---

<sup>425</sup> Ibid.

<sup>426</sup> Ibid.

<sup>427</sup> Brose, Christian. *The Kill Chain*. 100.

<sup>428</sup> Ibid.

atiradores”.<sup>429</sup> A China construiu aeronaves avançadas e desenvolveu as suas capacidades cibernéticas, incluindo mísseis antissatélite, tal como esforços, para negar a capacidade dos militares dos EUA de reunirem informação e de comunicarem em combate. Esta doutrina de combate subversivo tinha sido apelidada como a “guerra de destruição de sistemas” por “oficiais militares chineses”, de modo a lutar contra os EUA sem que as forças armadas norte-americanas possuíssem as suas capacidades completas.<sup>430</sup>

Christian Brose descreve que algumas das tecnologias implementadas nas armas *Assassin's Mace* foram desenvolvidas pelos próprios, “mas muitas caíram nas mãos dos chineses, como resultado de uma campanha de roubo patrocinada pelo Estado a longo prazo e em grande escala”.<sup>431</sup> Esta prática de apropriação tecnológica abrange armas nucleares desde 1990 ou os planos de vários programas militares das últimas décadas.<sup>432</sup> Um exemplo em concreto, o modelo do veículo aéreo não-tripulado CH-4B é semelhante ao *Predator Drone* dos EUA e os caças J-20 são idênticos aos F-35 *Joint Strike Fighters*. Em 2012, o General Keith Alexander estimou que os EUA estavam a perder “um quarto de um trilião de dólares (USD) todos os anos” às mãos da espionagem industrial maioritariamente chinesa, apelidando o efeito da “maior transferência de riqueza da história”.<sup>433</sup>

O Mar do Sul da China é entendido como uma parte fulcral e crítica da segurança e desenvolvimento da China. À medida que a China expande as suas capacidades convencionais e não-convencionais, o Partido Comunista Chinês interliga projeção de poder a longa distância, a promoção de interesses estratégicos internacionalmente e o controlo do espaço marítimo. A modernização da indústria militar e das forças armadas é um dos esforços para reforçar o “flanco vulnerável a Sul”.<sup>434</sup>

Existem publicações por parte da China com cenários e prospetivas de possíveis desenvolvimentos, mas também de contingências para o Mar do Sul da China. É o caso da obra *A Ciência das Campanhas* editado por Zhang Yuliang em 2006, que inclui operações de bloqueio e anti-bloqueio naval. Estas operações eram descritas como cenários possíveis, estudando a possibilidade de cortar as linhas de comunicação

---

<sup>429</sup> Ibid.

<sup>430</sup> Ibid.

<sup>431</sup> Idem. 104.

<sup>432</sup> Ibid.

<sup>433</sup> Ibid.

<sup>434</sup> Heath, Timothy R. “The Wake of Arbitration”. 81.

marítimas dos adversários e fortalecer as suas próprias.<sup>435</sup> Salienta-se passagem referente à possibilidade de uma campanha se tornar mais difícil e complexa, devido à intervenção de um inimigo poderoso ou à ingerência de uma “aliança militar regional”.<sup>436</sup> Esta é apenas uma das muitas particularidades que comprovam a existência de uma linha condutora da agenda política ao longo dos anos, por parte do Partido Comunista Chinês.

A China apresentou o mapa com a sua interpretação da linha das nove raias ou traços em 2009, uma expansão territorial que disputava diretamente as reivindicações conjuntas da Malásia e Vietname à Comissão sobre os Limites da Plataforma Continental. A linha já tinha sido composta e apresentada em 1947, reclamando cerca de 90% do Mar do Sul da China, apenas recentemente é que o Partido Comunista Chinês intensificou a sua campanha.<sup>437</sup>

As disputas de soberania do Mar do Sul da China são compostas pela discussão e reivindicação territorial de centenas de especificidades geográficas, como ilhas; recifes; bancos de areia rasos; entre outras particularidades, reclamadas pela China, Taiwan, Filipinas, Vietname e Malásia. As justificações mais comuns são baseadas em princípios legais, nomeadamente a ocupação de facto e efetiva, justificação por descoberta e justificação histórica. A soberania sobre estas especificidades geográficas influencia as zonas económicas exclusivas e os direitos à exploração de recursos, como petróleo, gás, peixes. Além dos Estados referidos, a Indonésia e Brunei têm também reivindicações a zonas económicas exclusivas e plataformas continentais, inclusive a Indonésia mantém a sua contestação pelas ilhas Natuna, incluídas na linha de nove raias desenhada pela China.<sup>438</sup> Apesar da delimitação controversa e o argumento de direitos históricos chineses terem sido rejeitados pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS) durante a *South China Sea Arbitration*, a China decidiu ignorar a decisão. A escolha por parte do Partido Comunista Chinês pode resultar na capacidade crescente da China, a qual maior confiança para aumentar os esforços de coerção económica.<sup>439</sup>

---

<sup>435</sup> Yuliang, Zhang. 2006. “Science of Campaigns.” in Project Everest and China Aerospace Studies Institute. 520-568.

<sup>436</sup> Idem. 122.

<sup>437</sup> Strating, Rebecca. *Defending the Maritime Rules-Based Order*. East-West Center, 2020. Acedido a 1 de Julho, 2021.

<sup>438</sup> Ibid.

<sup>439</sup> Idem. 8.

Em 2014, a China enviou uma frota de navios para o Mar do Sul da China, com o intuito de transformar recifes rasos e atóis em ilhas artificiais. A agenda chinesa já defendia as ambições e interesses pelo vasto território adjacente, sendo esta demonstração uma forma assertiva da China controlar de facto ou projetar poder para a região. Assim que as ilhas são terminadas, são construídas torres de controlo, bases militares, entre outros pontos nevrálgicos para controlar as vias marítimas e linhas de comunicação.<sup>440</sup> O ano de 2014 marca o acelerar da militarização a uma larga escala da China nos mares adjacentes e da construção de ilhas, um processo que alarmou os Estados com interesses estratégicos e económicos na região. Era cada vez mais frequente a questão de quão sérias eram as capacidades chinesas e a predisposição de colocar restrições à navegação na região. Apesar da prática de militarização desta área ser comum entre muitos Estados, a China desempenhou um papel fulcral na escalada armamentista, com por exemplo a posição dos seus mísseis antinavio e mísseis de longo alcance nas suas ilhas artificiais. As capacidades militares convencionais não são a única forma do partido perpetuar a sua campanha e retórica de integridade territorial, visto que a milícia militar cumpre o seu propósito híbrido de intimidação ou de vigilância.<sup>441</sup>

Além das armas *Assassin's Mace*, a China acelerou o desenvolvimento de um arsenal mais moderno para projetar o seu poder militar na região. Este projeto envolveu fragatas de mísseis guiados, submarinos e a intenção de utilizar os próprios porta-aviões, como o Shandong. A atual administração inclusive encomendou e autorizou a construção de navios de assalto anfíbios e navios para desembarcar fuzileiros chineses em lugares como Taiwan ou outras posições estratégicas. Segundo Christian Brose, a China desenvolveu bombardeiros e caças que oficiais dos EUA reconheceram publicamente como partes de um arsenal que poderiam ser considerados rivais do melhor armamento norte-americano. Considerando o objetivo chinês de negar o acesso militar e a projeção de poder norte-americana, este tipo de armas convencionais e híbridas são fulcrais para a China conseguir projetar o seu próprio poder sobre a região.<sup>442</sup>

O *white paper* de 2015 reforçava a natureza defensiva da política chinesa e de que a China não tinha intenções hegemónicas nem expansionistas. Porém, era aludido no documento ao facto de que as novas características geopolíticas eram favoráveis à China,

---

<sup>440</sup> Brose, Christian. *The Kill Chain*. 93.

<sup>441</sup> Strating, Rebecca. *Defending the Maritime Rules-Based Order*. 5.

<sup>442</sup> Brose, Christian. *The Kill Chain*. 99-100.

justificando o investimento na indústria militar. A tentativa por parte das forças armadas chinesas, segundo o *white paper* de 2015, de criar uma posição estratégica favorável é feita com o intuito de proporcionar “uma garantia de segurança sólida para o desenvolvimento pacífico do país”.<sup>443</sup> As diretivas dos decisores políticos do Partido Comunista Chinês são feitas com dois parâmetros em mente, o da consolidação territorial contestadas de forma a que não ecloda nenhuma guerra.<sup>444</sup>

Andrew Scobell numa obra de 2018, ou seja, com a existência de ilhas artificiais nas ilhas Paracel e Spratly em mente, referiu que a China nos Mares da China “parece estar confiante de não atravessar o Rubicão”.<sup>445</sup> Este defende que, no entanto, a China está a praticar atividades híbridas, de modo a manter-se por ações que não entram numa guerra ou eclodem em conflitos diretos. Para o autor a denominada *Thucydides’ trap* entre a China e os EUA é lhe desconhecida, mesmo que no seio do Partido Comunista Chinês existam opiniões sobre a China ser uma superpotência num progresso à hegemonia como nunca antes.<sup>446</sup> A crescente tendência de a China tomar uma posição mais assertiva já tinha sido referida na estratégia de defesa nacional chinesa de 2014 e 2019, os denominados *Defense White Papers*. Este corrente comportamento está interligado com a integridade territorial chinesa e a soberania nacional, incluindo o que possa ser entendido como algo que ameaça as mesmas. São vários os exemplos de guerra híbrida e de métodos dúbios utilizados nos mares da China. Um dos com maior impacto, além das ilhas artificiais e dos *little blue men*, foi o da declaração formal de uma *Air Defense Identification Zone* (ADIZ), que afetou a ADIZ da Coreia do Sul e do Japão nas ilhas Senkaku.<sup>447</sup> Os *little blue men*, um termo inspirado nos *little green men* russos pela sua operacionalidade híbrida, são compostos por milícias irregulares navais utilizadas para expandir o controlo chinês nos mares adjacentes.<sup>448</sup>

No âmbito comercial, o Mar Sul da China é um espaço nevrálgico para vários Estados asiáticos, uma característica que explica a apreensão face às ações da China e de certa forma as próprias ações. Por exemplo, dos aliados dos EUA na região, o Japão no

---

<sup>443</sup> Ver *China’s Military Strategy, White Paper 2015*. “China’s armed forces will work harder to create a favorable strategic posture with more emphasis on the employment of military forces and means, and provide a solid security guarantee for the country’s peaceful development.”

<sup>444</sup> Heath, Timothy R. “The Wake of Arbitration”. 77.

<sup>445</sup> Scobell, Andrew. *The Routledge Handbook of Asian Security*. 15.

<sup>446</sup> Ibid.

<sup>447</sup> Idem. 14.

<sup>448</sup> Tisdall, Simon. “Little blue men: the maritime militias pushing China’s claims,” *Guardian*, May, 16 2016.

seu *white paper* da defesa de 2019 descreveu que a China tem recorrido a coerção para alterar o *status quo*, sem aparente intenção da procura de um compromisso.<sup>449</sup> Existe a preocupação recorrente sobre os esforços chinesas de utilizar guerra jurídica, ou *lawfare*, e da “estratégia dos três tipos de guerra”<sup>450</sup>, já contemplada na obra *Unrestricted Warfare*.

A *realpolitik* e os interesses próprios dos Estados, mesmo para os membros de uma coligação internacional ou aliança, são sempre consideradas independentemente da situação geopolítica ou região. Tal como na questão da Líbia sobre a qual surgem opiniões diferentes das fações a apoiar e da intervenção em si, os Estados com interesses semelhantes e rede de alianças têm as suas próprias contenções e disputas. Os diferentes Estados com os mesmos cuidados e “da mesma opinião podem ter interpretações diferentes das regras marítimas internacionais, incluindo dos regimes de navegação da UNCLOS”.<sup>451</sup> A resposta de países aliados ou na rede de parceiros dos EUA, como a Austrália, Japão, Coreia do Sul e Índia é composta pelos seus interesses matérias, cálculos estratégicos e considerações económicas. A avaliação por parte destas potências, já por si só com considerável capacidade regional, é feita no contexto de competição das duas superpotências, China e EUA, e a posição geoestratégica que cada uma desempenha.<sup>452</sup> Ou seja, mesmo os Estados sem interesses diretos nas reivindicações marítimas na região têm de intercalar e equilibrar entre a liberdade de navegação e a escalada de tensões, pois o risco de retaliação económica e híbrida é real e provável. A ambivalência tem permitido a China perpetuar a sua campanha híbrida na região e na sua projeção de poder além deste território, levando a erosão do *status quo* incrementalmente.<sup>453</sup>

Segundo Timothy R. Heath, a China tem utilizado embarcações piscatórias equipadas com sistemas de comunicação em operações coordenadas com a sua marinha como arsenal híbrido.<sup>454</sup> A vasta área do Mar Sul da China implica um investimento considerável em recursos de inteligência, vigilância e reconhecimento em força. Para estes esforços, o uso de sistemas de satélites e a manutenção de uma rede de comunicação

---

<sup>449</sup> Strating, Rebecca. *Defending the Maritime Rules-Based Order*. 7.

<sup>450</sup> Idem. 8.

<sup>451</sup> Ibid.

<sup>452</sup> Strating, Rebecca. *Defending the Maritime Rules-Based Order*. 57.

<sup>453</sup> Ibid.

<sup>454</sup> Heath, Timothy R. “The Wake of Arbitration: Papers from the Sixth Annual CSIS South China Sea Conference”. 74.

é imperativo. Veículos não tripulados, *UAVs*, têm suplementado as aeronaves de patrulha tripuladas, além de radares terrestres nas ilhas artificiais.<sup>455</sup>

O controlo do Mar do Sul da China e a projeção de poder existe em paralelo com a unificação chinesa e com a resolução da questão de Taiwan. Xi Jinping reiterou o papel das forças armadas chinesas face à defesa nacional no discurso do centenário do partido, perpetuando o argumento já existente nos *white papers* de defesa de 2015 e 2019. As forças armadas permanecem um forte pilar para salvaguardar o país e projeto socialista; preservar a dignidade nacional e uma força para promover a paz na região.<sup>456</sup> A missão histórica de solucionar a questão de Taiwan e completar a reunificação da China permanece como “compromisso inabalável do Partido Comunista Chinês”.<sup>457</sup> O princípio de uma só China e o Consenso de 1992 serão sustentados e cumpridos de forma pacífica, Xi Jinping reforça o papel que ambas as partes do estreito de Taiwan desempenham. No discurso é descrito que nenhum Estado deve subestimar a vontade e a habilidade chinesa de defender a sua soberania nacional e integridade territorial, eixos fundamentais da agenda estratégica e política.<sup>458</sup>

A rica herança histórica da grandeza chinesa, conjugada com a capacidade e crescimento contemporâneo, contribuem para a narrativa chinesa de uma relação específica e privilegiada com os outros Estados.<sup>459</sup> A análise do discurso do centenário do Partido Comunista Chinês comprova estes argumentos, mesmo que outros documentos como o *white paper* de 2019 já referisse o desenvolvimento pacífico, a não-interferência, a cultura milenar, entre outros. Xi Jinping reforça o quão ancestral é a história chinesa, cerca de 5 mil anos e setenta anos de administração do partido. Apesar deste fator, a nação chinesa está preparada para receber críticas construtivas, mas não serão aceites de condições como uma “pregação hipócrita daqueles que sentem que têm o direito de nos

---

<sup>455</sup> Idem. 77.

<sup>456</sup> Jinping, Xi. “Speech at a Ceremony Marking the Centenary of the Communist Party of China.” July 1, 2021. *Xinhua*. 8.

<sup>457</sup> Ver Xi Jinping, “Speech at a Ceremony Marking the Centenary of the Communist Party of China.” “Resolving the Taiwan question and realizing China’s complete reunification is a historic mission and an unshakable commitment of the Communist Party of China.”

<sup>458</sup> Jinping, Xi, “Speech at a Ceremony Marking the Centenary of the Communist Party of China.” July 1, 2021. *Xinhua*. 11.

<sup>459</sup> Medeiros, Evan S. “China’s Foreign Policy Outlook.” In *China’s International Behavior: Activism, Opportunism, and Diversification*, 7-18. Santa Monica, CA; Arlington, VA; Pittsburgh, PA: RAND Corporation, 2009. Acedido a 9 de Julho, 2021.

dar sermões”.<sup>460</sup> O discurso continua no mesmo tom, com a descrição de que nenhuma presença estrangeira conseguirá subjugar ou oprimir a China. Qualquer tentativa subversiva contra a China terá de lidar “com uma grande muralha de aço forjada por mais de 1.4 mil milhões de chineses”.<sup>461</sup>

---

<sup>460</sup> Jinping, Xi, “Speech at a Ceremony Marking the Centenary of the Communist Party of China.” July 1, 2021. *Xinhua*. 8.

<sup>461</sup> Idem. 9.

### III. Conclusão

A investigação do impacto da guerra híbrida e qualquer exercício prospetivo têm de ser feitos a partir de uma base teórica. Embora a cultura estratégica e as capacidades de uma potência possam condicionar a sua ação e retórica, a teoria geral para os estudos estratégicos e híbridos tem de ser aplicável a qualquer país. Neste caso, a dissertação é alicerçada pela teoria de Clausewitz, a qual é suplementada pelos argumentos de Colin Gray e conceitos de Frank G. Hoffman. Estes três autores representam as fontes de maior contributo teórico. Existem métodos subversivos e de contrassubversão, aos quais os Estados recorrem para promover os seus interesses nacionais, quer seja internamente quer em outras regiões. Sendo a guerra, segundo Clausewitz, a continuação de relações políticas por outros meios, os Estados não se socorrem imediatamente dela devido às consequências da mesma.

As ameaças híbridas, provindas de um Estado ou de atores não-estatais que podem ser auxiliados por Estados, recorrem a um abrangente conjunto de táticas, formações, entre outras atividades subversivas tendo em vista efeitos físicos e/ou psicológicos. As forças com sistemas tecnológicos mais avançados são cada vez mais comuns, graças ao financiamento direto ou indireto de Estados ou outros atores não-estatais. A implementação de forças híbridas, em conjunto com forças armadas convencionais ou por si só, tem sido uma forma ambígua dos Estados conseguirem promover os seus interesses, projetar poder ou subverter a capacidade de um adversário geoestratégico.

Os Estados Unidos da América, durante a Guerra Fria, no momento do sistema unipolar ou *pax americana* e atualmente, mantêm-se como a superpotência militar convencional, projetando poder a longa distância em várias regiões do mundo em simultâneo. Os esforços híbridos dos EUA são habitualmente desenvolvidos para neutralizar ameaças subversivas ao *status quo* demoliberal e à sua segurança nacional. A China ainda não possui a capacidade convencional militar, além da sua cultura estratégica não separar o foro convencional do não-convencional de uma forma tão estanque como o Ocidente.

A análise do pensamento estratégico chinês tem de ser feita à luz da sua herança e cultura, sendo a fonte mais comum atribuída à obra de Sun Tzu. Apesar da obra ser

recorrente e de usufruir de um grau elevado de popularidade entre os clássicos, os fundamentos apresentados têm de ser analisados no seu contexto chinês. A definição de estratégia e do pensamento estratégico chinês não é necessariamente focada na tradição conceptual, nem alicerçada no uso de força militar.

Os argumentos chineses que descrevem o país como uma potência hegemónica benigna fazem parte de um conjunto de perceções que permeiam as suas ações nas relações internacionais. As manifestações destas perceções surgem geralmente de argumentos como os que descrevem a China como uma superpotência devido à sua demografia, história e tradições. Além desses argumentos, emergem também outros como o facto de a China ser uma economia globalmente integrada, a sua posição como membro permanente do Conselho de Segurança e a posse de armas nucleares.

Analisando pela retórica do próprio Partido Comunista, a não-interferência e ingerência são ainda contemplados pela China, apesar do seu papel cada vez mais ativo em diferentes regiões. Xi Jinping, ao contrário dos seus antecessores que seguiam o ditado de 1990 de Deng Xiaoping sobre uma presença discreta chinesa, pressionou ativamente e dedicou capital político para promover os interesses chineses globais e regionais. A China liderada pelo Partido Comunista Chinês é apresentada como uma opção de rutura com o *status quo* demoliberal liderado pelos EUA, levantando algumas restrições impostas pelo princípio da não-interferência no momento crítico da projeção de poder.

Da História milenar chinesa, momentos mais recentes como o século de imperialismo, a invasão japonesa e a guerra civil contribuíram para a preocupação chinesa quanto à sua soberania e integridade territorial. Contribuiu também para a ênfase na retórica chinesa da diplomacia baseada na igualdade, respeito mútuo e no princípio da não-interferência nos assuntos internos dos Estados. A perspetiva de segurança e defesa existente no pensamento estratégico chinês está assente na sua relação histórica com potências estrangeiras e da perceção de que estas possam impedir ou coagir a sua ascensão, explorando as suas fraquezas. Os exemplos históricos mais habituais são os das Guerras do Ópio, os esforços norte-americanos e soviéticos durante a Guerra Fria, as tentativas contra a unificação de Taiwan, entre outros. O Partido Comunista Chinês tem apenas utilizado os argumentos para reforçar a sua legitimidade e perpetuar a sua posição como o salvador de uma China dividida e enfraquecida, além de estimular o medo subjacente às intenções das outras potências.

Historicamente, a fundação dos dois Estados em análise socorreu-se de guerra híbrida e do conflito de guerrilha, no caso dos EUA o progresso gradual do *Continental Army* e no da República Popular o conceito de guerra popular prolongada. Ambos ficaram marcados por ocupações estrangeiras e violentas guerras civis, mas é redutor analisar estas duas potências apenas por estes paralelismos. A cultura estratégica, o sistema e regime político e a *grand strategy* de cada Estado influenciam o processo de decisão e as ações tomadas interna e externamente. A própria capacidade, categorizada a partir de modelos como o anteriormente referido DIME (*Diplomacy, Information, Military e Economy*), desempenha um fator fulcral na condução da política externa e nas relações internacionais.

Os EUA, como superpotência com um vasto arsenal convencional, ainda que se argumente ser uma potência em declínio, permanece como um ator ativo nos seus esforços para manter o *status quo*. Por sua vez, a China recorre a uma ampla gama de métodos híbridos, nomeadamente os económicos e empresariais que visam a aquisição de patentes e tecnologia militar. A predisposição para fomentar subversão e métodos híbridos tende a ser a opção para potências cuja capacidade convencional é inferior à do adversário.

Independentemente do regime político e do grau de transparência ou de censura, a *realpolitik* e os interesses nacionais regem as ações convencionais e não-convencionais dos Estados. No caso das administrações norte-americanas, o seu sistema eleitoral limita a margem de manobra, visto que qualquer intervenção tendencialmente precisa de ser benéfica para a sociedade norte-americana entre dois ou quatro anos. A opinião pública e os meios de comunicação têm um peso nas ações tomadas e efeitos das mesmas. Frequentemente, exige uma reflexão e um julgamento não existente em países com censura ou, pelo menos, nunca com o mesmo impacto.

Os regimes e sistemas políticos do Ocidente, baseados na liberdade e democracia pluralista, enfrentam uma maior dificuldade no que diz respeito a ameaças híbridas e subversão. Não só pela herança do pensamento estratégico se focar na guerra convencional, mas também pela natureza do próprio demoliberalismo, a qual pode ser instrumentalizada por diferentes atores. Estes, por múltiplas razões, tentam interferir ao acelerar a polarização política ou minar a coesão interna. A subversão é essencial para estes métodos híbridos, quer seja por esforços de desinformação, incentivos económicos ou o recrutamento ativo para assistir num país em específico.

Os desafios futuros para os dois Estados em estudo provêm de várias fontes subversivas, oriundos do adversário ou de outra natureza. As ameaças são cada vez menos estanques e mais difusas, desde o Estreito de Taiwan, Xinjiang ou do Afeganistão e Irão. Mesmo que o controlo que o aparelho estatal e propagandístico de um país esteja preparado para lidar com desafios internos e externos, no contexto de *realpolitik* este enfrentará ameaças que de alguma forma são auxiliados por adversários.

A agenda e estratégia nacional, independentemente do país, requerem uma avaliação e análise extensa de vários elementos, como os parceiros estratégicos, as ambições geopolíticas e os interesses nacionais, entre outros. A identificação de ameaças e desafios é também uma característica fundamental para estruturar a estratégia nacional. No caso dos EUA e da sua relação com a China, os três antecessores de Donald Trump tiveram dificuldade em definir o que a República Popular era para os EUA. As administrações de Bill Clinton, George W. Bush e Barack Obama, que governaram durante o período marcado pelo acelerado crescimento chinês, não definiram se a China era um potencial adversário, um mercado vital ou um parceiro temporário. Qualquer tentativa por parte dos EUA de identificar os ataques híbridos e métodos subversivos chineses era marcada por um grau de incerteza, devido aos múltiplos interesses em risco. As preocupações do *State Department* enfocam em matérias diferentes das do Tesouro, por exemplo. Enquanto um dedica mais tempo à questão da Coreia do Norte, o outro tenta evitar oscilações no mercado de obrigações, respetivamente. No espaço cibernético, isto significava não identificar os *hackers* chineses como os culpados por vários ataques danosos para evitar danos nas relações bilaterais.

As duas superpotências promovem a sua ideologia e a sua liderança a um nível global consoante a sua capacidade, a sua retórica e os seus interesses. Como referido anteriormente, enquanto os EUA procuram a manutenção do *status quo*, a China apresenta a sua alternativa e apela à mudança de estruturas e instituições mundiais. Tanto a administração de um país como a do outro, independentemente do partido nos EUA ou da posição ideológica na China, tentam identificar as fraquezas que podem ser exploradas e as ameaças que podem ser danosas.

A competição e os possíveis conflitos, não necessariamente puramente militares, são desenvolvidos em termos cada vez mais difusos e menos estanques. Os métodos utilizados para projetar poder dependem de alguns fatores da própria potência, como por exemplo a cultura estratégica, a aptidão dos seus instrumentos híbridos, a sua capacidade

militar convencional, a sua economia, entre outros. Neste caso entre as duas potências analisadas, os EUA desde o fim da Guerra Fria têm conseguido utilizar a sua capacidade militar convencional e economia estruturada para promover os seus interesses. Em relação à China, a visão e aplicação de métodos militares não coincide totalmente com as do Ocidente. Visto que para a *grand strategy* e cultura da China o universo militar não cessa no que é convencional, o fenómeno da guerra híbrida surge não só como alternativa, mas como parte do arsenal militar principal.

Pela análise histórica pode concluir-se que as potências com menos instrumentos para projetar o seu poder, ou que procuram subverter o *status quo*, dependem de métodos não-convencionais. As armas híbridas e de subversão que a China tem utilizado são fruto da sua ambição geoestratégica, condicionada pela cultura estratégica existente e pelas suas capacidades. Quer seja pelo *hard power* ou pelo *soft power*, o Partido Comunista Chinês tem de assegurar uma China próspera e estável para perpetuar a sua liderança. A integridade territorial permanece como a grande questão interna para o Partido, com Taiwan no cerne da questão, que incorre diretamente em conflito com os interesses norte-americanos na região da Ásia-Pacífico. À medida que os EUA se dedicam mais ao teatro de operações nesta região, às relações bilaterais e às trocas comerciais com esta região em detrimento de outras, maior será a rivalidade com a China.

# Bibliografia

## Bibliografia primária

Brose, Christian. 2020. *The Kill Chain: Defending America in the Future of High-Tech Warfare*. New York: Hachette Book Group, Inc.

Clausewitz, Carl von. 1976. *On War*. Oxford: Oxford University Press.

Garcia, Francisco Proença. 2010. *Da Guerra e da Estratégia: A Nova Polemologia*. Lisboa: Prefácio.

Gray, Colin S. 2011. *Another Bloody Century: Future Warfare*. London: Weidenfeld & Nicolson.

Gray, Colin S. 2011. *The Strategy Bridge: Theory for Practice*. Oxford: Oxford University Press.

Gray, Colin S. 2015. *The Future of Strategy*. Cambridge: Polity Press.

Hoffman, Frank G. “Hybrid Warfare and Challenges.” *Small Wars Journal*, no. 52 (2009): 34–39. <https://smallwarsjournal.com/documents/jfqhoffman.pdf>.

Kilcullen, David. “Twenty-Eight Articles.” *Small Wars*. March, 2006. Acedido a 10 de Janeiro, 2020. <https://smallwarsjournal.com/documents/28articles.pdf>

Lang, Qiao and Wang Xiangsui. 2017. *Unrestricted Warfare*. Shadow Lawn Press.

Lovelace, Douglas C. Jr. 2016. *Terrorism Commentary on Security Documents Volume 141: Hybrid Warfare and the Gray Zone Threat*. New York: Oxford University Press.

Münkler, Herfried. (2003). The wars of the 21st century. *Revue Internationale de la Croix-Rouge/International Review of the Red Cross*. 85. 7-22. [https://www.icrc.org/en/doc/assets/files/other/irrc\\_849\\_munkler.pdf](https://www.icrc.org/en/doc/assets/files/other/irrc_849_munkler.pdf)

Murray, Williamson. 2012. *Hybrid Warfare Fighting Complex Opponents From The Ancient World To The Present*. Ebook. New York: Cambridge University Press.

Peter, Paret, 1986. *Makers of Modern Strategy from Machiavelli to the Nuclear Age*. Princeton: Princeton University Press.

Scobell, Andrew and Joseph Chinyong Liow. 2018. *The Routledge Handbook of Asian Security Studies*. New York. Routledge.

Smith, Rupert. 2007. *The Utility of Force: The Art of War in the Modern World*. New York: Alfred A. Knopf.

Reus-Smit, Christian and Duncan Sindal. 2008. *The Oxford Handbook Of International Relations*. Oxford: Oxford University Press.  
<https://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199219322.001.0001/oxfordhb-9780199219322-miscMatter-4>.

Romaniuk, Scott N. and Francis Grice. 2017. *The Future of US Warfare*. New York: Routledge.

Telo, António José. “Reflexões Sobre a Revolução Militar em Curso”, *Nação e Defesa* Vol. 103: 2<sup>a</sup> série (Outono-Inverno 2002), pp. 211-249.  
[https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1275/1/NeD103\\_AntonioJoseTelo.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1275/1/NeD103_AntonioJoseTelo.pdf)

Fairbank, John K. and Roderick MacFarquhar. 1995. *The Cambridge History of China, Vol. 14 The Peoples Republic, Part 1 The Emergence of Revolutionary China, 1949-1965*. Cambridge: Cambridge University Press.

The State Council of the People's Republic of China, “China’s Military Strategy.” May 2015.

[http://english.www.gov.cn/archive/white\\_paper/2015/05/27/content\\_281475115610833.htm](http://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2015/05/27/content_281475115610833.htm)

The State Council Information Office of the People’s Republic of China, "China’s National Defense in the New Era." July 2019, [http://www.xinhuanet.com/english/2019-07/24/c\\_138253389.htm](http://www.xinhuanet.com/english/2019-07/24/c_138253389.htm)

## **Bibliografia secundária**

Abernethy, Jr, James T. "The Chinese Communist Party: A Strategic Center of Gravity Analysis." Research paper, Army War College Pennsylvania, 2021. <https://apps.dtic.mil/sti/citations/ADA560580>.

Carlin, John P. 2018. *Dawn of the Code War: America's Battle Against Russia, China, and the Rising Global Cyber Threat*. New York: Hachette Book Group, Inc.

Chairman of the Joint Chiefs of Staff. "The National Military Strategy of the United States of America 2015: The United States Military's Contribution To National Security". June, 2015.

[https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Publications/2015\\_National\\_Military\\_Strategy.pdf](https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Publications/2015_National_Military_Strategy.pdf)

Cheng, Tun-Jen and Jacques deLisle. 2006. *China Under Hu Jintao: Opportunities, Dangers, and Dilemmas*. Singapore: World Scientific.

Clapper, J. R. 2016. "Statement for the Record: Worldwide Threat Assessment of the US Intelligence Community, Senate Armed Services Committee." [https://www.dni.gov/files/documents/SASC\\_Unclassified\\_2016\\_ATA\\_SFR\\_FINAL.pdf](https://www.dni.gov/files/documents/SASC_Unclassified_2016_ATA_SFR_FINAL.pdf).

Cooper, Zack. "Diverging Perspectives on U.S.-China Relations." American Enterprise Institute, January 28, 2021. [https://www.uscc.gov/sites/default/files/2021-01/Zack\\_Cooper\\_Testimony.pdf](https://www.uscc.gov/sites/default/files/2021-01/Zack_Cooper_Testimony.pdf)

Cumming, Gordon D. 2013. "A Piecemeal Approach with No Vision: French Policy Towards Africa under Nicolas Sarkozy." In *The Sarkozy Presidency. French Politics, Society and Culture Series*, edited by Gino G. Raymond. London: Palgrave Macmillan. DOI: 10.1057/9781137025326.

Dale, Catherine. February 24, 2014. "The 2014 Quadrennial Defense Review (QDR) and Defense Strategy: Issues for Congress." Congressional Research Service. <https://fas.org/sgp/crs/natsec/R43403.pdf>.

Davidson, Jason W. 2013. "France, Britain and the intervention in Libya." *Cambridge Review of International Affairs*. 26:2. 310-329. DOI: 10.1080/09557571.2013.784573

Department of Defense, "The National Defense Strategy of the United States of America". March 2005, <https://archive.defense.gov/news/Mar2005/d20050318nds1.pdf>

Engelbrekt, Kjell, Marcus Mohlin and Charlotte Wagnsson. 2014. *The NATO Intervention in Libya: Lessons learned from the campaign*. New York: Routledge.

Fleming, T. Casey, Eric L. Qualkenbush, and Anthony M. Chapa. "The Secret War Against the United States: The Top Threat to National Security and the American Dream Cyber and Asymmetrical Hybrid Warfare An Urgent Call to Action." *The Cyber Defense Review* 2, no. 3 (2017): 25-32. Acedido a 24 de Junho, 2021. [https://cyberdefensereview.army.mil/Portals/6/Documents/CDR%20Journal%20Articles/The%20Secret%20War%20Against%20the%20United%20States\\_Fleming\\_Qualkenbush\\_Chapa.pdf?ver=2018-07-31-093713-297](https://cyberdefensereview.army.mil/Portals/6/Documents/CDR%20Journal%20Articles/The%20Secret%20War%20Against%20the%20United%20States_Fleming_Qualkenbush_Chapa.pdf?ver=2018-07-31-093713-297)

Ferguson, Niall. 2005. *Colossus: The Rise and Fall of The American Empire*. New York: Penguin Books.

Fewsmith, Joseph. 2008. *China since Tiananmen: From Deng Xiaoping to Hu Jintao*. Cambridge: Cambridge University Press.

Flournoy, Michèle & Brimley, Shawn. (2008). The Defense Inheritance: Challenges and Choices for the Next Pentagon Team. *The Washington Quarterly*. 31. 59-76. [http://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/legacy\\_files/files/publication/twq08autumnflournoy.pdf](http://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/legacy_files/files/publication/twq08autumnflournoy.pdf)

Friedman, George. "Libya, the West and the Narrative of Democracy." On Geopolitics, March 21, 2011. Acedido a 7 de Julho, 2021. <https://worldview.stratfor.com/article/libya-west-and-narrative-democracy>.

Garcia, Francisco Proença. "Libya crisis and war: An approach." *Estratégia*, 2011. Instituto Português da Conjuntura Estratégica, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Vol. XXII, pp. 119-128.

Gray, Colin S. Strategic Studies Institute, US Army War College, 2015. Acedido a 26 de Abril, 2021. <http://www.jstor.org/stable/resrep11335>.

Giles, Keir. "'Hybrid Threats': What Can We Learn From Russia?" Federal Academy for Security Policy. Security Policy Working Paper No. 16/2019. Acedido a 11 de Julho,

2021. <https://www.baks.bund.de/en/working-papers/2019/hybrid-threats-what-can-we-learn-from-russia>

Heath, Timothy R. "The Wake of Arbitration: Papers from the Sixth Annual CSIS South China Sea Conference". Edited by Hiebert Murray, Poling Gregory B., and Cronin Conor. Center for Strategic and International Studies (CSIS), 2017. Acedido a 8 de Julho, 2021. [https://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/publication/170124\\_Hiebert\\_WakeOfArbitration\\_Web.pdf](https://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/publication/170124_Hiebert_WakeOfArbitration_Web.pdf)

Hill, Thomas M. *Four Things to Know About Libya's Conflict and Foreign Interference: Foreign forces are using Libya as a proxy for their own competition while Libyans' interests are sidelined*. Washington, D.C.: United States Institute of Peace, 2020. Acedido a 25 de Agosto de 2021. <https://www.usip.org/publications/2020/07/four-things-know-about-libyas-conflict-and-foreign-interference>

Hosenball, Mark. "Exclusive: Obama Authorizes Secret Help for Libya Rebels." Reuters, Março 30, 2011. Acedido a 31 de Maio, 2021. <https://www.reuters.com/article/us-libya-usa-order-idUSTRE72T6H220110330>.

Jinping, Xi, "Speech at a Ceremony Marking the Centenary of the Communist Party of China." July 1, 2021. *Xinhua*. Acedido a 8 de Julho, 2021. [http://www.xinhuanet.com/english/special/2021-07/01/c\\_1310038244.htm](http://www.xinhuanet.com/english/special/2021-07/01/c_1310038244.htm)

Lew, Christopher R. 2009. *The Third Chinese Revolutionary Civil War, 1945-1949: An analysis of Communist strategy and leadership*. New York: Routledge.

Mao, Zedong. 1937. *On Guerrilla Warfare*. Acedido a 30 de Maio, 2021. <https://www.marxists.org/reference/archive/mao/works/1937/guerrilla-warfare/>

Mao, Zedong. 1938. *On Protracted War*. Acedido a 30 de Maio, 2021. [https://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-2/mswv2\\_09.htm](https://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-2/mswv2_09.htm)

Markey, Daniel S. 2020. *China's Western Horizon: Beijing and the New Geopolitics of Eurasia*. New York: Oxford University Press.

Medeiros, Evan S. "China's Foreign Policy Outlook." In *China's International Behavior: Activism, Opportunism, and Diversification*, 7-18. Santa Monica, CA; Arlington, VA;

Pittsburgh, PA: RAND Corporation, 2009. Acedido a 9 de Julho, 2021. [https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monographs/2009/RAND\\_MG850.pdf](https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monographs/2009/RAND_MG850.pdf)

Men, Honghua. 2020. *China's Grand Strategy: A Framework Analysis*. Beijing: Peking University Press.

Missiroli, Antonio. "Geopolitics and strategies in cyberspace: Actors, actions, structures and responses." *Hybrid CoE*, June 22, 2021. Hybrid CoE Working Paper 7. Acedido a 7 de Julho, 2021. <https://www.hybridcoe.fi/publications/hybrid-coe-paper-7-geopolitics-and-strategies-in-cyberspace-actors-actions-structures-and-responses/>

Nunes, Paulo Fernando Viegas. "Ciberterrorismo: Aspectos de Segurança." *Revista Militar*, nº2433, 2004. <https://www.revistamilitar.pt/artigo/428>.

O' Sullivan, Susannah. 2018. *Military Intervention in the Middle East and North Africa: The Case of NATO in Libya*. New York: Routledge.

Pires, Nuno Correia Barrento de Lemos. "Quo Vadis EUA?" *Revista Militar*, nº2592, 2018. <https://revistamilitar.pt/artigo/1296>.

Pusztai, Wolfgang. Report. European Union Institute for Security Studies (EUISS), 2019. Acedido a 27 de Maio, 2021. <http://www.jstor.org/stable/resrep21119>.

R. D. Hooker, Jr. "Understanding U.S. Grand Strategy." in *Foreign Policy Research Institute*, May 6, 2015.

Ribeiro, Pedro Alexandre. "O Terrorismo e a Manobra Subversiva à escala Internacional. Medidas de Segurança a implementar pelos Estados." 2002-2004. Instituto de Altos Estudos Militares: Curso de Estado Maior. <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11856/1/MAJ%20Faria%20Ribeiro.pdf>

Taylor, William C. 2014. *Military Responses to the Arab Uprisings and the Future of Civil-Military Relations in the Middle East Analysis from Egypt, Tunisia, Libya, and Syria*. New York: Palgrave Macmillan.

Tisdall, Simon. "Little blue men: the maritime militias pushing China's claims," *Guardian*, May, 16 2016. <https://www.theguardian.com/world/2016/may/16/little-blue-men-the-maritime-militias-pushing-chinas-claims-in-south-china-sea>

Sanger, David E. 2018. *The Perfect Weapon War, Sabotage, and Fear in the Cyber Age*. New York: Crown Publishing Group.

Strating, Rebecca. *Defending the Maritime Rules-Based Order: Regional Responses to the South China Sea Disputes*. East-West Center, 2020. Acedido a 5 de Julho, 2021. [https://www.eastwestcenter.org/system/tdf/private/ewc\\_policy\\_studies\\_80\\_-\\_defending\\_the\\_maritime\\_rules-based\\_order\\_-\\_regional\\_responses\\_to\\_the\\_south\\_china\\_sea\\_disputes.pdf?file=1&type=node&id=37485](https://www.eastwestcenter.org/system/tdf/private/ewc_policy_studies_80_-_defending_the_maritime_rules-based_order_-_regional_responses_to_the_south_china_sea_disputes.pdf?file=1&type=node&id=37485).

White House, "United States Strategic Approach to the People's Republic of China," May 20, 2020, <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2020/05/U.S.-Strategic-Approach-to-The-Peoples-Republic-of-China-Report-5.20.20.pdf>.

White House, "National Security Strategy." February 2015, [https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/docs/2015\\_national\\_security\\_strategy\\_2.pdf](https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/docs/2015_national_security_strategy_2.pdf)

White House, "National Security Strategy." December 2017, <https://trumpwhitehouse.archives.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>.

Wigell, Mikael. 2021. "Democratic Deterrence: How to Dissuade Hybrid Interference." *The Washington Quarterly*, 44:1, 49-67, DOI: 10.1080/0163660X.2021.1893027

Wilson, Damon M. Report. Atlantic Council, 2011. Accessed August 25, 2021. <http://www.jstor.org/stable/resrep03354>.

Vandewalle, Dirk. 2012. *A History of Modern Libya*. New York: Cambridge University Press

Salyk-Virk, Melissa. *Airstrikes, Proxy Warfare, and Civilian Casualties in Libya*. New America, 2020. Acedido a 27 de Maio, 2021. <http://www.jstor.org/stable/resrep25414.5>.

Sprengel, Frank Christian. "Drones in hybrid warfare: Lessons from current battlefields." *Hybrid CoE*, June 10, 2021. Hybrid CoE Working Paper 10. Acedido a 7 de Julho, 2021. <https://www.hybridcoe.fi/publications/hybrid-coe-working-paper-10-drones-in-hybrid-warfare-lessons-from-current-battlefields/>

“U.S Army - Features.” Oath of Enlistment - Army Values. Acedido a 11 de Maio, 2021.  
<https://www.army.mil/values/oath.html>.

US Committee on Energy and Commerce, Subcommittee on Oversight and Investigations, *Cyber Espionage and the Theft of U.S. Intellectual Property and Technology*. July 9, 2013. Acedido a 25 de Junho, 2021.  
<https://www.uscc.gov/testimonies-speeches/cyber-espionage-and-theft-us-intellectual-property-and-technology>

Yuen, Derek. 2014. *Deciphering Sun Tzu: How to Read The Art of War*. New York: Oxford University Press.

Yuliang, Zhang. 2006. “Science of Campaigns.” in Project Everest and China Aerospace Studies Institute.  
[https://www.airuniversity.af.edu/Portals/10/CASI/documents/Translations/2020-12-02%20In%20Their%20Own%20Words-%20Science%20of%20Campaigns%20\(2006\).pdf?ver=hma387iK8lQcZQ1x9ktt-Q%3d%3d](https://www.airuniversity.af.edu/Portals/10/CASI/documents/Translations/2020-12-02%20In%20Their%20Own%20Words-%20Science%20of%20Campaigns%20(2006).pdf?ver=hma387iK8lQcZQ1x9ktt-Q%3d%3d)

Zheng, Yongnian. 2014. *Contemporary China: A History Since 1978*. West Sussex: Wiley-Backwell.